

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

DANIEL DUARTE SAGRILLO

JOVENS TRANSGÊNEROS: PERCURSOS BIOGRÁFICOS SOBRE A BUSCA DE SI E
AS RELAÇÕES DE TRABALHO.

NITERÓI
2017

DANIEL DUARTE SAGRILLO

JOVENS TRANSGÊNEROS: PERCURSOS BIOGRÁFICOS SOBRE A BUSCA DE SI E
AS RELAÇÕES DE TRABALHO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Rodrigues Carrano.

Niterói
2017

S129j Sagrillo, Daniel Duarte
Jovens transgêneros: percursos biográficos sobre a busca de si e as relações de trabalho. / Daniel Duarte Sagrillo; Paulo César Rodrigues Carrano, orientador. Niterói, 2017. 112 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

1. Gênero. 2. Travesti. 3. Transexualidade. 4. Mercado de trabalho. 5. Produção intelectual. I. Título II. Carrano, Paulo César Rodrigues, orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

Nº 54

Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado

Ao trinta e um dia do mês de agosto de dois mil e dezessete as 10h, na Rua Tiradentes 148 – Ingá – Niterói/RJ, reuniu-se a Comissão Examinadora designada na forma regimental pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação / Mestrado Acadêmico em Cultura e Territorialidades, para julgar a dissertação, orientada pelo professor Paulo Carrano, apresentada pelo (a) aluno (a): **Daniel Duarte Sagrillo**, sob o Título: **Jovens transgêneros: Percursos biográficos sobre a busca de si e as relações de trabalho**. Requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades, área de concentração em Cultura e Territorialidades. Aberta a sessão pública, o candidato teve a oportunidade de expor o trabalho. Em seguida, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Banca, que, após deliberação, decidiu pela:

☒ Aprovação.

☐ Aprovação “com restrições”; “com exigências”; “com sugestões da banca”; “condicionada” (vide verso).

☐ Reprovação.

Nos termos do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação desta Universidade, foi lavrada a presente ata, lida e julgada, conforme vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Carrano - (Orientador - Presidente da Banca)
(UFF)

Profª Drª Ana Lucia Silva Enne
(UFF)

Profª Drª Maria Luíza Sussekind
(UNIRIO)

AGRADECIMENTOS

O mestrado, como outras etapas da vida acadêmica, é uma jornada que não se realiza só. O apoio e auxílio das pessoas ao meu redor foram essenciais para eu conseguir chegar até aqui. Por isso só tenho a agradecer a todos e dizer que sem vocês nada disso seria possível.

Ao professor Dr. Paulo Carrano, meu orientador, pela disposição, gentileza e atenção. Agradeço de coração. Pessoas como você fazem a verdadeira diferença, possibilitando a expansão de horizontes e fazendo com que nos tornemos pessoas melhores.

Aos demais professores do Programa de Pós graduação em Cultura e Territorialidades, por trocarem ideias e compartilharem seu conhecimento.

Às professoras Marina Bay Frydberg e Christina Vital, pelas considerações no momento da Qualificação.

Às professoras Dra. Ana Enne e Dra. Maria Luiza Sússekind, por aceitarem participar da banca de defesa.

À Márcia, nossa secretária de curso, sempre parceira.

Ao PPCULT como um todo, pela oportunidade única e acolhimento.

Aos meus familiares e amigos, pelo suporte e amor que tanto me faz ser melhor.

À todas as integrantes do projeto Damas, bem como sua supervisora, pelo carinho e atenção que sempre tiveram comigo.

Por fim, quero agradecer às mulheres maravilhosas que aceitaram ser interlocutoras desse trabalho, por se doarem como o fizeram, compartilhando memórias e vivências. Não tenho como não admirar a força de vocês.

À todas as travestis e pessoas transexuais, pela luta diária exaustiva no objetivo de serem reconhecidas como quem verdadeiramente são.

SUMÁRIO

Introdução: Primeiras considerações	07
Capítulo 1 – Construção da Identidade e Corporalidades	24
1.1 – Conceitos de identidade	24
1.2 – Identidade entre travestis e transexuais	27
1.3 – Corporalidades	34
1.4 – Passibilidade trans	41
Capítulo 2 – Mapeando Percursos	47
2.1 – A entrevista compreensiva na pesquisa de cunho biográfico	47
2.2 – Contexto da pesquisa	48
2.3 – Participantes da pesquisa	50
2.3.1 – Laura	50
2.3.2 – Fernanda	64
Capítulo 3 – Discursos, Regulações e Empregabilidades	84
3.1 – Teoria Queer, Performatividades e os Corpos abjetos	84
3.2 – A Biopolítica e a governabilidade de corpos travestis e transexuais	90
3.3 – Empregabilidade para travestis e transexuais	98
Considerações finais	103
Bibliografia	107

RESUMO

Este trabalho tem como propósitos a fundamentação e compreensão da identidade travesti e transexual baseadas na trajetória de vida de duas interlocutoras, bem como em reflexões acadêmicas e políticas, fazendo com que sejam compreendidas suas relações com o ingresso e permanência em diversos campos de trabalho.

Desta forma, foram exploradas duas frentes de trabalho. A primeira busca promover diálogos sobre alguns conceitos que permeiam a constituição de suas identidades de gênero,

A segunda concentrou-se nas narrativas de história de vidas de duas participantes, que refletem suas vivências de gênero e sexualidade e suas relações de trabalho.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Travesti, Transexual, Relações de trabalho.

ABSTRACT

The purpose of this work is to support and understand the transvestite and transsexual identity based on the life trajectory of two interlocutors, as well as in academic and political reflections, making their relationships with the entry and permanence in different kind of works.

In this way, two work fronts were explored. The first tried to promote dialogues about some concepts that permeate the constitution of their gender identities,

The second analysis was focused on the life history narratives of two participants, which reflect their experiences of gender and sexuality and their working relationships.

Keywords: Gender, Sexuality, Transvestite, Transsexual, Work relations.

INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Há pelo menos 20 anos que travestis e transexuais têm sido objeto de diversos estudos no Brasil, ocorrendo os mais diferentes tipos de abordagens. Ao longo desses estudos foram discutidos temas como prostituição, doenças sexualmente transmissíveis, violência, exclusão social entre outros aspectos.

A realidade individual de cada travesti e transexual possui características bem específicas, sendo impossível uma generalização dos fatores que marcam e compõem sua vida, embora seja fato que muitos aspectos de suas vivências sejam compartilhados por grande parte do grupo.

Há inúmeras questões que atingem um número considerável de travestis e transexuais em suas histórias de vida, como por exemplo a expulsão e desamparo da família, que baseada em uma criação regida pela heteronormatividade e por vezes em valores morais e religiosos, não sabe lidar com a situação vivenciada pelo indivíduo; a dificuldade de acesso à rede pública de saúde, fazendo com que haja o uso indiscriminado de hormônios e utilização irresponsável de silicone industrial, sem qualquer tipo de acompanhamento médico; a instituição escolar, que devido ao despreparo não sabe lidar com as questões do universo transgênero; os riscos inerentes ao trabalho da prostituição, colocando suas vidas em perigo perante os abusos e violências física e psicológicas sofridos e por fim a dificuldade em obter um emprego formal, devido à falta de escolaridade ou mesmo documentação civil, que difere do nome social utilizado para sua apresentação.

Desta forma, a presente pesquisa visa compreender o processo de elaboração da identidade travesti e transexual através de seus percursos biográficos, buscando desvendar os mecanismos sociais que estabelecem imposições para o seu ingresso no mercado formal de trabalho, resultando assim em uma rígida barreira no sistema produtivo de suas vidas e quais alternativas e expectativas elas encontram perante este quadro. O recurso das narrativas biográficas permite verificar as interrelações entre as experiências pessoais e seu ambiente sociocultural, do ponto de vista dos indivíduos biografados, uma vez que, por meio da trajetória pessoal, os indivíduos podem compreender como suas experiências pessoais os afetaram e afetam ainda hoje.

A investigação para esta pesquisa teve como foco a realização de entrevistas com algumas participantes do projeto Damas, promovido pela Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual – CEDS, da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Este projeto é voltado para a inserção social e profissional de travestis e transexuais¹ através da realização de um

curso de capacitação, que visa a empregabilidade e o incentivo à escolaridade. Inicialmente eu participei de 10 aulas como ouvinte, tendo realizado as entrevistas ao fim deste processo.

A presente pesquisa foi dividida em três capítulos, além da introdução e considerações finais.

A Introdução é esta breve explanação sobre o funcionamento e desenvolvimento do trabalho desempenhado pelo projeto Damas. São abordados tópicos importantes para o entendimento dos estudos de gênero, como o entendimento das nomeclaturas sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Há também a discussão de assuntos preliminares como a quebra do binarismo de gênero performado pelas travestis e transexuais, a transfobia, usos e apropriações das categorias travesti e transexual, além da exposição de pautas importantes que envolvem os transgêneros nas lutas e conquistas do movimento LGBTQ+².

O capítulo 1 se inicia com uma revisão sobre os conceitos de identidade trazidos por autores significativos para o tema, dentre os quais: Stuart Hall, Alberto Melucci, Douglas Kellner, Zygmunt Bauman entre outros. A partir daí, são discutidas as identidades travesti e transexual. Será tratada ainda a questão da *passabilidade*, nome social e aspectos legais da questão transgênera.

No capítulo 2 faço os apontamentos sobre a utilização da entrevista compreensiva como recurso metodológico para a pesquisa, além de trazer a descrição e análise das entrevistas com alunas do projeto Damas.

No capítulo 3 serão tratados temas como a Teoria Queer, performatividades, a exclusão dos *corpos abjetos*, biopolítica na regulamentação dos corpos, empregabilidade transgênera e em seguida serão feitas as considerações finais.

Interesse pelo tema da pesquisa

O meu interesse inicial pelo tema da pesquisa iniciou-se no momento em que, oriundo da cidade de Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro, passei a residir na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2006, por conta de uma proposta profissional.

¹ Esta pesquisa não intenciona desconsiderar a existência dos homens transexuais. No entanto, o trabalho realizado pelo projeto Damas é voltado para o público travesti e de mulheres transexuais. Desta forma, a utilização do termo “transexuais” ao longo da dissertação se deterá às mulheres transexuais.

² A escolha pela sigla LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Queer) nesta pesquisa se dá pelo fato desta incluir as identidades abordadas e citadas ao longo do texto.

Ao vir morar na Lapa, conhecido bairro da boemia carioca, que na época estava iniciando o processo de revitalização realizado pela prefeitura, os colegas de trabalho questionavam o motivo de eu ter escolhido aquele local para fixar residência, tendo em vista que à época o bairro era muito conhecido pela grande concentração de travestis exercendo a prática da prostituição. A minha escolha pelo bairro deu-se pelo fato do mesmo estar localizado bem próximo ao local em que eu trabalhava, o centro da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo do tempo me incomodava a maneira pela qual as pessoas se referiam ao bairro, tendo apenas o olhar sobre os muitos moradores de rua e principalmente das travestis que ainda fazem ponto de prostituição.

Na medida que fui me ambientado e vivendo mais da cultura local, percebi que as travestis se apropriavam do outros espaços de convivência do bairro, para além das esquinas de prostituição. Eu percebia sua interação com vários personagens do bairro, desde o vendedor da barraca da frutas que ficava em uma das esquina da avenida Mém de Sá, importante local de circulação e que possui também pontos de prostituição, passando pelos moradores de rua.

Projeto Damas

O projeto Damas surgiu como forma de intervenção e estratégia de ação, que visa a elevação da auto estima de suas participantes, oferecendo aulas e oficinas de capacitação que contribuem para o surgimento de oportunidades que favoreçam o protagonismo social, o crescimento econômico e consequente, pessoal e social. Além disto, o projeto tem o objetivo de despertar uma consciência do exercício de cidadania em suas participantes, visando a reivindicação e obtenção de direitos, possibilitando sua integração com os demais segmentos da sociedade

O projeto foi criado no ano de 2004 pela então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a partir dos debates com travestis e transexuais que relatavam os diversos problemas enfrentados por elas, principalmente acerca da empregabilidade. O primeiro nome do projeto era Damas de Paus³ em homenagem a uma dissertação de mestrado sobre o tema publicada na Universidade Federal da Bahia, tendo depois sido estabelecido apenas com o nome de projeto Damas.

³ OLIVEIRA, Neuza Maria. Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher. 1.ed. Salvador/Bahia: UFBA, 1994.

Esta iniciativa destina-se à realização de um curso com capacitação teórica e prática que tem duração de seis meses. Primeiramente ocorrem as seleções, onde as alunas interessadas participam de uma entrevista e respondem a um questionário diverso, com informações sobre escolaridade, convívio familiar e outros aspectos.

Após o término do processo seletivo, inicia-se o curso que ocorre duas vezes por semana. Durante as aulas são abordadas diversas disciplinas, tais como: português, inglês, inclusão digital, saúde, política de redução de danos, noções de direitos humanos, orientação vocacional, mercado de trabalho, etiqueta, ética e comportamento.

O corpo docente é formado por professores, psicólogos, infectologistas, especialistas em hormonioterapia, juristas e fonoaudiólogos. As alunas recebem uma bolsa de estudo e vale transporte para deslocamento.

Com o término das aulas, as alunas passam por um período de estágio nas secretarias municipais de Educação, Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego, Saúde e a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, conveniadas ao projeto.

Primeiro contato

No final do ano de 2014 eu havia feito um contato por e-mail com a supervisora do projeto Damas, mostrando a intenção em desenvolver inicialmente minha pesquisa de mestrado com a temática de empregabilidade trans, e que para tanto, eu gostaria de realizar o trabalho de campo com as alunas do projeto. Posteriormente eu enviei um novo e-mail contendo o pré projeto de pesquisa utilizado para a seleção do mestrado no Programa de Cultura e Territorialidades – PPCULT. Foi então agendada uma reunião junto ao coordenador do projeto, onde além dele estavam presentes a supervisora e um assistente. Na ocasião pude expor melhor a minha intenção em acompanhar algumas aulas do projeto, finalizando com a realização de algumas entrevistas com integrantes do grupo.

Durante a reunião, a supervisora me expos que ela mesma, na condição de mulher transexual, era uma ex-aluna do projeto. O Coordenador do projeto falou sobre a estrutura do mesmo, as conquistas obtidas por algumas alunas e as parcerias com outras secretarias da prefeitura.

O mais curioso nesse encontro foi quando ao fim da reunião, a supervisora ficou a sós comigo na sala e de uma forma muito sutil queria que eu falasse um pouco da minha vida, para que ela pudesse entender melhor o motivo de eu estar na academia estudando gênero, mais especificamente o *universo trans*⁴. Naquele momento eu percebi que havia ficado um ruído na minha apresentação pessoal, que culminou em uma dúvida por parte dos integrantes

do projeto a respeito da minha orientação sexual. Ao perceber exatamente onde ela estava querendo chegar com aquela pergunta, tratei sem rodeios de explicá-la que a pessoa que encontrava-se ali com ela tratava-se de um homem gay. Percebi um certo ar de alívio em seu olhar, pois ela acabou me confidenciando que os outros dois participantes da reunião, através de um aplicativo de mensagem, perguntaram-lhe durante a ocorrência da mesma se eu era um homem heterossexual.

Foi então que ela me relatou que eles não estavam entendendo bem o motivo de um rapaz, aparentemente heterossexual, se interessar pela temática trans. Não que isso pudesse demonstrar algum tipo de preconceito, mas que eles temiam que eu tivesse na verdade algum outro tipo de interesse além da pesquisa, pois eles já haviam tido experiências com outras pessoas interessadas em utilizar a imagem do projeto para fins de exploração comercial de produtos e exposição sobre a vida das participantes.

Depois desta conversa, fui orientado pela supervisora a abordar sobre a minha orientação sexual quando eu viesse a me apresentar para a turma, para que desta forma isso pudesse criar uma empatia de imediato com as alunas e evitar alguma situação que pudesse gerar algum desconforto.

Foi então que eu percebi que tratar de minha própria homossexualidade com as alunas de maneira clara e direta diminuiria as barreiras e funcionaria como um dispositivo de “troca”, afinal, eu também estaria me revelando, tal qual eu gostaria que elas revelassem para mim, as histórias, vivências e experiências de suas vidas no momento da entrevista.

A partir daquele momento ficou acertado que no início do ano de 2015, no início das atividades do mestrado, eu faria novo contato para agendar a minha participação em algumas aulas do projeto e poder acompanhar um pouco do ambiente em grupo, antes de partir para as entrevistas individuais.

Decodificando conceitos:sexo/orientação sexual/identidade de gênero

É importante salientar a diferença entre três conceitos que ajudarão a estabelecer uma relação direta com a temática da pesquisa: sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

⁴ “Prefiro utilizar a expressão universo trans em razão de sua propriedade de ampliar o leque de definições possíveis no que se refere às possibilidades de “transformações de gênero”. Essa denominação pretende abranger todas as “personificações” de gênero polivalente, modificado ou transformado, não somente aquelas das travestis.” (Benedetti, 2005, p.17)

De acordo com Lima (2011, p.169):

O fato de um indivíduo se sentir homem ou mulher (sua identidade de gênero) não tem necessariamente, relação com seu sexo biológico (identidade sexual); nem tampouco com sua orientação sexual (que pode ser heterossexual, homossexual , bissexual). Contudo, no Ocidente, o conceito de gênero está colado ao de sexualidade/reprodução, o que promove uma imensa dificuldade de separar, segundo o senso comum, a problemática da identidade de gênero da de orientação sexual.

Normalmente, a ideia do que consiste sexo biológico e orientação sexual é mais facilmente entendida pela maior parte das pessoas. No entanto, a discussão sobre identidade de gênero, conceito que desempenha um importante papel na construção da identidade sexual do indivíduo, é mais complexa e impacta questões fundamentais na sociedade.

O termo sexo é utilizado para designar as características inatas, biológicas e anatômicas dos corpos. Em um primeiro momento, isso significa dizer que a pessoa nasceu macho (dotado de pênis), fêmea (dotada de vagina) ou intersexual. No caso dos intersexuais, antigamente chamados de hermafroditas, a questão se caracteriza pela indeterminação do sexo biológico, se pensado no binarismo macho/fêmea, visto que a pessoa pode nascer com os dois genitais, ou mesmo com uma má formação genital.

A orientação sexual está relacionada às sensibilidades e expressões do desejo e do prazer que podem aparecer na vida de um indivíduo de várias maneiras, sem que sejam fixas e inevitáveis. Ou seja, a orientação não é algo estático e a mesma pode variar ao longo da vida de uma pessoa. Sendo assim, o indivíduo pode ser heterossexual, sentindo atração e desejo pelo sexo oposto; homossexual que é a inclinação destas expressões para pessoas do mesmo sexo e bissexual, direcionado para ambos os sexos. No entanto, cabe ainda ressaltar categorias que buscam por espaço e representação entre as classificações convencionais, como os assexuais e pansexuais. No primeiro caso, os assexuais são aqueles que, independentemente do sexo ou gênero que possuem, não sentem atração sexual por nenhum dos sexos, embora possa haver um envolvimento afetivo e romântico em suas relações. Já os pansexuais, são indivíduos que se sentem atraídas por todo o tipo de pessoa, independentemente de seu sexo ou gênero.

A identidade de gênero, por sua vez, designa os papéis sobre o “ser” masculino e “ser” feminino que a sociedade atribui e impõe a cada sexo, tendo em vista que, culturalmente, o gênero feminino é imposto à fêmea para que esta se torne uma mulher e o gênero masculino ao macho, para que se torne um homem.

No entanto, cabe atentar que a partir da teorização sobre o papel e figura da mulher na

sociedade, pensada por exemplo, por Simone de Beauvoir, abriram-se portas para novas discussões de gênero, dando um caráter indefinido para este conceito. No centro das teorias feministas e da Teoria Queer, atualmente, o gênero é tido como categorias que são historicamente, socialmente e culturalmente construídos, sendo assumidos individualmente por cada sujeito através do desempenhos dos papéis sociais, comportamentos, costumes e representações.

Judith Butler, importante teórica dos estudos Queer, ressalta que o gênero precisa ser assumido pela pessoa, não necessariamente se valendo de um processo de escolha, mas sim de construção e de disputas de poder, visto que, o sistema de gêneros é hierárquico e conta com estas relações de poder. Portanto, podemos afirmar que as identidades de gênero abrangem, desta forma, a complexidade humana, fugindo do binarismo homem/mulher, macho/fêmea, como propõe a filósofa. Desta forma, o indivíduo pode ter o sexo masculino e se identificar com o gênero feminino e vice versa, por exemplo.

A heteronormatividade presente em nossa sociedade manifesta a ideia de que ser heterossexual é algo natural, instintivo. Desta forma, a homossexualidade foi e ainda é vista por muitos como algo errado, que não é normal ou natural. No entanto, esta concepção de certo e errado é criada culturalmente nas sociedades. Ainda de acordo com Lima (ibidem, p. 170), “a heterossexualidade como norma compulsória a qual todos devem se adequar – e que vê a homossexualidade como perversão - tem suas raízes no imaginário judaico-cristão”. Ou seja, a influência patriarcal do cristianismo perpetua a dominação do homem sobre a mulher, onde desde cedo este homem é educado para ser viril. E o homem que não adota tal atitude, apresentando certas características que se espera do gênero feminino, acaba por sofrer discriminação. Desta forma, é nítida a dificuldade que determinados indivíduos tem para exercerem sua própria sexualidade e identidade de gênero na plenitude.

Nomeação e distinção: as categorias travesti e transexual

A diferenciação entre as categorias travesti e transexual traz à tona diferentes tipos de visão e entendimento sobre tais nomenclaturas. Tomando por base os debates dos saberes médico-institucionais, o caminho a ser compreendido seria o de que enquanto as mulheres transexuais possuíam uma repulsa ao órgão sexual masculino, as travestis o aceitariam e até mesmo o utilizariam em sua dinâmica sexual.

No entanto, de acordo com alguns estudos realizados ao longo do tempo, bem como os indivíduos constantes destas pesquisas, percebemos que as definições sobre as terminologias

travesti e transexual vem se modificando, fazendo com que a percepção e leitura que cada indivíduo faz de si seja cada vez menos fixa e regulada.

Tomando por base esta linha de raciocínio, Pelucio em seu trabalho publicado no ano de 2009, (p.44) nos afirma que:

As travestis são pessoas que se entendem como homens que gostam de se relacionar sexual e afetivamente com outros homens, mas que para tanto procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente tido como próprio do feminino. Não desejam porém, extirpar sua genitália, com a qual geralmente vivem sem grandes conflitos.

No entanto, em outro trecho deste mesmo trabalho (p. 42), a autora informa ter convivido com pessoas que:

Se identificavam como transexuais, mas viviam segundo elas mesmas, como travestis que em algum momento da vida, desejaram tirar o pênis. E outras que jamais tinham pensado naquilo, mas que começavam a estudar essa possibilidade mais recentemente, passando a cogitar a possibilidade de serem transexuais.

Não podemos dizer que esta definição é uníssona entre as travestis. Para tanto, cabe trazer ao debate os apontamentos realizados por Leite Jr. (2011, p.214) afirmando que:

Como o discurso sobre a transexualidade possui uma aura mais ‘higiênica’, forjada nos laboratórios e consultórios da Europa e dos Estados Unidos e ainda pouco disseminado popularmente em suas especificidades teóricas, pode-se afirmar que o termo ‘transexual’ possui um capital linguístico mais valorizado que o termo ‘travesti’, podendo ser mais facilmente convertido em capital social e, desta forma, sendo capaz de abrir ou fechar portas segundo a maneira como a pessoa se autoidentifica ou é identificada.

Como essas duas nomenclaturas estão inseridas na categoria transgênero, para algumas pessoas estas identidades sofrem, sobretudo, um viés classista em que a travesti quase sempre está associada à prostituição, crimes, drogas, marginalidade, enquanto as transexuais estariam mais ligadas a uma ideia higienizada, glamourizada e de maior status social.

É bastante perceptível em suas falas, o estigma que o termo travesti representa. Tanto que, uma das entrevistadas que trabalha no ramo da prostituição, prefere se definir como transexual. De acordo com suas palavras, é como se houvesse uma aura de mais “respeito” acerca da utilização do termo transexual.

No entanto, linguisticamente falando, o termo transgênero é entendido como aquela pessoa que atravessa o gênero o qual lhe fora atribuído ao nascer. Esta travessia é oposta à conceituação de cisgênero, que são aquelas que mantiveram como identidade de gênero, aquele que lhe fora atribuído desde o nascimento. O termo transgênero visa englobar as pessoas que

não se reconhecem no gênero socialmente atribuído à elas, sem que necessariamente reivindicuem algum outro gênero definido, como seria o caso das pessoas que se consideram *agênero*.

Cabe ainda ressaltar, que, mais comumente, algumas militantes preferem se autodeclarar travesti justamente por questões políticas e de resistência atribuídas ao termo. Algumas, inclusive, que chegaram a ter passado pelo processo de transgenitalização⁵. Percebe-se nitidamente que a utilização do termo travesti passa por uma questão de resistência e luta contra estigmas, ao passo que para muitas delas, o termo transexual passa por uma visão asséptica e patologizante, desejando, portanto, esta dissociação de sua imagem.

Desta forma, percebemos o quanto esta nomeação e diferenciação podem ser complexas, não havendo, portanto, uma definição absoluta para a questão. De acordo com a Teoria Queer, a categorização pronta e acabada em uma quantidade específica de gêneros, como se fossem gavetas, onde estariam inseridas as pessoas, faz pouco ou quase nenhum sentido. De acordo com os apontamentos de Judith Butler, sendo o gênero uma construção social, há a possibilidade do mesmo ser desconstruído e novamente reconstruído.

Embora haja dentro dos discursos médicos e jurídicos uma diferença entre os termos travesti e transexual, muita das vezes esta diferenciação se baseia em estereótipos. Desta forma, não é possível generalizar a ideia de que toda transexual deseja passar pelo processo de readequação sexual. Tampouco podemos afirmar que todas as travestis fazem uso de seu órgão genital. Podemos ainda ir mais longe e pensar que há travestis que não se veem especificamente como mulheres, mas sim apenas como travestis (sugerindo a ideia de *terceiro sexo*). Desta forma, notamos que a diferença é muito mais de cunho social. Pessoas com um marcador social de maior exclusão, de classes populares, falta de estudos e que estão mais situadas em contextos de marginalização, possuindo também pouco acesso à informação, tendem a se categorizar como travesti.

⁵ O Ministério da Saúde, através da publicação da portaria nº 457, em agosto de 2008, regulamentou a realização do processo transexualizador através do Sistema Único de Saúde (SUS). Desta forma, o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) passou a ser um dos cinco hospitais do país a realizar os procedimentos envolvidos no processo de transexualização, que envolvem acompanhamento médico, psicológico, hormonização, cirurgias de colocação de próteses e de transgenitalização. Devido a alta demanda, desde 2011 o hospital não recebe mais inscrições para realização dos procedimentos. Atualmente, devido a questões de ordem financeira, o hospital não está realizando o processo cirúrgico. Há ainda uma média de 80 pessoas já inscritas aguardando a realização da cirurgia.

Aquelas com mais acesso à informação, escolaridade, oportunidades e até mesmo levadas por conhecimento e participação da *causa trans*, tendem por se definir como transexuais. Isto ficou muito claro nos encontros que participei no projeto Damas. Era muito corrente ver alunas que antes se definiam como travestis passando a se identificar como transexuais.

A partir da falas das entrevistadas para este trabalho, pude perceber um discurso que aponta para uma diferenciação entre as categorias travesti e transexual que se baseia na origem de classe e também pelo estigma existente no termo travesti.

Sendo assim, não se pode negar a existência do binarismo de gênero enquanto construção social e ir mais além ainda ao afirmar que as mulheres não sofrem opressão por conta disso. No entanto, esta diferenciação serve a um sistema que mundialmente se apropria de determinadas diferenças sociais para justamente fomentar a exploração econômica de setores específicos da sociedade.

De toda forma, não há como deixar de enxergar a invisibilização de milhares de pessoas que não se adaptam a esta lógica, se pensarmos o binarismo de gênero como algo natural e absoluto. Pois assim, fora desta lógica, estas pessoas acabam vivendo à margem da sociedade, ocupando um papel social invisível.

O que enriquece a análise das categorias travesti e transexual e dá contorno aos seus usos e entendimentos ao longo deste trabalho, é justamente as experiências advindas da quebra de paradigmas em situar-se fora deste binarismo de gênero, que enquadra e normatiza, excluindo tudo o que é visto como desviante do fluxo esperado.

A transgressão de normas vigentes: a ruptura do binarismo de gênero e a transfobia.

Inicialmente, a ruptura do binarismo de gênero surge como principal fator de exclusão na vida de travestis e transexuais. Desta forma, podemos pensar que a opressão vivida por estas pessoas transcende a questão da orientação sexual, indo mais além, com uma questão ainda mais complexa que é a questão de gênero performado. O preconceito enfrentado por travestis e transexuais é muito mais demarcado do que aquele enfrentado por homens gays. O seu processo de feminilização é visto, na maioria das vezes, como uma afronta à própria questão do binarismo de gênero como também em relação à supremacia do sexo masculino. Cabe destacar que mesmo no *universo gay*, há uma grande parcela de indivíduos que valoriza a questão da masculinidade, normalmente associada aos heterossexuais. Esta visão normalmente

vem acompanhada de uma desvalorização de tudo que esteja ligado ao feminino. Desta forma, há a percepção de discriminação e desvalorização em relação aos gays tidos como afeminados, “pintosas” e, por consequência, também um preconceito com travestis e transexuais, tendo em vista que estes indivíduos acabam sendo vistos como pessoas que renunciaram a sua masculinidade.

De acordo com Miskolci (2009, p.187) em seu estudo sobre usuários gays de internet, “a atração por pessoas do mesmo sexo os leva necessariamente a confrontar a ordem social perdendo o privilégio do gênero masculino, o que, de certa forma, os exporia a serem humilhados e maltratados como mulheres”. Assim, é possível pensar a necessidade de utilização do termo transfobia, que engloba questões diferentes das questões compreendidas no termo homofobia, tendo em vista que a orientação sexual acaba sendo um determinante social com diferenças em relação à questão de gênero, mesmo que as vezes haja alguns pontos de convergência entre ambos.

Outro ponto a ser pensado, além da questão do binarismo de gênero, é o fato da quase impossibilidade de ocultação de sua identidade de gênero, que contribui para uma melhor diferenciação das questões particulares da transfobia, frente a aspectos mais gerais da homofobia. Para muitos gays, ainda que em diferentes graus, sempre existirá a possibilidade de esconder sua orientação sexual, camuflando-a, ou mesmo utilizando o conhecido jargão “dentro do armário”. Ainda em seu estudo, Miskolci (2009, p.177) informa que:

A valorização da capacidade de ‘desaparecer’ discretamente na sociedade oblitera o fato de que em busca de proteção se reforça a mesma ordem simbólica que historicamente oprimiu e relegou às margens (ao meio) as sexualidades em desacordo com as normas dominantes.

Já em relação às travestis e transexuais, essa marcação ocorre primeiramente por sua identidade de gênero e não pela orientação sexual, que impossibilita este “desaparecimento”, fazendo com que estejam bem mais vulneráveis a sofrer toda oferta de discriminação e violência. Todas as entrevistadas discorreram em seus relatos terem sofrido e ainda passaram por episódios de transfobia, mesmo aquelas que poderiam ser consideráveis passáveis⁶.

⁶ O tema da passabilidade transgênera será discutido mais à frente. No entanto, de maneira bem resumida, pode-se dizer que “ser passável” significa dizer o quanto uma pessoa transgênera possui em seu corpo signos (semelhança física, vestes, falas, comportamento) de acordo com estereótipos do gênero oposto ao que lhe fora designado ao nascer. Quando se fala que uma travesti ou transexual é passável, pretende-se dizer que a mesma se parece muito com uma mulher cisgênera, acabando por “se deixar passar” por uma, sem ter diretamente expressa sua identidade transgênera.

Exemplos como o citado acima refletem a necessidade de um tratamento específico para a pauta trans dentro do movimento LGBTQ+. Pois, tentar incluir a tratativa da transfobia dentro da temática da homofobia somente resulta na anulação político-social de um grupo com particularidades e reivindicações próprias, tendo em vista que reconhecidamente a população trans está muito mais sujeita ao enfrentamento da violência.

O apoio familiar como primeiro passo para o acolhimento e enfrentamento de dificuldades.

O apoio familiar é o primeiro grande diferencial para o fortalecimento do enfrentamento perante às dificuldades citadas no tópico anterior, marcadas sobretudo pela transfobia. Kulick (2008, p. 65), em sua obra “Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil”, apontava que a falta de apoio familiar era um importante fator que direcionava algumas travestis à prostituição “a medida que tais modificações (corporais) vão se tornando mais aparentes, os meninos quase sempre são expulsos de casa ou a abandonam por livre iniciativa.” Este momento de ruptura familiar é um ponto importante no percurso de travestis e transexuais, frequentemente direcionando-as ao mercado da prostituição.

Um dos pontos positivos do apoio familiar às travestis e transexuais é o encorajamento com o prosseguimento de seus estudos. Todas as participantes das entrevistas que realizei possuem o ensino médio completo e sempre foram apoiadas por seus familiares em continuar estudando, mesmo com toda todas as dificuldades e bullying sofridos. No entanto, nem sempre a continuidade dos estudos garante uma colocação no mercado de trabalho, o que poderá ser constatado mais detalhadamente em cada entrevista realizada. Fatores como falta de passabilidade, não obtenção de alteração do nome social no registro civil, entre outros, impedem que muitas das vezes haja uma inserção profissional.

Observei também, que minhas entrevistadas iniciaram o processo transexualizador ainda na adolescência, no geral, até os dezessete anos. Esse fator pode explicar uma maior dificuldade na inserção no mercado de trabalho. Cabe destacar que travestis e transexuais possuem um forte marcador de sua identidade trans, uma vez que normalmente há o uso de indumentárias e acessórios tidos como do universo feminino e também pelo início de modificações corporais como ingestão de hormônios, uso de silicone industrial, provocando mudanças físicas em seus corpos. Estes aspectos podem, num primeiro momento, fazer com que aquele adolescente tenha um visual andrógino, misturando aspectos masculinos (existência

de barba, músculos no corpo, voz grave) e femininos (utilização de próteses, maquiagem, entre outros).

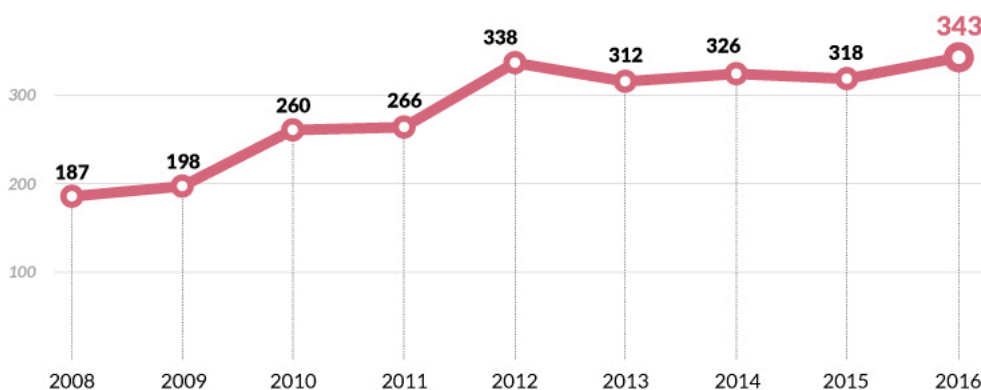
Panorama de lutas e conquistas para a população LGBTQ+ na atualidade.

Nos últimos anos a população LGBTQ+ de uma maneira geral tem tido relativos avanços em relação à conquista de direitos, embora alguns segmentos, como especificamente o público “T”, ainda careça de mais atenção.

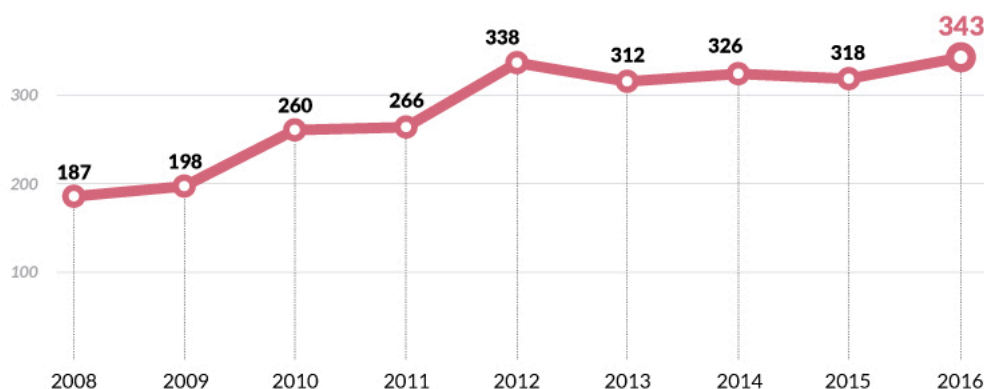
Há diferentes tipos de preconceitos entre os próprios homens gays, por exemplo. Um homem branco, de classe média e elevado nível escolar certamente sofre bem menos preconceito do que um outro negro, morador da periferia, com baixa escolaridade. E se pensarmos mais adiante, aquele mesmo homem branco, de classe média e alto grau de escolaridade, citado acima, pode ainda sofrer preconceitos caso o mesmo seja afeminado e decida se vestir com roupas mais justas e curtas, por exemplo. Deste modo, percebemos que não há uma unicidade, ou mesmo um “padrão” comum à cada um dos seguimentos do público LGBTQ+. O referencial é inverso pois, dentro de um contexto social específico, haverá uma representação particular de cada categoria de público.

De acordo com o levantamento do relatório anual desenvolvido Grupo Gay da Bahia - GGB, mais antiga associação de defesa dos homossexuais e transexuais do Brasil, o ano de 2016 foi aquele com o maior número de assassinatos da população LGBTQ+, desde quando se iniciou a pesquisa, há 37 anos. Segundo o relatório, foram registradas 343 mortes ⁷, sendo que 144 ⁸ delas (42%) referem-se ao público composto pelos transgêneros.

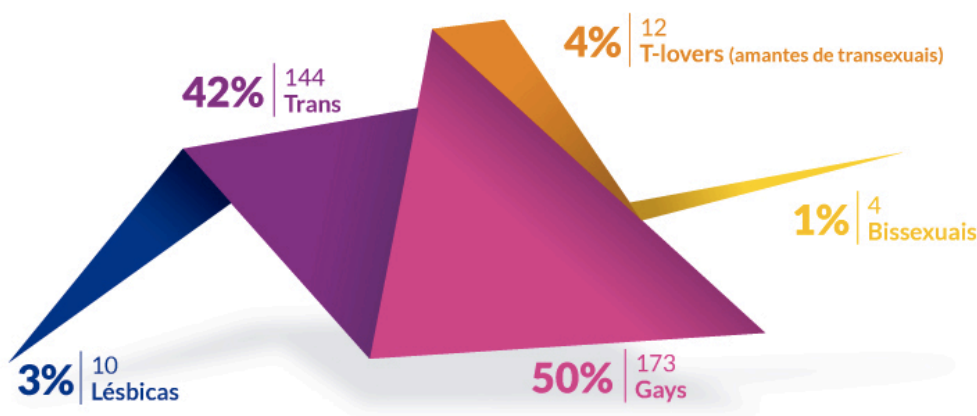
ASSASSINATOS DA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL



ASSASSINATOS DA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL



PERFIL DAS VÍTIMAS LGBTs MORTAS NO BRASIL EM 2016



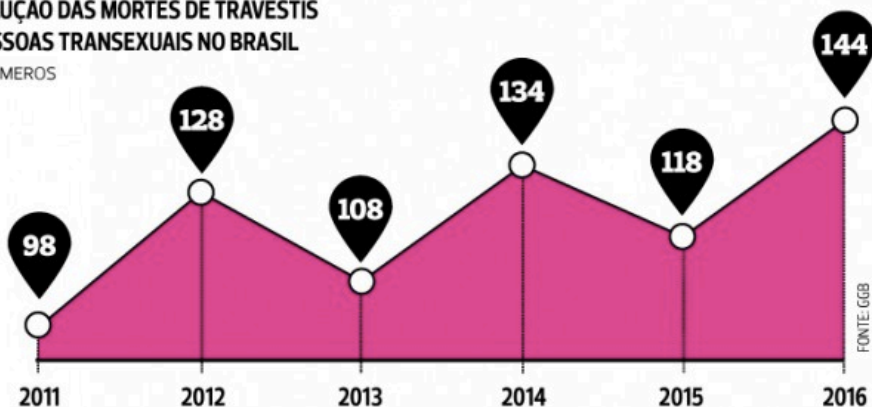
Ainda sobre os dados estatísticos de transgêneros ano de 2016, podemos verificar que os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul foram responsáveis por 11 mortes de travestis e transexuais cada, ocupando ambos o terceiro lugar no ranking nacional, sendo precedidos apenas pelos estados de São Paulo e Paraná.

A faixa etária mais vitimada é a de jovens até 20 anos ⁹, correspondendo a um total de 75 mortes. A causa de morte mais comum é aquela praticada com a utilização de armas de fogo ¹⁰, representando um total de 62 óbitos ¹¹. No entanto, o próprio GGB informa que estes dados têm por base as informações que chegam ao grupo e que muitos casos estão fora da estatística.

⁷ e ⁸ Fonte: <http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml>

EVOLUÇÃO DAS MORTES DE TRAVESTIS E PESSOAS TRANSEXUAIS NO BRASIL

EM NÚMEROS



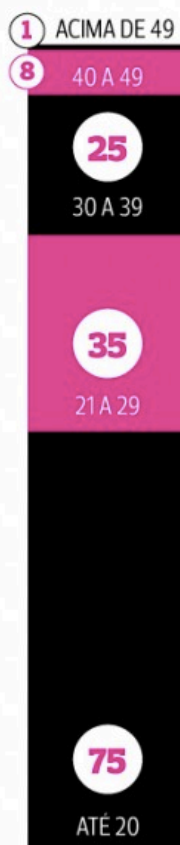
COMO FORAM MORTAS

EM NÚMEROS



POR IDADE

EM ANOS



ASSASSINATOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2016

EM NÚMEROS

Acre	1
Alagoas	5
Amazonas	8
Amapá	1
Bahia	9
Ceará	5
Distrito Federal	2
Espírito Santo	1
Goiás	8
Maranhão	4
Minas Gerais	7
Mato Grosso do Sul	2
Mato Grosso	3
Pará	3
Paraíba	6
Pernambuco	6
Piauí	2
Paraná	12
Rio de Janeiro	11
Rio Grande do Norte	7
Rio Grande do Sul	11
Santa Catarina	2
Sergipe	4
São Paulo	21
Exterior*	3

TOTAL 144

Correio*

^{9,10 e 11} Fonte: <http://www.correio24horas.com.br/blogs/mesalte/wp-content/uploads/2017/02/TransViolencia260117-683x1024.jpg>

De toda forma, estes dados estatísticos fazem do Brasil o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. A expectativa de vida para este grupo é de 35 anos, menos da metade da média nacional que é de 75 anos, ainda de acordo com dados obtidos pelo GGB.

Diante de tais dados, vale lembrar que, além das violências físicas, o público LGBTQ+ enfrenta ainda outros tipos de abusos, estes mais institucionalizados, que ferem sobretudo seu direito à cidadania. Quando uma travesti ou transexual tem a sua identidade de gênero desrespeitada, por exemplo, durante o atendimento público hospitalar sendo tratada pelo nome do registro civil, percebe-se aí uma clara evidência de violência.

Os diversos órgãos de amparo à causa LGBTQ+ espalhados por todo o Brasil constituem um importante canal de atendimento às demandas do grupo, ainda que em alguns casos enfrentem dificuldades, sobretudo aqueles ligados ao poder público. Na cidade do Rio de Janeiro, o programa estadual Rio Sem Homofobia tem enfrentado diversos problemas que comprometem o seu funcionamento. De acordo com matéria publicada no site do jornal carioca O Dia¹², o atendimento ao público foi interrompido devido à falta de verbas para pagamentos de salários de funcionários. A central de atendimento do Disque Cidadania LGBTQ+, que presta atendimento em casos de denúncia de violência, não está mais funcionando. Antes da paralização total do serviço, houve a redução do horário de atendimento ao público. O jornal ainda informa que os Centros de Cidadania LGBTQ+, baseados nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Nova Friburgo e Duque de Caxias, também não tem mais prestado atendimento ao público. Não há dúvidas que o agravamento da situação é motivado pela “crise” financeira enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro. Situação esta nunca vista na história do estado e que tem provocado diversas manifestações populares. Ainda de acordo com a matéria publicada, o projeto Rio Sem Homofobia começou a sofrer cortes quando a Secretaria de Assistência Social e Direitos, a quem o programa era vinculado, passou a ser presidida por um político que é também pastor de uma igreja evangélica.

O embate de convicções religiosas conservadoras com ações que visam a defesa de direitos da população LGBTQ+ nunca esteve tanto em evidência como ultimamente.

¹² Fonte: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-05-11/sem-verba-estadual-rio-sem-homofobia-interrompe-atendimento-ao-publico.html>

O crescimento da bancada evangélica no senado e sobretudo nas câmaras federal e estadual tem se expandido verticalmente nos últimos anos, baseado sobretudo em partidos políticos que tem no lado mais radical do neopentecostalismo sua base de ideologia, que muitas das vezes é interpretada de forma a garantir os interesses políticos de partidos ao invés de se estabelecer baseado em algum critério razoável de moral e ética cristã.

Representantes políticos como alguns pastores evangélicos têm disseminado cada vez mais ódio e intolerância às diferenças, sobretudo àquelas de cunho sexual e identitário, que acabam por ficar distantes de qualquer prática que envolva o amor ao próximo, respeito e tolerância baseados nos fundamentos cristãos. Desta forma, ações que visam proteger a população LBGT, como a criminalização da homofobia, por exemplo, acabam por ficar cada vez distantes de se tornarem realidade. E neste caso vale salientar que os crimes homofóbicos incluem, além de assassinatos, agressões físicas, discriminação em espaços públicos, áreas de lazer e ambiente de trabalho, sendo todos estes motivados pela questão da orientação sexual da vítima.

Embora a ação contrária de vários grupos e vertentes, sobra espaço ainda para se calcular alguns avanços na obtenção de direitos para a população LGBTQ+. Casos como o direito à união estável, casamento civil e adoção de crianças realizadas entre pessoas do mesmo sexo têm sido comemorados pelo movimento, embora muitas dessas conquistas sejam baseadas em decisões de primeira instância, podendo ser facilmente revogadas em instâncias superiores. Mediante este cenário, é que as pressões populares se tonam cada vez mais importantes para a reivindicação e fortalecimento das lutas de direitos para toda a comunidade LGBTQ+.

CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E CORPORALIDADES

1.1 – Conceitos de Identidade

Um aspecto importante em qualquer discussão que diga respeito ao conceito de identidade, refere-se ao fato de que estamos passando por um período histórico onde estão ocorrendo diversas mudanças, sobretudo, na própria sociedade. De acordo com Hall (1998, p.9):

Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma: um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.

É importante salientar que este processo de mudança ocorre de maneira abrangente. Além disso, é interessante notar que não só a identidade se altera, mas as próprias sociedades se articulam e se transformaram. Para Hall (1998), há três concepções diferentes de identidade – as do sujeito do iluminismo; do sujeito sociológico e do sujeito pós moderno.

O sujeito do iluminismo ainda estava muito centrado, “dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (Hall, 1998, p.10). Deste modo, o centro de essência da identidade era bastante individualista. Hall destaca que na verdade a identidade era dele, uma vez que o sujeito do iluminismo era geralmente descrito como masculino. Percebemos que na concepção deste sujeito, as identidades são inatas e individuais. A definição entre masculino e feminino dá-se por meio do sexo biológico do sujeito.

A concepção do sujeito sociológico indicava que o sujeito não era “autônomo e auto-suficiente, mas formado na relação com as outras pessoas importantes para ele” (Hall, 1998, p.11). Desta forma, esta visão de identidade se mostrava mais interativa, entre o sujeito e a sociedade. O autor ainda descreve que “o sujeito ainda tem um núcleo, ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem”. Na descrição deste sujeito, as identidades são construídas ao longo da vida. Podemos dizer que a sexualidade e noções de gênero são apresentadas pela cultura que através do sexo biológico fundamenta as representações do ser homem e ser mulher.

Essa ideia de identidade é a que mais se aproxima do sujeito contemporâneo, pós moderno. Para Hall, a capacidade que os sujeitos sociológicos tinham em aproveitar valores e significados dos outros para comporem sua própria identidade os tornavam mais subjetivos. A identidade, neste caso, consolida tanto os sujeitos quanto os próprios mundos culturais que eles habitavam. Para o autor, são justamente estas questões que estão mudando o sujeito. A identidade, antes fixa e unificada, agora encontra-se fragmentada e em muitos casos até mesmo contraditória:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL,1998. p.13).

Desta forma, podemos entender que o sujeito pós moderno está mais suscetível a viver experimentações diversas, quebrando barreiras e gerando possibilidades de definições além das que comumente entendemos como representação fixas do que é ser uma mulher e ser um homem, não estando preso somente às questões biológicas, mas sobretudo às performances de toda esfera social constitutiva dos indivíduos. Sobre isto, Benedetti (2005,p.17) demonstra que:

As múltiplas diferenças e particularidades vivenciadas pelas pessoas nesse universo social não podem ser reduzidas a categoria ou classificações unificadoras, pois estas, ao tornar equivalente visões de mundo e identidades, às vezes até antagônicas, podem ser arbitrárias.

A identidade também é problematizada por Zygmunt Bauman (2001), que a considera como um conceito chave para o entendimento das transformações da vida social na era da “modernidade líquida”. Para Bauman (2005, p. 35) “o anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo”. Desta forma, a transitoriedade e o movimento marcariam a busca por referenciais identificatórios, fazendo com que a experimentação, construção e pertencimento a múltiplas identidades alternativas tornem-se de acordo ainda com o próprio autor (2005, p.92):

Uma experimentação infundável. Os experimentos jamais terminam. Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você as escolha. Muitas outras identidades não sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobiçadas durante a sua vida. Você nunca saberá ao certo se a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente lhe trará maior satisfação.

Desta forma, a identidade pessoal tornaria se frágil, instável, perdendo a sua

unicidade e estabilidade, havendo no entanto, quem propusesse o seu abandono conceitual a favor do conceito de “*identificação*” (Maffesoli, 2004).

Michel Maffesoli aposta que a ideia clássica da identidade está saturada. Assim, o autor nos convida a questionar a força da noção de indivíduo com sua identidade específica, sexual, ideológica, profissional, sugerindo o termo “*pessoa*” apresentando assim diversas aspectos que, apesar de distintos, são incorporadas por uma mesma pessoa. Para Maffesoli (2007, p. 100)

Trata-se, com as consequências sociológicas que isto não deixa de ter, de um deslizamento do *indivíduo* com identidade estável exercendo a sua função dentro de situações contratuais para a *pessoa* com identidades múltiplas, desempenhando papéis em tribos de afeição.

Desta forma, o autor sugere a passagem de um modo de identidade, com uma conotação ideológica, para uma maneira de identificação, imaginativa. Assim, a *identidade* se caracterizaria como um aspecto da modernidade, enquanto a *identificação* estaria atrelada à pós modernidade.

Bauman (2005, p. 30) se aproxima da visão de Maffesoli ao afirmar que:

Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável, a “*identificação*” [grifo do autor] se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “*nós*” a que possam pedir acesso.

O termo *identificação* também é utilizado por Carrano, considerando o “eu” relacional e móvel, se redefinindo de forma contínua, como uma resposta à dinâmica social. Para Carrano (2000, p. 27)

O processo de identificação ocorre num mundo de complexidade, de possibilidades e de escolhas que se efetivam como adesão ou combate aos constrangimentos a que os sujeitos estão submetidos. O “eu” é relacional e móvel, se redefinindo continuamente como resposta a uma dinâmica social que exige uma multiplicidade de linguagens e relações para a produção das identidades.

Para Alberto Melucci (2004), falar sobre a identidade de indivíduo ou mesmo de um grupo é o equivalente a se referir à continuidade deste sujeito, de modo que as variações no tempo as adaptações a um determinado ambiente independam à delimitação deste sujeito em relação aos outros e também à capacidade de reconhecer-se e ser reconhecido. Para Melucci (2004, p.15) “*o eu já não está mais solidamente fixado em uma identificação estável: joga, oscila e se multiplica.*” O autor ainda vai além, ao afirmar que a identidade é entendida como

um processo guiado por diferentes sistemas de relações e representações. Melucci utiliza a palavra *identização* para expressar o caráter processual e auto-reflexivo da identificação de nós mesmos, como uma ideia de construção contínua, aberta a possibilidades. Assim, as diversas e possíveis experiências vividas pelos indivíduos possibilitam que suas identidades estejam durante todo o tempo possíveis de serem reformuladas e alteradas.

1.2 - Identidade entre travestis e transexuais.

No campo da psiquiatria e psicologia, os termos *travestismo* e *transexualismo* foram historicamente designados na literatura médica e psicológica aos indivíduos que buscavam por diversas maneiras características vistas tipicamente como do sexo oposto ao próprio. Embora alguns teóricos postulem a existência de alterações cromossômicas e hormonais, tal posição é minoritária entre estudiosos da temática transgênera.

As nomenclaturas contidas nos manuais médicos e psiquiátricos da atualidade quase pouco diferem uma das outras. As definições que constam da 10ª Revisão da Classificação Internacional de doenças e de Problemas Relacionados à Saúde (CID 10), produzida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) são bem próximas às do Manual de Diagnóstico e Estatística de Doenças Mentais, produzido pela Associação Psiquiátrica Americana (American Psychiatric Association) em sua 4ª edição (DSM IV).

Na 10ª Revisão do CID constam as seguintes definições abaixo:

Transtorno de identidade sexual na infância (CID: F64.2)

Transtorno que usualmente primeiro se manifesta no início da infância (e sempre bem antes da puberdade), caracterizado por um persistente e intenso sofrimento com relação a pertencer a um dado sexo, junto com o desejo de ser (ou a insistência de que se é) do outro sexo. Há uma preocupação persistente com a roupa e as atividades do sexo oposto e repúdio do próprio sexo. O diagnóstico requer uma profunda perturbação de identidade sexual normal; não é suficiente que uma menina seja levada ou traquinas ou que o menino tenha uma atitude efeminada.

Transexualismo (CID: F64.0)

Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

Travestismo bivalente (CID: F64.1)

Este termo designa o fato de usar vestimentas do sexo oposto durante uma parte de sua existência, de modo a satisfazer a experiência temporária de pertencer ao sexo oposto, mas sem desejo de alteração sexual mais permanente ou de uma transformação cirúrgica; a mudança de vestimenta não se acompanha de excitação sexual.

Travestismo fetichista (CID: F65.1)

Vestir roupas do sexo oposto, principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto. O travestismo fetichista se distingue do travestismo transexual pela sua associação clara com uma excitação sexual e pela necessidade de se remover as roupas uma vez que o orgasmo ocorra e haja declínio da excitação sexual. Pode ocorrer como fase preliminar no desenvolvimento do transexualismo.

Já o DSM, no capítulo sobre Transtornos sexuais e da identidade de gênero, apresenta as seguintes definições:

Transtornos Sexuais e da Identidade de Gênero

Disfunções sexuais

Parafilias

302.3 fetichismo transvéstico

302.xx Transtornos da identidade de gênero

302.6 Transtornos da identidade de gênero em crianças

302.85 Transtornos da identidade de gênero em adolescentes ou adultos,

302.6 Transtornos da identidade de gênero sem outra especificação

Os critérios para o diagnóstico do Fetichismo transvéstico são:

A. Por um período mínimo de 6 meses, em um homem heterossexual, fantasias sexualmente excitantes, recorrentes e intensas, impulsos sexuais ou comportamentos envolvendo o uso de roupas femininas;

B. As fantasias, impulsos sexuais ou comportamentos causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. Especificar se: com disforia quanto ao gênero: se o indivíduo sente um desconforto persistente com o papel ou a identidade de gênero.

Já para os Transtornos da identidade de gênero, os seguintes diagnósticos são apresentados:

- A. Uma forte e persistente identificação com o gênero oposto (não meramente um desejo de obter quaisquer vantagens culturais percebidas pelo fato de ser do sexo oposto). Em crianças, a perturbação é manifestada por quatro (ou mais) dos seguintes quesitos: (1) declarou repetidamente o desejo de ser, ou insistência de que é, do sexo oposto; (2) em meninos, preferência pelo uso de roupas do gênero oposto ou simulação de trajes femininos; em meninas, insistência em usar apenas roupas estereotipadamente masculinas; (3) preferências intensas e persistentes por papéis do sexo oposto em brincadeiras de faz-de-conta, ou fantasias persistentes acerca de ser do sexo oposto; (4) intenso desejo de participar em jogos e passatempos estereotípicos do sexo oposto; (5) forte preferência por companheiros do sexo oposto. Em adolescentes e adultos, o distúrbio se manifesta por sintomas tais como desejo declarado de ser do sexo oposto, passar-se frequentemente por alguém do sexo posto, desejo de viver ou ser tratado como alguém do sexo oposto, ou a convicção de ter os sentimentos e reações típicos do sexo oposto.
- B. Desconforto persistente com seu sexo ou sentimento de inadequação no papel de gênero deste sexo.
- C. A perturbação não é concomitante a uma condição intersexual física.
- D. A perturbação causa sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

O DSM e o CID tem por objetivo a padronização e orientação do tratamento e a pesquisa em relação a doenças e transtornos psíquicos. O principal ponto de observação nas definições apresentadas nos manuais citados acima é a respeito de sua categorização enquanto doenças, conforme a utilização do sufixo “ismo” para qualificar os transtornos sexuais. Tais definições são sustentadas por um critério de existência ou não de pertencimento ao sexo oposto, bem como da presença ou ausência da busca de uma transformação corpórea e da existência ou não do hábito de se vestir conforme alguém do sexo oposto. Dentre as definições, revela-se a noção de pessoas travestis ligadas ao fetichismo, como algo “enganoso”, do tipo que se “parece, mas não é”, e a discussão sobre as transexuais, na qual debate-se o quanto e em que grau elas pertencem ou “são” de outro sexo.

O CID 10 caracteriza o transexualismo como doença, um transtorno mental de ordem sexual e como analisado por Berenice Bento (2008, p.89) “Não há nenhuma problematização das identidades de gênero ou dos “sintomas” que o levaram a concluir que toda pessoa transexual deseja uma cirurgia de transgenitalização”. Já o DSM em sua quarta edição exclui o termo transexualismo, talvez por conta de seu diagnóstico ser extremamente baseado em

dados psicológicos e interpretações sociais, além da ausência de problemas fisiológicos ou mesmo por seguir uma tendência de tornar-se mais genérico em determinados capítulos, ampliando desta forma, o número de transtornos possíveis.

De acordo com os termos que foram expostos, percebe-se uma ausência na forma de entender a sexualidade como algo socialmente construído e passível de mudanças ao longo do tempo. Também a caracterização como doença acaba por conferir um lugar de anormalidade para os indivíduos, como se estes deveriam se submeter a algum tipo “correção”, tendo em vista a tentativa de conter a diversidade sexual em um número específico de formas, excluindo-se aí outras possibilidades de manifestação de identidades.

No Brasil, grande parte dos estudos de transgressão de gênero possuem a travesti como temática de pesquisa e estudo.

Como um forte exemplo deste tipo de figura desviante, Madama Satã tornou-se uma importante representante do imaginário social carioca da década de 40. Sua personalidade era a típica tradução de uma personalidade que fundia elementos do universo masculino e feminino. Para Green (2003, p.204) “Madame Satã transgrediu aqueles padrões de atuação que privilegiavam a efeminação e uma imitação do comportamento associado a mulheres”. O autor adicionalmente nos informa que: “sua identidade marginalizada, generalizada de forma anômala, coexistia confortavelmente com as francesas, polacas e mulatas que trabalhavam nos vários bordeis que funcionavam na Lapa” (ibidem 2003, p.205).

A longo dos tempos e ainda hoje, a imagem da travesti sempre esteve e ainda é associada a uma figura socialmente desviada, vinculada sobretudo à ideia de prostituição, marginalidade, delinquência, baixa escolaridade, baixa renda. Por mais que haja um esforço sobretudo por parte dos movimentos sociais para promover uma imagem socialmente aceita, é ainda muito forte os traços que associam a identidade travestis a aspectos bastante negativos, sendo a prostituição o seu mais forte marcador social.

Embora de uma maneira geral o termo travesti possa designar qualquer pessoa que venha se travestir com vestimentas destinadas ao gênero oposto, é comum que as outras categorias abarcadas pelas identidades transgênero, como por exemplo as transformistas, dragqueens e crossdressers, busquem se distanciar da imagem da identidade travesti, justamente por conta de sua associação à prostituição. Sobre as identidades transgêneros, cabe aqui trazer os comentários de Jayme (2004, p. 2 e 3):

É importante explicitar - na definição êmica - o que são travestis, transformistas, transexuais e drag queens. As travestis dizem que são —'mulheres' dia e noite, pois interferem no corpo por meio de roupas, maquiagem, cabelo e trejeitos femininos e através

de medicamentos (hormônios femininos) e silicone em partes do corpo. No entanto, afirmam que não desejam fazer a cirurgia de transgenitalização, querem manter o órgão sexual masculino. A diferença entre as transexuais e as travestis, é que as primeiras afirmam que nasceram com o corpo errado. Seriam mulheres presas em um corpo de homem. O órgão sexual é visto como um apêndice, portanto, algo que deve ser retirado. Assim, a transexual é aquela que fez (ou deseja fazer) a cirurgia de transgenitalização. Para as transformistas o tempo define o masculino e feminino. Dizem: eu sou homem de dia e mulher de noite. O corpo é modificado com maquiagem, roupa, espuma para fazer seios e ancas. Diante de uma transformista —montada! não é possível saber se trata-se de homem, mulher, travesti ou transexual. A transformação pretende ocultar inteiramente o masculino. A diferença entre transformistas e drag queens refere-se ao fato de que essas últimas não têm a preocupação das transformistas em —parecer mulher!. A maquiagem é recarregada, a roupa exagerada, com altas plataformas, cabelos coloridos etc. O termo transgênero é utilizado para reunir todas essas categorias tratadas aqui, mas mantendo as diferenças .

Ao longo do tempo, muitas mudanças conceituais e terminológicas foram surgindo e se modificando nos diversos estudos relacionados às travestis brasileiras. No ano de 1990 o antropólogo norte-americano Don Kulick realizou um estudo com travestis na cidade de Salvador, Bahia. Na época, as travestis eram definidas pelo autor como homens homossexuais que exigiam ser tratados no feminino, se vestiam de mulher, tomavam hormônios e aplicavam silicone para parecer ainda mais “mulheres”. No ano de 1993 foi publicado pelo antropólogo Hélio Silva um importante estudo sobre a prostituição no bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro. Naquela época, por exemplo, era comum que o artigo definido masculino “o” precedesse a terminologia travesti. No ano de 1997, no estudo publicado por Marcos Benedetti sobre as travestis de rua da cidade de Porto Alegre, era comum a ideia da homossexualidade compulsória para as travestis.

Tomando por base estes três estudos que foram e ainda são de grande relevância para o universo travesti, percebemos que muitos dos conceitos trazidos pelos autores foram se transformando com o tempo. Atualmente é considerado ofensivo se referir a uma travesti, utilizando o artigo masculino “o”. Da mesma forma que não se pode pensar que todas as travestis sejam homossexuais, visto que há travestis que são bissexuais ou mesmo pansexuais. Também é equivocado pensar que toda travesti anseia ter o seu corpo modificado pelo uso de silicone, seja este industrial ou cirúrgico. Até mesmo porque, se formos considerar os diferentes contextos socioeconômicos em que as travestis podem estar inseridas, existirão aquelas que mesmo desejando, não terão oportunidades e condições financeiras para promover mudanças em seu corpo. De mesmo modo que existirão outras que mesmo possuindo tais recursos, hesitarão de realizar tais modificações por motivos de saúde ou mesmo de fuga de uma exigência de feminilização “padrão” de seus corpos, construídos sobretudo pelos fortes apelos midiáticos. Outro ponto a ser colocado é sobre o fato de normalmente pensar que a

travesti convive sem conflitos com sua genitália e que uma hipotética “necessidade” de realização da cirurgia de transgenitalização é somente direcionada às mulheres transexuais. Há travestis que desejam recorrer a tal processo, sem contudo deixar de reivindicar sua identidade travesti (seja por motivos de militância ideológica ou mesmo de enfrentamento aos estigmas trazidos pela categoria travesti).

Não se pode pensar em uma única e imutável forma de identificação da identidade travesti, pois dependendo das mais diversas variantes (tempo histórico, inserção social, poder econômico, formação ideológica) haverá sempre possibilidades diferentes de definição sobre o que é ser travesti.

Esse mesmo ponto pode ser direcionado à pessoa transexual que não legitima sua própria condição transexual baseada na realização do processo transgenitalizador, pois da mesma forma há transexuais que não reivindicam determinadas modificações em seu corpo por questões de saúde, medo de se submeter a um processo cirúrgico complexo ou mesmo por não sentir incômodo com sua genitália. Esse posicionamento vai contra a corrente mais comum de pensamento que trata de denominar a transexual como uma pessoa que se sente desconfortável, ou mesmo que tem repulsa à sua genitália, necessitando submeter-se ao processo transexualizador. É cada vez mais recorrente que a questão de identificação e vivência de uma determinada identidade esteja livre de regras e padrões rigidamente pré estabelecidos, que por sua vez, historicamente tem sua raiz nas fundamentações binárias de gênero, neste caso, sobre o que legitima ou não uma ideia de “feminilidade padrão”. Ter ou não seios implantados cirurgicamente ou por via de bombadeiras¹³, não faz de uma travesti ou transexual ser “menos” travesti e/ou transexual. Da mesma forma que uma mulher transexual não limita sua categorização como mulher pelo fato da existência e manutenção de um pênis, independentemente deste ser ou não utilizado em suas relações sexuais.

A identidade transexual também teve o seu surgimento vinculada ao discurso médico-psiquiátrico. Desde a época dos primeiros estudos sobre transexualidade na década de 1950 até os dias atuais, a identidade transexual está baseada na ideia da existência de uma aversão sistemática da pessoa ao seu corpo. Desta forma, a pessoa transexual sofreria um embate entre a concepção de identidade que ela possui de si e o seu corpo, que necessitaria ser modificado de forma a ser ajustado dentro desta concepção.

¹³ As bombadeiras, geralmente são travestis mais velhas, que realizam a aplicação de silicone industrial em outras travestis. Para mais informações: <https://www.youtube.com/watch?v=8ukxnIDYdKE>

No Brasil, na parte final dos anos 1980 passou a haver uma diferenciação conceitual e terminológica entre os termos travesti e transexual, com o claro intuito de promover uma distinção entre tais categorias. Deste modo, houve um forte marcador de diferença entre o que podia ser classificado como um “desvio positivo” e moralmente justificado pelo discurso das pessoas portadoras de um transtorno de identidade; discurso esse em relação aos transexuais; e um “desvio negativo”, baseado na marginalidade, violência e exclusão destinada às travestis.

Por conta da classificação como uma pessoa portadora de um distúrbio mental, a transexual acaba sendo de certa forma, ou pelo menos num primeiro momento, afastada do estigma negativo atribuído à travesti. Tanto que é muito comum vermos pessoas que antes se identificavam como travesti passando a se reconhecerem como transexuais. Percebem-se, de maneira geral, a transexual com um marcador social menos estigmatizado perante a sociedade. O imaginário da mulher transexual é construído a partir de uma pessoa que detém melhores condições financeiras, que teve mais oportunidades, foi morar na Europa, utiliza-se de silicone cirúrgico em suas modificações corpóreas, em contrapartida à travesti, que vive sob o estigma da prostituição barata, falta de estudos, marginalidade, roubos, brigas, escândalos.

A patologização da experiência transexual acaba por cumprir uma função na sociedade de regulação e controle do comportamento das pessoas, tomando por base o dispositivo binário de gênero. Desta forma acaba sendo menos opressivo viver sob o estigma de ser um “doente mental” a ter sua vida marcada sob as opressões que situam a vida das travestis.

No entanto, para muitos militantes da causa transgênera, a despatologização da experiência transexual é vista com cautela, pois é justamente essa condição patologizante que garante à travestis e transexuais tratamento público hormonioterápico, realização de cirurgias de redesignação sexual, entre outros, para que possam assim, realizar as adequações que julguem necessárias em seus corpos. De acordo com Lima (2012, p.2 e 3):

A ideia da transexualidade, enquanto um —transtorno de identidade de gênero, é resultado de um conjunto de saberes que, através de relações e práticas de poder estabeleceram sobre os corpos, o sexo e a sexualidade toda uma organização conceitual e prática que permitiu e legitimou a transexualidade como um fenômeno por excelência, do âmbito médico, principalmente psiquiátrico. No Código Internacional das Doenças — CID 10, a transexualidade figura o F64.0, fazendo parte dos transtornos de identidade sexual com a tipologia de — transexualismo. No Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais, o DSM-IV, a transexualidade passa a ser considerada uma disforia neurodiscordante de gênero, tendo como referência o F64.x. Neste contexto, as relações entre diferentes campos de saber — Medicina, Psiquiatria, Sexologia, Sociologia, entre outros, contribuíram para a invenção da transexualidade enquanto fenômeno singular, definindo suas características bem como condutas terapêuticas e práticas interventivas, transformando-se num imperativo normativo. Esse movimento se configurou a partir de um conjunto de enunciações, práticas discursivas, postulados, pesquisas, e, principalmente de um feixe de relações de força (poder).

Vale aqui ainda trazer o apontamento trazido pela socióloga Berenice Bento (2006, p. 20 e 21):

A definição da transexualidade como *transtorno* ou *doença* se baseia em uma determinada concepção de gênero, transfigurada em etiologias [...] esta experiência põe em destaque elementos que revelam o funcionamento das normas de gênero e, ao revelá-las, cria um campo contraditório de deslocamentos e de fixações dessas mesmas normas.[...] No Brasil, as cirurgias estão restritas aos hospitais universitários e públicos. Para que o/a transexual possa realizá-la, deverá fazer parte de um programa que estabelece regulamentos para a sua vida no hospital. Essas regras se materializam em protocolos, que visam criar mecanismos para a produção do diagnóstico final e, assim, definir se a cirurgia deve ou não ser realizada.

No Brasil, o surgimento do debate público sobre transexualidade e a possibilidade de construção da categoria transexual como uma identidade diferente da travesti, é algo recente, surgindo no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Por conta da “epidemia” da Aids, houve um aumento significativo do número de grupos em defesa do movimento homossexual, bem como a emergência das primeiras organizações em defesa dos direitos de travestis e transexuais.

A verdade é que não dá para falar sobre identidades de gênero, como algo pronto ou acabado, perfeitamente definido e completamente distinta umas das outras. As identidades transgêneras não são e nem devem ser separadas por fronteiras rigidamente demarcadas. A maior luta é justamente pela igualdade de direitos para todo o grupo transgênero. Questões como o direito à alteração do registro civil sem a necessidade de parecer médico e jurídico, livre acesso ao uso de banheiros em escolas e espaços públicos, informações à população para que haja o reconhecimento e respeito no tratamento às pessoas trans. Para a obtenção de políticas públicas até seria razoável tratar sobre os rótulos identitários que compõem o segmento “T”. No entanto, é completamente sem sentido qualquer tentativa de hierarquização entre tais identidades gênero-divergentes, pois na verdade, o que ocorre é a repetição de um sistema de exclusão dentro do próprio seguimento, onde os mais desfavorecidos são os próprios componentes do grupo.

1.3 - Corporalidades e subjetividades travesti e transexual

É através do corpo que travestis e transexuais evidenciam as marcas das experiências vividas, as modificações e transformações realizadas possibilitando, assim, a emergência de

outros modos de existencialização. É sobre os corpos que são inscritos os marcadores da subjetividade, entre eles os de gênero. As marcas que se inscrevem nos corpos são vistas e entendidas de diferentes formas, levando em consideração o contexto histórico e cultural vivenciado pelos indivíduos. Desta forma, Louro (2004, p. 89). nos informa que:

Nomeados e classificados no interior de uma cultura, os corpos se fazem históricos e situados. Os corpos são “datados”, ganham um valor que é sempre transitório e circunstancial. A significação que se lhes atribui é arbitrária, relacional e é, também, disputada. Para construir a materialidade dos corpos e, assim, garantir legitimidade aos sujeitos, normas regulatórias de gênero e sexualidade precisam ser continuamente reiteradas e refeitas. Essas normas, como quaisquer outras, são invenções sociais. Sendo assim, como acontece com quaisquer outras normas, alguns sujeitos as repetem e reafirmam e outros delas buscam escapar

A partir daí, travestis e transexuais, de algum modo, ao reinventarem seus corpos, buscam escapar das convenções impostas ao seu sexo/gênero. Em contrapartida, ao reproduzirem alguns aspectos da feminilidade, acabam naturalizando determinados comportamentos e posturas, sobretudo geradas pela heteronormatividade. Assim, os produzem atos performativos e subversivos ao mesmo tempo, no entanto, outras formas de viver a feminilidade são apresentadas.

Esses outros modos de existencialização, trazidos pelas travestis e transexuais, tornam-se, portanto, alvo de investigação e análise. Desta forma, o gênero caracteriza-se como uma categoria diagnóstica.

Áreas de conhecimento como a medicina, psiquiatria e psicologia produzem discursos sobre a sexualidade que de certa forma investigam os sujeito e normalizam as atitudes e práticas de travestis, transexuais, gays, lésbicas e bissexuais, que acabam sendo rotulados como doentes e anormais. Sobre esses indivíduos aplicam-se estratégias de normalização, tais como a produção de saberes, de modo a classificá-los; a investigação sobre seus corpos e suas práticas; o controle e a vigilância, entre outras.

No século XIV, através da psiquiatria, a medicina apresenta sua função social em uma sociedade da normalização. O poder da Medicina insurge em diversos contextos: na família, nas escolas, nos tribunais; estendendo-se também, sobre a sexualidade e educação. Desse modo, a norma se torna o critério de divisão dos indivíduos.

Dado o fato de estar sendo constituída uma sociedade da norma, a medicina detém lugar de destaque. Para Foucault (2010), é a partir do século XVIII que a medicina instaura-se no cenário da loucura, por meio do estudo das curas das doenças mentais. A partir deste cenário, possibilita-se a emergência da psiquiatria e instaura-se um diálogo entre o paciente e

o médico. Estabelecem-se algumas ideias terapêuticas sobre da cura da loucura. No entanto, na era clássica, não há distinção entre medicamentos físicos, psicológicos ou morais, uma vez que a psicologia ainda não é existente. Somente no século XIV, quando são inventados os métodos morais, é que isso ocorrerá. Para Foucault (ibidem, p. 3250 “A distinção entre o físico e o moral só se tornou um conceito prático na medicina do espírito no momento em que a problemática da loucura se deslocou para uma interrogação do sujeito responsável”

A psicologia, já instituída como processo disciplinador da norma, passa a ter o poder de dizer quem são os sujeitos, de falar sobre a subjetividade, marcando e nomeando os desvios em termos de condutas de adequação ou não.

As transexuais e as travestis são alvos dessa investigação por serem entendidas como corpos abjetos, provocando, muitas vezes, repulsa na sociedade, sendo, para muitos consideradas aberrações, pois desafiam a heteronormatividade, ou seja, são produzidos fora da inteligibilidade social, incoerentemente em relação às normas hegemônicas. Para Butler (2007, p. 155)

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito.

Apesar das travestis e transexuais estarem relacionadas à abjeção e tenham, nesse sentido, sofrido com atos de repúdio, com distintas formas de preconceito, elas têm travado lutas diárias pela visibilidade e pelo respeito, pelo reconhecimento enquanto indivíduos de direitos. De acordo com Peres (2013, p. 126) “de um corpo despotencializado e fraco surge um corpo empoderado e forte, guerreiro e reivindicador de direitos” Assim, muitas travestis e transexuais lutam pela promoção de políticas públicas que as defendam, buscando desconstruir o processo de patologização com relação à transexualidade e os discursos que as associam à doença, marginalidade, resistindo aos processos de hierarquização e normalização.

Travestis vivem o masculino e o feminino ao mesmo tempo, pois essa possibilidade de transitar entre os dois gêneros foge aos regimes de verdade instituídos socialmente, ou seja, as convenções que produzem e reafirmam a heteronormatividade e instituem modos de ser. Ou se é mulher, e se pertence ao universo feminino, ou se é homem e se pertence ao universo masculino. Assim, travestis rompem as fronteiras de gêneros, desconstruindo as normatividades e instituindo outros modos de subjetivação.

Considerando que os processos de subjetivação contribuem para a constituição dos indivíduos como sujeitos, podemos pensar que é a partir daí que os indivíduos passam a se

constituir como sujeitos de uma sexualidade, buscando o conhecimento de si. De acordo com Foucault, (2010, p.236) a subjetividade refere-se à “maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo”. Portanto, é nesse jogo de relação consigo e, também, com os outros, que os sujeitos, a partir de discursos e jogos de verdade, reconhecem-se como sujeitos de uma sexualidade.

Peres (2009), em sua pesquisa “Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira” problematiza a subjetividade, diferenciando os processos de subjetivação normatizadores dos singularizadores. Para o autor, os processos normatizadores buscam, de alguma forma, manter a norma estabelecida socialmente. Já os processos singularizadores se mostrariam como linhas de fuga e resistências frente ao poder que facilitariam a expressão da diferença, da singularidade e da criatividade. Desta forma, a partir dos modos de subjetivação singularizadores, os sujeitos rompem com a norma, tornam-se resistentes a ela. Refletindo sobre a constituição de gays, travestis e transexuais, entendemos que, ora percebemos os processos normatizadores operando, ora os singularizadores. Em alguns momentos, embora tais sujeitos busquem confundir as fronteiras, rompendo com a norma heterossexual e com os processo dicotômicos homem/mulher, masculino/feminino, é possível evidenciarmos, a partir de suas posições de sujeito, a permanência e fixação desses binarismos e de padrões hegemônicos.

Ao discutir sobre a não distinção entre sexo e gênero e ao afirmar que talvez o sexo tenha sempre sido gênero, Judith Butler não nega a existência de uma materialidade, de um corpo. Ela propõe um pensamento acerca dos efeitos ou da materialização produzida por práticas regulatórias sobre o sexo. Desta forma, há um sexo, um corpo, mas essa materialidade é constituída e produzida pelos discursos sociais, culturais e históricos que buscam estabelecer uma ordem compulsória ou uma coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. Butler (2013, p. 156) ainda destaca que “o sexo se torna compreensível por meio dos signos que indicam como ele deveria ser lido e compreendido. Esses indicadores corporais são os meios culturais através dos quais o corpo sexuado é lido”. De acordo com a autora, o corpo sexuado é construído a partir de signos produzidos sobre ele e não há como destacarmos o que é material e o que é cultura nessa construção. Para Butler (2010,p 194)

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que, por outro lado, pretendem expressar, são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos.

Considerando que gênero é construído a partir de atos repetidos, ele constitui-se a partir de um conjunto de normas mantidas e repetidas, que se instituem sobre os corpos, tornando-o visível e aparente. O gênero, portanto, é performativo. O que significa que se produz uma série de efeitos. Assim como o sexo, o gênero é produzido e reproduzido a todo tempo. Nenhum sujeito pertence a um gênero desde sempre. O gênero é produzido culturalmente, mas ele é, também considerado um “domínio de agência ou de liberdade”. A partir deste ponto de vista, sexo e gênero são discursivamente construídos, isto é, não há uma naturalidade no sexo. Há inúmeras interpretações e normas de gênero que se instauram e são transmitidas aos nossos corpos, cabendo ao sujeito assumir e seguir ou não tais normas. Há uma diferença em ser e existir o próprio corpo. Assim, podemos pensar o processo de produção dos corpos de travestis e transexuais, que constroem e alteram o corpo com o qual nascem. Para Berenice Bento (2008, p.30):

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo na história do processo de (re)produção sexual. Neste processo, certos códigos naturalizam-se, outros, são ofuscados e/ou sistematicamente eliminados, postos às margens do humanamente aceitável, como acontece com as pessoas transexuais.

A realização do processo de transgenitalização é uma forma de dar existência a muitas transexuais, celebrando uma forma de reconhecimento e afirmação na produção de sua subjetividade transexual. Atualmente o processo cirúrgico é acompanhado e validado por especialistas da área médica e psicológica que irão diagnosticar e caracterizar a existência ou não da transexualidade. Para muitas, há o entendimento deste processos como algo evolutivo, sendo uma pré-condição primeiramente reconhecer-se como gay, depois como travesti e, logo, como transexual, estabelecendo uma correspondência e relação entre a identidade sexual e a identidade de gênero. No entanto, cabe salientar que ser gay refere-se à homossexualidade, ou seja, à identidade sexual de um sujeito; ser transexual refere-se ao modo de como viver a masculinidade ou a feminilidade. A pessoa pode ser transexual e heterossexual, ou, também, transexual e homossexual ou bissexual. A própria condição da transexualidade não está vincula aos desejos atribuídos a uma ideia heteronormativa.

Assim, a realização da cirurgia de mudança de sexo é uma forma de reconhecimento de um corpo que, até então, é incoerente com sua subjetividade. Ao longo de um processo de fabricação deste corpo, o mesmo é moldado de forma, então, a reconhecê-lo como seu, instituindo, ao seu modo, normas no seu corpo que ora são reiteradas, ora são recompostas. É a partir do seu corpo que há a afirmação e reconhecimento enquanto sujeito.

No processo de construção subjetiva da transexualidade e travestilidade, investir na fabricação de um corpo, tornando-o visível, porém atrativo, é também uma maneira de produção de uma imagem dita “normal”, ou seja, coerente com as posturas adotadas diariamente. A pretensão de mudar o corpo é geralmente procedida pelo processo de ingestão de hormônios. A farmacologia é tida como suporte da fabricação do corpo de travestis e transexuais. Esse processo de investimento na mudança corporal e na feminilização desse corpo é sustentado por discursos produzidos por especialistas da área da endocrinologia. Para o processo de feminilização, a ingestão de hormônios caracteriza-se como ato indispensável e fundamental na fabricação desse corpo. Pode-se dizer que o corpo também assume uma posição de objeto, em que nele tudo se faz. Ou seja, a partir da reconstrução dos traços, dos gestos, das vestimentas; enfim, de toda uma estética corporal, ocorre um processo de modelagem.

As técnicas normalmente mais empregadas para a produção de um corpo feminino são a utilização de maquiagem, vestuários tido como feminino, bem como outros recursos de beleza (manicure, escovas progressivas, entre outros). A ingestão de hormônios e o implante de silicone; seja este cirúrgico ou industrial, também ocupam lugar de destaque.

A respeito do emprego da farmacologia no processo de construção da subjetividade, Paul Beatriz Preciado (2008) discute sobre os processos de governo dos corpos, fazendo um deslocamento do conceito de biopoder de Foucault para o conceito de farmacopoder ou farmacopornografia¹⁴. Isto é, de uma sociedade do controle passa-se a uma sociedade farmacopornográfica, em que o controle é exercido do próprio sujeito sobre si mesmo.

A partir dos anos 40, o biopoder toma a forma do regime farmacopornográfico, segundo a minha interpretação. [...] Assim sendo, para vigiar o corpo, as técnicas de controle miniaturizam-se depois da Segunda Guerra Mundial; com a invenção dos hormônios, as técnicas de controle tornam-se interiores. Já não é necessário o hospital, o quartel, a prisão, porque agora o próprio corpo foi convertido num território de vigilância, na ferramenta definitiva. O que está a acontecer quando se toma testosterona ou a pílula? Engole-se uma cadeia de signos culturais, uma metáfora política que comporta uma definição performativa de construção do gênero e da sexualidade. O gênero, feminino ou masculino, aparece com a invenção das moléculas (Entrevistadoe Butler, 2013).

¹⁴ Preciado (2008) define como *farmaco* os processos de governo biomolecular e *porno* os processos referentes ao governo semiótico técnico da subjetividade sexual “dos quais a pílula anticoncepcional e a Playboy são paradigmáticos.

De acordo com Preciado (2008), a pílula anticoncepcional vai além função de controle da reprodução. Ela também possui função importante na fabricação e controle dos gêneros. Desta forma, a pílula tem a capacidade de operar sobre a biologia do corpo, produzindo efeitos nas subjetividades e, consequentemente, no gênero.

Para o autor, os hormônios são “metáforas tecno-vivas”, isto é, “artefatos farmacopornográficos” capazes de produzir e transformar os corpos. A partir da ingestão de hormônios, portanto, a feminilidade pode ser fabricada.

Essas técnicas de produção corporal exteriorizam e visibilizam as particularidades das travestis e transexuais, permitindo o seu ingresso no universo feminino. No entanto, vale salientar que a feminilidade travesti evidencie, em muitos casos, um corpo híbrido entre o masculino e o feminino. O corpo é o suporte de investimentos. Ao torna-lo atrativo, torna-o, também, fonte de sustento.

De acordo com as enunciações, a construção da feminilidade de algumas travestis e transexuais é realizada a partir da ideia do corpo feminino como suporte de sensualidade e de poder; ou seja, a fantasia de que ser mulher requer investir incessantemente na beleza e na sensualidade.

A prostituição apresenta-se como um modo de adquirir recursos financeiros e também é uma experiência em que se pode tornar visível a criatividade acerca da produção de sua feminilidade. Portanto, é na convivência nos territórios de prostituição que as travestis e transexuais incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos truques e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências. Este é um dos importantes espaços de construção corporal, subjetiva e social para travestis e transexuais.

A prostituição é mesclada pela luta pela sobrevivência e a fabricação de si, tornando visível todo o aparato que constitui a feminilidade das travestis e transexuais e que, consequentemente, seja a partir da simples utilização de marcadores e vestimentas ditos do gênero feminino, ou a partir de investimento mais específicos, como a ingestão de hormônios, realização de cirurgias de feminilização, utilização de silicone, entre outras técnicas que fazem parte da tecnologia da transformação corporal. Nesse processo de transformação e construção da subjetividade, o corpo, além de ser ator, é também cenário dessa produção

Travestis e transexuais inscrevem no corpo as marcas da feminilidade que, a todo instante, é reforçada e produzida. O corpo torna-se o sustentação dessa produção. É no corpo e por meio deste que se busca o reconhecimento e a afirmação de si. Os corpos das travestis e transexuais perturbam, incomodam, desestabilizam porque promovem fissuras na norma

estabelecida socialmente. Embora muitos atos sejam performativos, as inscrições corporais de travestis e transexuais são também entendidas como subversivas, e essas, portanto, tornam-se indicadores de classificação, hierarquização, ordenação, normalização. É a partir da criação dessas outras possibilidades, da construção de outros modos de ser, que os sujeitos constituem-se e reinventam-se. Desta forma, para Benedetti (2013a):

O ‘universo trans’ está composto por esta miríade de sujeitos, identidades, corpos, práticas e significados que voluntariamente, (trans)formam-se e constroem-se em função de valores e concepções do gênero que são diferentes daqueles hegemônicos na sociedade abrangente.

A caracterização da travestilidade e da transexualidade aponta elementos constitutivos de suas subjetividades, que reproduzem algumas convenções sociais, mas também apresentam outras experiências, outras feminilidades e outras relações consigo mesmas. Travestis e transexuais reivindicam que ser mulher é um constitutivo plural de características específicas que desafiam as normativas estabelecidas a seus corpos biológica e culturalmente definidos como pertencentes ao sexo biológico masculino. Desta forma, elas trazem à tona diferentes posições de sujeito, ou seja, por meio de inúmeras tecnologias de transformação corporal, elas produzem seus corpos, projetam suas vidas e evidenciam outras possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades, desafiando, em muitos casos, a heteronormatividade. O processo de constituição pessoal é contínuo, transitório e de permanente reconstrução, sendo atravessado por resistências, pela emergência de singularidades, as quais nos possibilitam repensar a normalidade e anormalidade, e pela criação de diferentes e autênticos modos de existência.

1.4 - Passabilidade trans

O que significa para uma pessoa ser considerada feminina? Quais são os critérios que compõem essa dita feminilidade? Quem estipulou esses padrões? Normalmente pensamos que os modelos femininos são aqueles que a sociedade tipifica como sendo de mulher, ou mesmo aquele que possa ser pensado como uma feminilidade intrínseca à todas as mulheres. Desta forma, para que uma mulher possa ser identificada como tal, sua apresentação física, modos e maneiras de se vestir e comportar, teria de ser pertinente com aquilo que é considerado “padrão”. Aquelas que não contemplam tal padrão, fatalmente estão vulneráveis a serem

condenadas socialmente, chegando ao ponto de nem mesmo serem vistas como mulheres, ainda que se identifiquem como uma.

Os padrões femininos, criados pelo sistema patriarcal que fundamenta nossa existência, sistematiza a sociedade a partir de uma visão de mundo predominantemente masculina, atravessando sobretudo, aspectos sociais, políticos e econômicos da sociedade. A essência do que significa ser mulher, é construída a partir de uma imposição masculina, ou seja, por pessoas que não são as reais protagonistas desta história.

Os componentes de uma vivência que delimita o que é “ser feminino” e “ser masculino”, nada mais são do que uma construção de nossa sociedade, a fim de delimitar os papéis sociais do que caberia ao homem e a mulher. Os aspectos que definem os universos de cada gênero são socialmente construídos. São eles que trazem uma aura de “naturalidade” ao designar, por exemplo, que meninos gostam de azul, devem ser fortes e não chorar, enquanto as meninas devem gostar de rosa, serem delicadas e viver à espera do príncipe que irá salvá-las.

Não seria suficiente dizer que os aspectos anatômicos dos corpos são determinantes para considerar uma pessoa homem ou mulher. A biologia pode direcionar o sexo de uma pessoa, mas o seu gênero não está restrito a estes parâmetros. Muito pelo contrário, a construção de gênero passa por fatores sociais e culturais não estando delimitados à existência de um pênis ou vagina. Na busca pelo seu próprio reconhecimento e também pela aprovação social, travestis e transexuais modificam seus corpos de forma que este possa corresponder àquele com que verdadeiramente se identificam. Para tanto, a construção deste “ideal” feminino normalmente se dá pela utilização de indumentárias femininas (roupas, acessórios, maquiagens), utilização de hormônios, podendo passar por transformações corpóreas que incluem a realização de cirurgias.

A questão se coloca no quanto este padrão de feminino é imposto e também almejado por muitas travestis e transexuais. É bem verdade que há muita pressão social em cima desses corpos e que muitos dos modelos considerados femininos limitam a visão e ideia da própria travesti e transexual a respeito de sua construção de feminilidade. Muitos deste parâmetros tidos como típicos do comportamento feminino, acabam por ser cruéis e limitadores. O poder exercido pelos meios de comunicação, sobretudo pela mídia televisiva e publicidade, apresenta um determinado perfil como aquele ideal a ser alcançado, acabando por segmentar determinado corpo como o modelo a ser seguido, padronizando a estética da transexualidade. Essa padronização de comportamento acaba sendo uma das opressões tanto para mulheres cisgênero como para aquelas transgêneros. E mesmo que uma travesti ou mulher trans esteja

dentro deste referencial, basta a menção de que ela é uma pessoa transgênera, para que possa ser excluída e deslegitimada como mulher.

Os corpos trans que apresentam um maior encaixe deste parâmetro ideal feminino, implicam, portanto, em corpos que terão uma maior aceitação social. Desta forma, a passabilidade é o termo que traduz o quanto uma pessoa transgênera se parece fisicamente, se veste, fala, gesticula e se comporta de acordo com os estereótipos do gênero oposto ao que lhe foi designado ao nascer.

Se pensarmos especificamente no universo trans, essa cobrança é bem mais acirrada e cruel. No entanto, muitas travestis e transexuais preferem fugir destes modelos, por mais que isso signifique estarem expostas a sofrer mais preconceitos. Muitas delas preferem não se render aos padrões impostos, seja por motivos de ordem financeira; por não terem condições de realizarem as mudanças desejadas, seja pelo medo de submeterem a processos cirúrgicos complexos e traumáticos ou pela simples questão de entenderem que o fato de ser mulher independe de possuir ou não uma vagina ou seios cirurgicamente modificados. Relacionar a identidade de gênero à submissão de uma aparência padronizada acaba sendo uma violência ao direito que cada pessoa tem sobre o seu corpo.

Um dos maiores desafios corporais para o encaixe de uma dita padronização do “ser mulher” passa pela modelagem de um corpo tido como feminino. Dessa maneira, transexuais que possuam aparências, trejeitos e vozes que “denunciam” suas transexualidades não são “passáveis”, isto é, não são tratadas como pessoas cisgêneras, pois são imediatamente identificadas e rotuladas como mulheres “não originais” ou “de verdade”.

O fato da transexualidade ser ainda categorizada como doença, faz com que esta patologização gere ainda mais dificuldades às pessoas trans, pois o médico psiquiatra ou o juiz podem invalidar o acesso a um laudo para realização de uma cirurgia ou para a alteração dos registros civis, condicionados a um padrão de exigência do que é esperado como símbolos de uma “autêntica feminilidade”.

O termo “passabilidade” significa “passar-se por”. E é por isso que a questão de passar-se por uma pessoa cisgênera não é necessariamente a intenção de todas as pessoas transgêneras. Quando algumas travestis e transexuais ouvem coisas do tipo “você se parece muito com uma mulher de verdade” ou “ninguém diria que você é trans”, isso pode se traduzir em algo pejorativo. Ser confundida com uma mulher cisgênero pode não soar como um elogio para muitas, fazendo com que o objetivo não seja o de não parecer com uma travesti ou transexual, mas sim o de afirmar sua identidade enquanto pessoa transgênera. No entanto, para algumas pessoas transgêneras, o fato de serem confundidas pode sim, soar como

um elogio e consequentemente isto significa o quão próximo ela está de um estereotipo feminino almejado.

Nicholas (2015) fala sobre “naturalização da passabilidade” como uma questão que muitas pessoas trans desejam e conseguem atingir, por meio de grandes esforços, como a venda de bens para a realização de cirurgias e aquisição de hormônios, ou mesmo a aplicação clandestina e mais barata de silicone industrial. Para muitas, quem está fora deste processo e não tem condições e acesso para promover tais mudanças, é vista como uma pessoa em eterno “processo de transição”, alguém em modificação e que precisa transformar sua aparência. Estas pessoas acabam sendo estigmatizadas dentro do próprio meio, sendo inferiorizadas, e tendo suas experiências e capacidades minimizadas. Para o autor, embora este não seja um estigma declarado, no entanto, essas pessoas acabam se encontrando em hierarquia inferiorizada tanto dentro como fora da comunidade trans. Nicholas (ibidem) ainda assinala que:

A ausência de pessoas trans sem privilégio de passabilidade em posições de protagonismo me parece um reflexo dessa lógica, muitas vezes velada, muitas vezes inconsciente. E a maior perversidade disso me parece ser a de que no dia-a-dia – quem mais toma porrada, por ser compulsoriamente visível como trans – são justamente esses sujeitos. Quem sofre assédio em banheiro é quem não tem privilégio de passabilidade. Quem tem seus pronomes desrespeitados na maioria de suas interações diárias é quem não tem privilégio de passabilidade. As pessoas que são agredidas arbitrariamente na rua por ser trans são – adivinhem – quem não tem privilégio de passabilidade.

Existe uma grande diferença entre pertencer a um grupo privilegiado e “passar como se fosse” uma pessoa que pertence a esse grupo privilegiado, o que muitas das vezes pode gerar até mesmo piadas sobre as aparências de travestis e mulheres transexuais. Por isso, o termo “passável” exprime a ideia de ser reconhecida e aceita pela sociedade como a pessoa trans deseja. Quanto mais passável a pessoa for, mais encaixada estará nos estereótipos de seu gênero, tornando extremamente perversa essa lógica da passabilidade, onde um discurso vem estabelecer o que é ser uma mulher.

E se pensarmos naquelas pessoas que não vêem a necessidade de uma apresentação tida como feminina? Pois há muitas pessoas trans que desejam ter a marca da transexualidade em seus corpos sem para isto reivindicar uma feminilidade tal qual é esperada pela sociedade como a de uma mulher cisgênero. Até mesmo porque, não existe um padrão universal de mulher. Cada mulher terá particularidades em sua aparência que não necessariamente será regra para outras mulheres. Se pensarmos que mesmo entre mulheres

cisgêneras há diferentes tipos de mulher, não há porque existir essa exigência por uma “feminilidade” que atinja as mulheres transgêneras, pois essas também apresentam um tipo particular de feminilidade ou mesmo do que possa ser representado como mulher.

A pressão social pela busca da passabilidade contribui para que pessoas transgêneras criem uma expectativa muito grande sobre sua expressão de gênero. Travestis e transexuais passam tanto tempo de suas vidas sendo discriminadas e agredidas, que acabam por criar uma expectativa irreal sobre sua expressão de gênero. Desta forma, a passabilidade acaba por se tornar também uma busca por segurança, uma camuflagem, pois desta forma, uma pessoa que aparenta ser cisgênera estaria suscetível a sofrer menos violência, tendo maior aceitação social e possuindo também mais chances de obter uma colocação no mercado formal de trabalho.

Uma outra questão a ser pensada dentro do próprio universo transgênero, é o quanto a cobrança por esse ideal de passabilidade é cruel aos componentes do grupo. Para muitas, condicionar a validação da identidade trans é justamente tentar se enquadrar num estereótipo de gênero heteronormativo cisgênero. Essa ideia acaba por disseminar que a condição de aceitabilidade social passará pelo crivo estético. A realização de cirurgias estéticas e de readequação genital, ingestão de hormônios, tratamentos fonoaudiólogos, utilização de todo um arsenal tipicamente feminino, como maquiagens, roupas, entre outros, acaba sendo vistos como procedimentos legitimadores da passabilidade. Desta forma, “passar” compreende dissimular de maneira mais fiel possível os atributos da categoria de gênero que se deseja expressar em público. Neste caso percebe-se claramente a compreensão da filósofa Judith Butler de que gênero é performance, e que portanto, esta pode ser imitada.

Para muitas militantes do movimento transgênero, essa obsessão por se “passar” completamente dentro de um estereótipo corporal e social do gênero oposto, implica muitas das vezes numa invalidação da própria identidade transgênero, criando parâmetros de adequação baseados em uma vivência heteronormativa. Sem contar que muitas das vezes esse “modelo de mulher” acaba sendo performado de maneira exagerada, podendo até mesmo , tornar a pessoa alvo de ofensas e violência.

O escudo fornecido pela passabilidade implica em várias questões para a população transgênera: facilidade no convívio social, não vivência direta da transfobia, maior possibilidade de entrada e permanência no mercado formal de trabalho. Contudo, a imposição e cobrança deste critério, é irreal e até mesmo dispensado por muitas pessoas transgêneras, que negam qualquer adequação aos parâmetros cis-hetero-normativos de gênero e que requerem simplesmente a possibilidade de expressão de sua transgeneridade. Por isso, a

desconstrução deste ideal a ser buscado na passabilidade social é perseguido por muitos membros do movimento transgênero. A legitimidade da vivência e inserção da pessoa trans na sociedade não pode passar pelo critério de ser ou não “passável”. Caberá a cada pessoa realizar as transformações corporais que julgar necessárias, bem como optar por viver sua transgeneridade da forma que lhe for mais conveniente.

A passabilidade é uma questão a ser pensada e discutida por todo o movimento LGBTQ+ e não somente pelos transgêneros, tendo em vista que esta condição de ser ou não “passável” e suas implicações afetam também aos gays e lésbicas, por exemplo. Um homem cisgênero e gay pode ter a “camuflagem” de sua orientação sexual na passabilidade, “passando se” por um homem cisgênero heterossexual. No entanto, quando este decide formar um casal com outro homem e pensa na possibilidade de ter filhos, sua passabilidade poderia estar ameaçada enquanto pai, fazendo com que, ao sair na rua, por exemplo, aqueles dois homens com uma criança sejam reconhecidos como um casal e estando, assim, suscetíveis a sofrer discriminação e violência.

CAPÍTULO 2 - MAPEANDO PERCURSOS

2.1 – A entrevista compreensiva na pesquisa de cunho biográfico.

O processo metodológico escolhido para esta pesquisa definiu-se pela escuta biográfica das narrativas dos sujeitos realizadas através de uma entrevista compreensiva.

Esta entrevista se estabelece na realização de uma pesquisa da trajetória de vida, captada através das escutas, que possibilitam uma ampla relevância no processo de investigação, principalmente quando voltada para as apropriações e compreensões das práticas e relações cotidianas dos sujeitos.

Esta forma de pesquisa possibilita o aprofundamento e entendimento de determinadas questões que emergem nas narrativas do público entrevistado, quando suas histórias de vida se entrecruzam com os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos indo além dos aspectos singulares de suas experiências, levando à uma interlocução com toda uma pluralidade de sujeitos e espaços de uma sociedade. No caso específico desta pesquisa, as questões pertinentes partem das experiências constitutivas da individualidade e de processos de individuação, que acabam por definir a construção de uma identidade trans, enfocando as dificuldades na trajetória de vida de travestis e transexuais relacionadas ao ingresso e permanência no mercado formal de trabalho.

A análise compreensiva feita a partir da interpretação das narrativas busca evidenciar as singularidades das histórias e das experiências contidas nas narrativas individuais e coletivas dos sujeitos implicados em processos de pesquisa e formação.

Desta forma, as entrevistas narrativas permitem a compreensão das “[...] alternâncias e cumplicidades, as homologias de procedimentos e as imbricações sócias que ligam as “artes de dizer” às “artes de fazer”. (Certeau 2012, p.141 e 142).

Para a realização da entrevista foi definida a participação de duas alunas do projeto Damas, considerando a complexidade de suas narrativas mediante a descrição de suas trajetórias de vida. Houve também a utilização do recurso de nomes fictícios para a apresentação destas trajetórias, de modo a preservar a intimidade de cada uma das participantes.

Sobre este método da entrevista compreensiva, Ferreira (2014, p.98) nos informa que:

A entrevista compreensiva trata-se de uma técnica qualitativa de recolha de dados que articula formas tradicionais de entrevistas semidiretivas com técnicas de entrevista de natureza mais etnográfica, na tentativa de evitar quer o dirigismo do

modelo de questionário aberto, quer o *laissez-faire* da entrevista não diretiva.

Sobre a condução das entrevistas, Kaufmann nos alerta sobre o risco de não deixar ocorrer uma hierarquização entre entrevistador e entrevistado, para que este não se sinta acuado: “o tom que se deve buscar é muito mais próximo de uma conversa entre indivíduos iguais” (2013, p.79). Desta forma, percebemos que conquistar a confiança de nosso informante é o primeiro passo para o estabelecimento de uma empatia, que certamente influenciará para a fluidez da entrevista.

2.2 – Contexto da pesquisa

Antes de iniciar o processo das entrevistas, houve um momento de ambientação com as alunas do projeto Damas, onde tive a oportunidade de participar intercaladamente de sete encontros em sala de aula ocorridas entre maio e agosto de 2016.

Durante a realização destes encontros, eu me sentava sempre ao fundo da sala, em algumas das carteiras que situavam-se nas extremidades do espaço, evitando uma interação direta com as alunas. No horário dos intervalos eu me valia do pouco tempo que tínhamos para tentar estreitar ao máximo a relação com elas, participando de suas conversas e me mostrando o mais interessado e participativo possível.

As aulas do projeto ocorreram às terças e quintas, de 13hs às 17 hs., no centro do Rio de Janeiro, em um prédio da prefeitura onde há uma sala específica para o projeto. No local funcionam também algumas secretarias e um posto de atendimento de perícias médicas. É um prédio bastante movimentado, com muitos funcionários e público externo. No primeiro dia de aula, antes da mesma se iniciar, a supervisora me relembrou sobre o que havíamos conversado em nosso encontro anterior (a importância de falar sobre um pouco sobre a minha vida pessoal, expondo principalmente a questão da sexualidade). Ela também me expôs que a turma era composta por duas alunas militantes e que seria importante frisar a importância da pesquisa e a visibilidade que a mesma traria para as questões do movimento trans, mesmo ela sendo feita por um homem cisgênero. Naquele momento ela mencionou que dentro do movimento trans há algumas militantes que reivindicam de forma mais radical o lugar de fala^{15 e 16}, defendendo que somente o universo trans pode falar por si.

Realizei minha apresentação para as alunas informando o meu vínculo com um programa de mestrado, explicando o motivo e importância da pesquisa e que a mesma se daria através de entrevistas voluntárias. Conforme orientação da supervisora, falei sobre alguns

aspectos da minha vida particular, expondo principalmente a minha orientação sexual. Durante a aula percebi que as alunas não se mostraram tímidas com minha presença. Na hora do lanche, um grupo me chamou para ir ao refeitório com elas e ao chegar lá me adicionaram em um grupo do whatsapp. Neste instante eu fiquei receoso de acabar atrapalhando a dinâmica de participação delas no grupo, mas todas que estavam lá não tiveram qualquer objeção em relação a minha entrada. Durante este tempo duas alunas se mostraram muito curiosas sobre a pesquisa, me fazendo muitas perguntas. Ali eu já havia percebido o interesse delas em participar das entrevistas.

A turma inicialmente era composta de 30 alunas, embora na época de minha participação nas aulas a média de participantes girava em torno de 20. Segundo a supervisora algumas alunas ao longo do tempo se desligam do curso, ou porque acabam por conseguir um emprego, ou porque não se habituem ao universo de disciplina de uma sala de aula.

Ao longos dos encontros, pude perceber o quanto as alunas gostam de contextualizar a fala dos professores com experiências de suas vivências. A grande maioria é bem participativa, embora haja algumas poucas alunas que não gostam de expor tanto suas histórias.

Uma aluna em especial me chamou muito atenção, pois ela praticamente não interagiu com nenhuma outra aluna, estando sempre bem quieta, sentada nos cantos da sala e por vezes dormindo em aula.

A supervisora do projeto me informou que ela era uma aluna que havia iniciado o seu processo de transição há pouco tempo e que também não encontrava muito suporte familiar em casa, embora fosse uma pessoa muito inteligente e aplicada nos estudos. Duas alunas sempre se manifestavam nas aulas emitindo suas opiniões e relatando experiências de suas vidas. Ao longo do tempo eu fui percebendo que a minha presença ali se dava quase que imperceptível. Sobretudo quando algumas alunas relatavam experiências com a prostituição, uso de drogas, DST's, trabalhos em filmes pornográficos.

¹⁵ Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault faz uma ampla abordagem sobre o discurso e sua análise. Para o autor, a análise do campo discursivo deve ser orientada para “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento, de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (...) deve-se mostrar por que não poderia ser outro, em que exclui a qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (Foucault, 1972).

¹⁶ Ver também: <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/11/lugares-de-fala-e-a-urgencia-da-escuta/> Acesso em 09/11/2016.

O fato de eu ser homem poderia implicar um certo receio de se exporem, mas isso não parecia as constranger. Durante as aulas eu permanecia sentado ao final da sala e sem manifestar meu ponto de vista sobre os assuntos discutidos.

2.3 – Participantes da pesquisa¹⁷

2.3.1 – Laura

A escolha de minhas informantes deu-se de forma voluntária, mediante o interesse delas em participar da pesquisa. Laura foi uma das alunas que primeiro me abordou, mostrando muito entusiasmo em participar do processo e ter a história de sua vida registrada na pesquisa. Ela sempre foi uma pessoa muito participativa, pronta para emitir sua opinião sobre os mais diversos assuntos discutidos em aula.

A entrevista foi realizada na Biblioteca Parque Estadual, localizada próximo à Central do Brasil. Ao chegarmos no local e nos direcionarmos ao balcão de atendimento, deixei de forma proposital, que ela apresentasse seu documento civil para realizar a guarda de nossos pertences e reserva de uma sala, e assim perceber a maneira a qual ela seria tratada.

Laura estava em um longo vestido verde e utilizando uma maquiagem que ressaltava o branco de sua pele e o verde de seus olhos. O cabelo loiro e longo estava preso, deixando aparente um enorme brinco dourado. A atendente ao tomar seu documento ficou espantada, olhando para nós dois e sem saber o que fazer. Foi então que ela pediu licença e foi falar com um outro colega atendente que estava o lado. Este, entendendo a situação, prontamente veio até nossa direção, e com muita calma e naturalidade orientou sua colega de trabalho a inserir o nome social no sistema. O nome do registro civil constaria em outro campo. Após a realização do cadastro, a atendente sorriu para nós e se desculpou por qualquer incômodo.

Laura então comentou comigo que um comportamento como aquele não é tão comum de ocorrer. Ela disse que muitas das vezes as pessoas gostam de deixar de forma bem clara, inclusive para os outros presentes no ambiente, que aquele pessoa que está ali trata-se de uma travesti. Laura relatou que isso é muito comum de ocorrer em locais de atendimento público, principalmente postos de saúde.

¹⁷ Os nomes foram modificados para que assim as entrevistadas tivessem suas identidades preservadas.

A minha interlocutora possui 23 anos de idade e mora atualmente com seu marido em um bairro de periferia de um município da Baixada Fluminense, mesmo local em que nasceu. Sua família é composta por quatro pessoas, mãe, pai, irmã, além da mesma. Seus pais são separados. Sua avó paterna sempre foi muito próxima de sua criação, cuidando dela e de sua irmã quando os pais saíam pra trabalhar. Seu pai, que atualmente está desempregado, trabalhou durante a maior parte da vida como segurança e sua mãe, que antes trabalhava em uma bar, hoje tem uma barraca que vende doces, salgadinhos e bebidas em frente uma escola. Sua irmã, que possui três anos a menos que ela, trabalha na prostituição e tem uma filha, a qual cria sozinha, sem a ajuda do pai.

Laura me relatou que a sua infância, embora pobre, havia sido feliz. Sempre teve uma boa relação com sua irmã. Seus pais, embora trabalhassem bastante para o sustento da casa, gastavam muito dinheiro com o vício de bebidas e cigarro, o que era visto por ela como um desperdício.

Sua avó materna, a quem sempre foi muito próxima, aceitava bem a sua homossexualidade. Já alguns tios a recriminavam, mas de maneira não tão agressiva. Nesta época, quando Laura saía com amigas para bailes funk, era lida como uma mulher lésbica. Ela utilizava as roupas masculinas que seus pais lhe davam, mas sempre usava maquiagem, cabelo longo e acessórios femininos como pulseira e colares, pois ainda não trabalhava e, portanto, não tinha como adquirir peças de vestuário com seu próprio dinheiro. Laura sempre teve um rosto com traços femininos levando algumas pessoas a acreditarem se tratar de uma mulher cisgênero, mas despertava curiosidade e estranheza o fato de estar sempre vestida com roupas do universo masculino. No início, seus relacionamentos com homens eram secretos, normalmente ligados à finalidade de sexo casual.

Aos 22 anos Laura foi morar na casa do atual marido, depois que a mãe do rapaz faleceu e permanece lá atualmente.

Laura nunca deixou de frequentar a escola na infância e seus pais, mesmo não tendo muito estudo, sempre incentivaram ela e a irmã a estudarem:

Os meus pais sempre puxaram minha orelha querendo que eu estudasse. Eles falavam que não importava o que eu era, o que importava é que eu tinha que ter estudo. Diziam que não deu para eles estudarem, mas que eu teria que estudar, para ser alguém na vida. Eu acho que isso também tem a ver com a vontade da pessoa né... Lá em casa mesmo, minha irmã ouviu a mesma coisa dos meus pais, só que ela ainda está terminando a oitava série, com 20 anos. Com 20 anos ela não é formada em nada. É difícil para arrumar um emprego assim.

Laura relata ainda o que sua mãe sempre falava com ela e a irmã:

Dê valor ao seu material (de estudo). Na minha época, eu apagava o que eu escrevia errado de lápis com miolo de pão do lanche da escola. Não tinha borracha, não tinha dinheiro para comprar borracha. Eu escrevia em folha de papel de pão, não era em caderno. Então isso, eu vendo a dificuldade que ela teve pra estudar, eu fico assim, fico até emotiva (os olhos enchem de lágrima) porque eu consegui ter uma boa educação, apesar de toda dificuldade que a gente tinha, mesmo com os vícios que eles (os pais) tinham, a bebida, o cigarro, o jogo, porque meu pai jogava naquelas maquininhas de vício.... Então com isso tudo, eu tô conseguindo chegar no meu futuro. Mas eu queria ter mais, tipo, se meu pai e minha pudessem ter pago pra mim quando eu era nova um curso de inglês, estaria ótimo pra mim, eu teria gostado muito.

Na época da escola, lá pela sexta série, ela relatou que sofria muito bullying por ser afeminada, sendo chamada de *viadinho* por muitos alunos, mas que, mesmo assim, nunca pensou em parar de estudar.

Laura relatou sempre ter sido uma aluna aplicada e entendia a escola como um lugar importante para ter uma vida melhor no futuro. Logo após concluir o Ensino Médio em uma escola pública, ela tentou o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM para os cursos de dança e matemática, não obtendo aprovação.

Atualmente ela é aluna de um curso técnico de enfermagem, através do programa governamental PRONATEC. Laura é a única aluna transexual em sua turma. Em sala de aula, Laura possui sua identidade de gênero respeitada por alunos e professores. Todos a tratam pelo seu nome social, que inclusive consta no diário de classe.

Assim, quando começou o curso, antes dos professores fazerem a chamada, eu fui correndo pra falar, é isso, isso e isso.... Aí eles (professores) riscavam meu nome de registro e botavam meu nome social do lado". Graças a Deus nunca ocorreu de trocarem o meu nome. Sempre a chamavam de Laura.

Para concluir o estágio obrigatório do curso, ela buscou um emprego como atendente no Mc Donald's para assim custear os materiais (termômetro, estetoscópio, esfigmomanômetro) que eram necessários para realizar as atividades nos hospitais, visto que o curso não os disponibilizava.

A respeito do curso técnico, ela comenta sobre o que imagina que aconteceria ao concluir seu estágio:

Um primo meu se formou na faculdade de história, e a minha avó foi na formatura dele e ela chorou muito, quando ele pegou o canudo, vendo ele se formando... E eu penso assim, imagine eu me formando em enfermagem, minha avó vai começar a chorar também...

No entanto, ao mencionar suas perspectivas para o futuro ela discorre sobre:

Eu tenho vontade de terminar o curso técnico de enfermagem pra lá na frente fazer Moda. Hoje é esse o meu sonho. Eu já desenho meus croquis, sempre gostei de desenhar roupas. O meu facebook é cheio dos meus desenhos. O primeiro degrau da escada é concluir o meu curso técnico.

Laura entende-se como uma mulher trans. Em algumas situações se autodeclara travesti, normalmente quando ela percebe que as pessoas não a “entenderam” muito bem:

Tem muitas pessoas que não conhecem o *ato* de ser transexual e ser travesti, aí quando eu falo que sou trans, as pessoas perguntam: o que é que é isso? E aí eu tenho que me colocar como travesti para as pessoas me entenderem, pra saberem o que é que eu sou.

Laura primeiramente se entendeu como um menino gay afeminado. Se assumiu homossexual aos 14 anos, primeiramente na escola, para algumas amigas. A avó soube um tempo depois, seguido dos pais e irmã. Segundo ela, a mãe, por ser do interior, demorou um pouco mais entender o que estava acontecendo. Seu pai, um homem de poucas palavras, tentou uma vez bater nela, sendo reprimido pela avó, que puxou uma faca que disse: *Você não vai encostar nele! Quando era para corrigir, não corrigiu, agora, pode ficar aí.* Depois deste episódio, seu pai nunca mais a importunou por conta da sexualidade. Depois de um tempo, teve um outro episódio onde ela estava deitada na cama, seu pai passou por ela, bateu em sua bunda e disse: *Use camisinha ô!* O pai atualmente a chama pelos dois nomes, tanto o do registro civil quanto o social. Sua mãe a chama mais pelo nome civil, mas que tem se esforçado para chama-la pelo nome social. Já a avó se refere a ela das duas maneiras, no entanto, se ela ouve alguém a chamando pelo nome masculino, ela corrige

Na adolescência as roupas que ela usava eram masculinas dadas geralmente pelos pais e a avó. As calças ela cortava e fazia short mais curto para ficar em casa. Depois que passou a trabalhar, começou a comprar alguns acessórios femininos. Em casa não usava maquiagem, somente na escola ou quando saía com as amigas.

Seu círculo de amigos sempre foi composto em maior quantidade por pessoas cisgêneras e heterossexuais. Na época da pré-adolescência ela passou a ter amigos gays e mais tarde, a conhecer algumas travestis e mulheres trans.

Ainda na pré-adolescência, numa fase de experimentação, Laura chegou a se relacionar com meninas, mas disse que *“não gostou”*. Ela me conta que isso ocorreu por influência da tia que é evangélica e que a levava para a igreja quando criança.

Como a homossexualidade era vista como uma coisa errada, um pecado, que te leva pro inferno, eu acabei experimentando ficar com meninas. E eu ainda dizia pra mim mesma: Eu tenho que gostar de meninas, porque gostar de meninos é pecado e errado e eu vou para o inferno!

Ela me conta ainda que na adolescência teve um namoro longo, que durou oito meses. *“Eu ia escondida para a casa dele e saia quando ninguém me via”*. Normalmente ela ficava com os rapazes escondidos, pois eles não gostavam de assumir os relacionamentos amorosos.

Foi nessa época, aos 18 anos ela passou a conhecer algumas travestis que participavam com ela dos ensaios de uma escola de samba e passou a conhecer mais deste universo. Nesta fase passou a utilizar acessórios e algumas roupas femininas, passando também a ingerir hormônios por conta própria. Ela conta que neste período já iniciava um processo de identificação como mulher. De acordo com suas palavras, ela não se enxergava como uma travesti. O que a fez se identificar logo como mulher é que para ela a travesti utiliza sua genitália durante a relação sexual, o que não é o seu caso. Durante o ato sexual ela não utiliza seu órgão, sequer o toca. Prefere até mesmo manter relações de calcinha, para não expor seu genital para o parceiro. Em suas palavras:

Pra mim travesti gosta e se aceita com o órgão que ela tem no meio das pernas. E ela o utiliza de alguma forma. Ela gosta de ser chupada, de ser tocada... Isso pra mim é uma travesti. Pra mim uma trans não se aceita no corpo que literalmente ela tem. No ato do sexo quando eu estou com meu parceiro, eu não gosto de fazer no claro. Eu fico de costas às vezes para não ver nada, ou até chegar ao ato em si, eu fico de calcinha, pra não ter que mostrar. Porque pra mim, eu sinto vergonha com o órgão que eu tenho no meio das pernas. Eu não utilizo ele.

No entanto, ela me informa que possui amigas no projeto Damas que se identificam como mulher transexual, mesmo não utilizando o órgão sexual. Ela acredita que esse

pensamento se dá pelo fato de uma higienização que é promovida pela utilização do termo transexual, pois a afasta diretamente da marginalidade e prostituição.

Para os seus familiares não foi nenhuma grande surpresa o fato dela passar a se vestir integralmente como roupas femininas e se identificar como uma mulher transexual, passando a adotar então um nome feminino, que faz menção a seu nome no registro civil. Seu pai ao vê-la uma vez vestida com roupas femininas e maquiada lhe disse: *“Só não use drogas”*.

Ela me informa que onde mora atualmente como noivo as pessoas não sabem que ela é uma mulher transexual, devido a sua passabilidade.

Ah, eu fico toda boba quando sou confundida com uma mulher cis. Onde eu moro muita gente nem sabe que eu sou (mulher transexual).... Porque eu tenho a questão da passabilidade. Onde eu morava (casa dos pais), pelo fato das pessoas já me conhecerem desde antes, elas não me chamavam de trans nem de travesti, me chamavam de viado.

Atualmente ela continua tomando hormônios, via ingestão de anticoncepcional, por conta própria, pois o tratamento que a mesma participava no Instituto Estadual de Endocrinologia - IEDE está temporariamente sem fornecer gratuitamente os hormônios e injeções que ela recebia antes. Como as medicações são caras para comprar por conta própria, ela optou por tomar anticoncepcionais, que são mais baratos.

Aos 14 anos Laura começou a trabalhar, obtendo assim sua independência financeira e tendo condições de investir em seu processo de transição. Ao longo do tempo ela obteve seis experiências de trabalho sem carteira assinada e outras três onde houve assegurado seus direitos trabalhistas.

A primeira experiência sem registro foi em uma barraquinha de cachorro quente aos finais de semana, onde ficou por quase dois anos, e paralelamente em uma lanchonete de segunda à quinta-feira no período noturno, onde permaneceu por quase três anos. Durante o dia ela frequentava a escola regularmente. Laura ainda teve uma rápida passagem trabalhando também sem registro em uma creche onde permaneceu por apenas dois meses, tendo saído do trabalho por sentir-se muito explorada e ganhar um baixo salário.

Um outro emprego informal que ela obteve foi como adrecista de fantasias de uma escola de samba, onde trabalhou por quatro meses. Neste emprego ela relata que as senhoras que realizam as costuras das fantasias uma vez realizaram um abaixo assinado para que ela e

outras duas amigas travestis fossem impedidas de utilizar o banheiro feminino. Quando a coordenadora da ala veio conversar com elas pedindo para não utilizarem o referido banheiro, ela disse que preferiu sair do trabalho a ter que se submeter a utilizar o banheiro masculino. As outras duas amigas, diferentemente delas, acataram a ordem imposta pela superior.

A partir destes empregos, ela passou a adquirir alguns acessórios femininos, como maquiagem e produtos de beleza e a realizar escova progressiva no cabelo. Nesta época, ainda como um menino gay afeminado, ela utilizava suas roupas masculinas, por vezes customizadas.

Laura relata que o único emprego sem carteira assinada em que não sofreu preconceito foi na realização de um trabalho temporário durante três meses para o partido político Rede Sustentabilidade. Além dela, que na época já era a única mulher transexual, havia também outros trabalhadores gays e lésbicas. Para ela, o fato de já ter funcionários LGBTQ+'s trabalhando no local, contribui para que ela fosse respeitada.

Atualmente Laura trabalha sem carteira assinada como chapeira em uma lanchonete somente aos finais de semana. Ela está neste trabalho há aproximadamente quatro anos. Além disso ela faz um trabalho extra uma vez por mês como hostess em uma festa que é voltada para o público gay, promovida por um amigo. No dia em que a ocorre o evento, ela falta o trabalho na lanchonete, como já acordado com sua empregadora.

Dentre os três empregos em que Laura obteve com carteira assinada, o primeiro deles foi em uma loja de brinquedos, onde ela cobriu parte da licença maternidade de uma funcionária. Ela foi contratada diretamente pela dona da loja. Sobre esta experiência, ela relata que:

Na época eu tinha cabelo comprido, utilizava sutiã de bojo, maquiagem leve. A dona da loja somente percebeu que tratava-se de uma mulher trans, ao ver meu seu nome de registro na carteira de identidade. Assim que viu minha foto a dona da loja falou: você é um menino? E eu respondi: é... sou. E a dona da loja falou pra mim desacreditada: Mentira! A partir daí, já não teve mais entrevista. A dona da loja começou a elogiar minha beleza. Aí depois ela disse: você é uma mulher! Você não é homem, você é uma mulher! No crachá tinha até o meu nome de Laura.

Por lá ela permaneceu três meses, tendo sido respeitada sua identidade de gênero, e podendo utilizar o banheiro feminino sem qualquer transtorno.

O outro emprego foi em uma clínica odontológica, em um contrato de trabalho por tempo determinado de 5 meses. Laura trabalhava mais na rua, fazendo a panfletagem dos serviços oferecidos pelo local. Ela conseguiu este emprego quando fazia o trabalho informal para o partido Rede Sustentabilidade, que captava filiados. Ao vê-la trabalhando na praça da Cinelândia, o senhor que era o proprietário da clínica dentária chamou ela e outras meninas para trabalhar na clínica, pois havia gostado de sua abordagem, sendo tratado com simpatia e educação. Sobre a revelação de sua identidade ela revela que:

Eu acho que ele (o dono da clínica) não percebeu que eu era uma trans logo de cara não. Então com medo de dar algum problema depois, eu falei pra ele que eu era uma mulher trans, mas aí, ele nem ligou... Olhou pra mim e disse que isso não era problema nenhum, que eu podia trabalhar lá.

Laura relata não ter sofrido qualquer ato transfóbico por parte de colegas de trabalho e que ela podia utilizar o banheiro feminino normalmente.

Em uma rede de fast food , Laura obteve o seu último emprego de carteira assinada. Ela foi indicada por uma amiga que já trabalhava lá. Depois de contratada, ela passou a ter problemas com um gerente, que não a deixava utilizar o banheiro feminino. Sobre este fato, Laura narra que:

Um dia o gerente veio falar comigo que eu não podia utilizar o banheiro feminino. A minha amiga quando soube disso foi falar com o gerente, dizendo que eu era uma menina, que eu me identificava como mulher. Ela falou pra ele que eu não era um homem gay e que por isso eu tinha o direito de usar o banheiro das mulheres.

Depois deste episódio, o gerente passou a deixá-la frequentar o banheiro feminino. Laura permaneceu neste emprego por dois meses. O motivo de sua saída foi o atraso no pagamento de salário e benefícios, como o vale transporte, o que impedia sua ida ao trabalho.

É importante salientar que nas três oportunidades de trabalho formais, o uso de seu nome social foi respeitado, sendo inclusive utilizado nos crachás da empresa. Ela ainda relatou que especificamente neste emprego, as pessoas faziam muitas perguntas sobre sua transexualidade, sobretudo à questões íntimas, mas que isso não a deixava constrangida ou mesmo a incomodava. Ela relata ainda que: *"Até os evangélicos falavam comigo, me respeitavam"*.

Em seu emprego atual, como chapeira em uma lanchonete, Laura diz não gostar de

trabalhar lá, mas que permanece pelo fato de estar sendo muito difícil encontrar outro emprego e também pelo motivo de estar fazendo seu curso de técnico de enfermagem. Neste local ela informa que é tratada pelo nome de registro civil e que é proibida de utilizar o banheiro feminino. Embora ela se sinta muito desrespeitada, ela precisa do emprego, ainda mais pelo fato de seu marido, que trabalha na área de construção civil, estar atualmente desempregado. Laura me relatou que uma vez pediu para a dona da lanchonete tratá-la no feminino, respeitando seu nome social, ao que a sua chefe informou de imediato que só a chamaria de Laura, no dia em que seu documento constasse tal registro e o dia em que ela fosse uma “mulher de verdade”, fazendo menção ao processo de transgenitalização.

Ela acredita que é chamada pelo nome civil, pois a dona a conhece desde o tempo em que ela ainda era um menino gay, se identificando com o nome de seu registro civil, mas ela acredita que ela também faz isso para provocá-la.

O meu trabalho lá, eu já tô com o balão já quase pra explodir, por causa dessa questão mesmo da transfobia que tem lá. É chato toda hora "ele".... Não vai se referir nunca a mim como ela.... Às vezes quando (a dona) solta um "ela" eu até levo um susto....mas depois vai e "corrige" e fala "ele" de novo.

Ela relata ainda que o local não é preparado para receber uma mulher transexual. Uma vez a dona do estabelecimento lhe disse: *“Depois de você, nunca vai trabalhar nenhum que nem você aqui. Depois de você não contrato mais ninguém parecido com você.”* Laura acredita que só trabalha lá ainda porque é uma boa funcionária, simpática e querida pelos clientes, não falta e sabe acatar as ordens impostas pela proprietária.

Vale salientar que durante o período de aulas no projeto Damas, Laura realizava a venda de salgadinhos e refrescos durante o horário do intervalo, para assim ganhar um dinheiro extra para suas despesas em casa.

Na visão de Laura, algumas as empresas já estão se preparando para receber o público trans, assim como também as escolas.

As empresas estão se preparando...não estão preparadas ainda, estão se preparando, como está muita coisa se preparando pra acolher... Que nem antigamente, as escolas não tinham uma preparação para uma menina trans ou um homem trans numa escola, entendeu... Agora não, agora já tá começando a modificar isso.

Para ela a utilização do nome social ajuda muito nesta inclusão de pessoas trans no mercado formal, pois assim o respeito pela identidade de gênero da pessoa.

Laura diz que a passabilidade faz com que muitas mulheres trans tenham menos dificuldades para conseguir emprego, mesmo tendo ainda o nome de registro nos documentos. Ela acredita também que muitas trans, por conta de uma falta de convivência em um ambiente formal de trabalho, acabam reproduzindo muita “*ignorância e rispidez*”, uma postura mais agressiva, que contribui para que elas fiquem cada vez mais distantes de obterem um emprego formal, além de não terem muito estudo também. De acordo com suas palavras:

Dentro do Damas mesmo, teve uma menina de outra turma que você via pelo facebook que ela não tinha passabilidade nenhuma e você vê que ela foi contratada (por uma empresa) por conta da capacidade dela. Ela não tem passibilidade nenhuma, dá pra ver mesmo que ela é uma transexual, mas aí ela tem toda uma postura e estudos que muitas outras não tem.

Em outro momento ela ainda avança dizendo que:

Dentro do (ambiente) do trabalho a gente tem que ver sempre a postura, como você vai falar com o seu patrão, como você vai agir em um trabalho. Você quer ser bem tratada, mas você também tem que saber se comportar num ambiente de trabalho. "Vivemos num mundo de regras, se você não tiver regras para se comportar em lugar nenhum, aí ferrou, tudo fica mais difícil.

Para Laura, a questão educacional é também um fator importante, visto que muitas meninas não estudam, embora ela entenda perfeitamente os motivos que afastam muitas travestis e transexuais da sala de aula. Ela ainda relata que há funções que muitas pessoas não querem desempenhar, sobretudo para algumas que trabalham na prostituição:

É complicado muita gente querer um emprego de carteira assinada, porque às vezes ganha menos em relação a quem trabalha na rua (prostituição). Imagina, a pessoa ganhando um salário mínimo por semana... Ela não vai querer ganhar um salário mínimo por mês. Por isso que tem muita menina que prefere a rua. Algumas com mais cabeça até pagam o INSS, pensando no futuro, mas não são todas. Tem menina que ganha dinheiro hoje na rua, e amanhã gasta tudo. Não pensam no futuro. E algumas ainda gastam com droga, bebida.

Para Laura a importância de um emprego formal é para que ela possa no futuro ter condições de se estabilizar financeiramente e realizar alguns sonhos, como comprar uma casa, um carro, poder viajar.

A transfobia é um grande enfrentamento que muitas mulheres trans e travestis vivenciam cotidianamente. Laura me relatou alguns episódios já sofridos:

Lá onde eu morava (na casa dos pais) tinha muito caso de homofobia... Uma vez eu passei com ele (o marido) e as pessoas estranhavam e disseram: Ai que maluco! O cara tá com um travesti! Travesti a gente só come. Vai andar na rua de mão dada com traveco? Não é mulher pô. Lá o pensamento deles é assim. Quando eles (as pessoas que estavam na rua) me viram andando de mão dada com ele, foi tipo aquele negocio assim: Caralho, viado! aí começaram a querer ficar zoando mais ele e não muito a mim. É muito chato passar tudo isso.

Ao entrar numa boate e ao apresentar a carteira de identidade com o nome de registro, o segurança virou pra mim e falou: Pô irmão! E eu disse: irmão não, eu sou mulher. Daí eu falei que o nome que eu tenho é unissex e após um tempo, conseguiu entrar sem pagar o ingresso, pois mulheres naquele dia entravam gratuitamente.

Quando ligam lá pra casa (de alguma empresa de telemarketing), no telefone, a minha voz é muito feminina, então quando me ligam, querendo falar com o Sr. (nome de registro), eu passo o telefone pra ele (o marido) porque é muito chato ter que ficar explicando que eu sou trans. Ter que explicar que aquela voz feminina é do Sr. (nome de registro). Então para evitar problema, eu digo que vou chamar o Tony e então ele atende e eu fico por perto pra ajudar.

Quando eu comecei a estudar no Pronatec, tinha um professor muito brincalhão, e eu já tinha intimidade com ele, então ele não fez por maldade. Ele gostava de brincar, aí ele falou que não ia me chamar de Laura porque o nome não estava na lista, e aí ele me perguntou se eu já tinha mudado meu documento. Só que nessa questão, imagina, eu sei q ele fez de zação pra brincar comigo, só que imagina isso com outras meninas. Isso é o que muitas meninas passam no dia a dia, mas não sendo nenhum tipo de brincadeira, como a desse meu professor.

O recurso da passabilidade acaba sendo uma proteção, um recurso que pode minimizar a violência. A passabilidade auxilia ainda a inclusão na sociedade, entrada no mercado de trabalho, e até mesmo contribui para que um parceiro possa expor publicamente seu relacionamento com uma transgênero.

Nos estágio em que eu fazia nos hospitais, o meu nome no crachá era Laura. Mas aí vem aquele negócio... Como eu tenho a passabilidade, a famosa passabilidade, é mais fácil pra mim". Tem paciente, que por ser homofóbico e até mesmo transfóbico, eles não gostam que nem o homossexual ou uma transexual ou uma travesti, enfim, encoste nele. Ele vai fazer um escarcéu, um escândalo e não vai querer que encoste nele de jeito nenhum. Por conta disso, que a passabilidade me ajuda a sofrer menos preconceito.

No emprego da loja de brinquedo, foi por causa da minha passabilidade que eu consegui ficar lá. Porque eu trabalhava com o público e era um público nojento, metido a rico. Então era como se fosse uma camuflagem pra mim. As pessoas olhavam para o meu crachá e viam o nome Laura, olhavam pra mim e me viam arrumada, de cabelo comprido, de sutiã, maquiada... Então não tinha problema". Geralmente a transfobia passada por ela era muito pouca, quase nula por conta da passabilidade.

Essa questão da passabilidade é meio complicada e dá muita briga no próprio meio. Aconteceu uma coisa uma vez que foi um pouco chata, que se fosse comigo eu ia ficar muito chateada. Umas meninas lá do Damas foram no banheiro lá na Central (do Brasil). Uma que era passável entrou na frente, aí, quando *entrou* outras duas juntas que não eram passáveis, o segurança barrou dizendo que travesti não podia entrar... Aí elas perguntaram: Ah, mas porque a outra entrou então? Ela também é travesti. Se for assim então, ela não pode entrar.

No aspecto religioso, Laura se considera uma “evangélica-umbandista”, pois sofreu influência de uma tia que era evangélica e a levava quando criança aos cultos de sua igreja e de sua avó, que é umbandista. Ela me confidenciou que sua avó uma vez lhe disse que o fato de ela sentir como uma mulher, embora estando em um corpo masculino, tem relação com vidas passadas, pois em outras vidas ela havia sido uma mulher que havia feito muito mal à outras mulheres, sendo provavelmente uma prostituta e saindo com seus maridos e sempre entrando em situações de brigas com elas. E que por conta disso ela estaria *“pagando o preço de suas ações, sendo um espírito de mulher aprisionada em um corpo de homem.”*

Laura me informou que a escolha de seu nome social deu-se pelo fato deste se assemelhar ao seu nome de batismo, dado pelos seus pais. Ela me disse ainda que foi uma forma de ter uma sonoridade próxima ao nome que consta no registro civil.

Ela me contou ainda que já deu entrada para retificação de seu registro civil no Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual – NUDIVERSIS e está aguardando audiência com o juiz.

Uma de suas grandes ambições é passar pelo processo de transgenitalização.

Ah, eu tenho muita vontade de fazer a cirurgia... Vai ser um sonho pra mim, me olhar em frente o espelho e ver que eu vou estar diferente, muito diferente de hoje...

A respeito de filhos, ela ainda me descreve que:

Eu quero muito ter filhos um dia. Se eu pudesse, eu ia até querer guardar meu material (genético) pra fazer uma inseminação um dia. Eu faria isso antes da minha cirurgia, pra poder ter os meus filhos (biológicos) também.

Enquanto a entrevista encaminhava para seu fim, Laura recebe a ligação de seu marido. Ele informava que havia acabado de sair de uma entrevista de emprego no centro do Rio de Janeiro, e queria saber se ela já havia concluído a entrevista para que pudessem ir juntos para casa. Naquele momento ela diz que a entrevista já estava acabando e que ele poderia ir ao encontro dela. Nessa hora eu fiquei temeroso pelo fato da presença de seu companheiro inibi-la em me responder algumas poucas questões que ainda restavam, mas não tomei atitude alguma. Assim que ele chegou na sala em que estávamos, me cumprimentou, sentou em uma outra cadeira e ficou ouvindo música com os fones no ouvido.

A medida que a entrevista acontecia, percebi que ele fixava o olhar em nós, como se quisesse falar alguma coisa. Depois de um tempo ele retirou os fones de ouvido e ficou mexendo no aparelho de telefone celular. Ao realizar uma pergunta a respeito de adoção de filhos, minha entrevistada emite sua resposta, e se vira para o seu marido meio que buscando sua confirmação sobre o que ela acabara de falar. Ele então informou sobre a vontade do casal e ter filhos discorrendo bastante sobre o assunto, citando inclusive os casos de adoção realizados pela apresentadora Glória Maria e pelo casal de atores Giovana Ewbank e Bruno Gagliasso. A partir deste fato, percebi que ele estava bem receptivo e que de alguma forma eu

poderia trazer sua contribuição, para a entrevista, sobretudo pelo seu ponto de vista em relação a se relacionar com uma mulher transgênero.

A medida que ele foi participando de algumas respostas, fui ficando mais seguro sobre o fato de que ele não se incomodaria se eu fizesse algumas perguntas direcionadas especificamente à sua pessoa. E foi o que fiz. Perguntei primeiramente se ele se incomodaria em me responder algumas questões e que caso não se sentisse confortável para respondê-las poderia declinar sem problemas. Ele disse então que eu poderia perguntar o que quisesse. E em nossa conversa, pude constatar o quanto para ele é natural se relacionar com uma mulher transexual e/ou travesti. Na verdade, ele sempre gostou de se relacionar desta forma, embora já tivesse namorado também mulheres cisgênero.

Ele me informou que toda sua família sabe sobre sua esposa, e que inclusive a leva em comemorações e aniversários. Ela por sua vez confirmou ser muito bem tratada pelos parentes de seu marido.

Pra mim não teve problema nenhum apresentar ela (Laura) para a minha família. Eu já tinha conversado com eles sobre ela, disse que eu iria apresentar uma nova namorada. Não teve nada de ruim não. Até porque eu já tinha apresentado a eles uma outra namorada trans que eu tive antes dela., então tava tudo tranquilo.

Ele me informou nunca ter se relacionado com homens gays e que sempre se viu como um homem heterossexual, embora alguns amigos o rotulassem como gay por se relacionar com travestis e mulheres trans.

A primeira vez que eu me relacionei com uma trans eu cheguei em casa e falei: Meu Deus do céu, o que eu fiz?... Eu não sabia como reagir, o que aquilo tudo podia ser, entendeu?... Aí fui entrar na internet, procurar entender. E depois quando eu fiquei de novo com ela eu perguntei: Você me vê como o quê? Como homem (heterossexual), como gay? E ela disse: Ah, eu te vejo como homem. Você não me vê como uma mulher? Então, você é homem. Aí que eu comecei a entender que a gente não tá se relacionando com a orientação (sexual) da pessoa e sim com o que ela é (identidade de gênero), com o que se identifica. Se você vê uma mulher, você tá se relacionando com uma mulher, independente do que ela tenha (fazendo menção ao órgão sexual masculino). Aí que eu comecei a entender que eu não era gay, e sim que eu era homem. Aquele pênis ali, não me dizia nada, não mudava nada.

Ele também relatou que, de sua parte, não há necessidade de que sua companheira se submeta ao processo cirúrgico da transgenitalização, por gostar de Laura da maneira que ela é.

Eu já falei pra ela que pra mim não precisa mudar nada. Eu gosto dela, do jeito que ela é, com tudo o que ela tem. Agora, se é uma vontade dela, de realização pessoal, aí eu entendo, tudo bem por mim. Eu apoio em tudo. Só que pra mim, não precisa mudar nada. Do jeito que tá, tá ótimo.

Ao final de nossa conversa e encerrada a entrevista, saímos nós três do espaço interno da biblioteca e ainda ficamos por cerca de uma hora conversando sobre assuntos diversos na parte exterior do prédio.

2.3.2 - Fernanda

Fernanda foi a segunda aluna do projeto Damas a me abordar mostrando interesse em participar da entrevista. Em sala de aula ela era um aluno muito participativa e por vezes até polemica na exposição de suas opiniões. Tinha um bom relacionamento com as demais, sendo bem vista e respeitada.

A sua entrevista também ocorreu na Biblioteca Parque Estadual, localizada próximo à Central do Brasil. Assim que chegamos ao local deixei que ela também apresentasse seus documentos no balcão de atendimento, não havendo qualquer tipo de embaraço durante o atendimento. A funcionária parecia ter conhecimento sobre o preenchimento do nome social no formulário de registro da instituição.

Assim que entramos buscando uma sala para realizarmos a entrevista, percebi os muitos olhares em nossa direção. Fernanda tem um tipo físico que não passa despercebido: alta, branca, possui cabelos longos e escuros e um corpo voluptuoso. Na ocasião ela usava uma calça jeans, blusa branca colada ao corpo e óculos grande e escuro, que segundo a própria, era para disfarçar as olheiras da noite anterior de trabalho. Devido ao seu porte, ela chamava bastante atenção durante o trajeto até encontrarmos uma sala. Dos visitantes, ao segurança, todos olhavam para nós. Os olhares voltados para ela já denunciavam que as pessoas notavam que ela era uma travesti, ou mesmo uma transexual. Os olhos dos visitantes ao percorrerem todo o seu corpo pareciam ser bem curiosos, mas também, respeitosos. Por vezes eu percebia algumas pessoas olhando para mim, num misto de expressões de respeito; afinal eu poderia ser o marido, namorado ou mesmo um amigo dela, mas também alguns olhares de estranhamento; como se surpreendessem com o fato de ver uma travesti acompanhada de um homem e por andar com ela dentro de uma biblioteca pública sem

apresentar qualquer tipo de vergonha, constrangimento.

Fernanda possui 26 anos e mora em uma casa construída nos fundos da residência onde nasceu e foi criada, no bairro da Cidade de Deus, na cidade do Rio de Janeiro. Ela é a filha do meio, possuindo um irmão mais velho com 31 anos e uma irmã mais nova, de 17 anos, filha de sua mãe com o segundo marido. Seu pai era policial militar e foi assassinado quando ela tinha 9 anos de idade. Sua mãe atualmente é costureira, trabalha em casa, já tendo trabalhado anteriormente como faxineira e cobradora de ônibus.

Seus pais se separaram quando ela tinha 5 anos de idade. Nesta época, seu pai obteve a guarda dos filhos e eles foram morar em um bairro próximo juntamente de sua nova madrasta e os dois filhos que ela possuía de um relacionamento anterior. Fernanda me relatou que foi abusada sexualmente durante três anos (dos 6 aos 9 anos) pelos dois filhos da madrasta e um amigo deles. Seus pais nunca souberam de nada, apenas um familiar dos meninos, mas que, segundo ele, nada fez para denunciar o caso.

Logo após o falecimento do pai, ela e o irmão foram morar com a mãe, que naquela ocasião já estava casada com uma outra pessoa, porém ainda não tinha filhos com este companheiro. Fernanda convivia razoavelmente bem com a mãe e o padrasto. O relacionamento com seu irmão sempre foi travado por grandes embates. Na adolescência ele passou a ter envolvimento com o tráfico de drogas, tendo sido preso por duas vezes. Da primeira vez permaneceu preso por três anos, tendo sido solto quando Fernanda já possuía mais de 18 anos. Um tempo depois ele foi preso novamente estando lá até hoje e com previsão de soltura dentro de aproximadamente 4 meses.

Quando ela já possuía 19 anos, sua mãe se mudou com o padrasto e a irmã para o bairro de Madureira. Ela e o irmão permaneceram na casa no bairro da Cidade de Deus. Naquela época, seu irmão, já casado, morava na casa com a esposa e duas filhas. Um dia o irmão decidiu dividir a casa em duas áreas independentes. Para Fernanda aquilo significou ter mais liberdade para levar seus amigos e viver sua vida sem a vigilância e crítica de seu irmão.

Fernanda me relatou que ela era a filha que o pai mais gostava, nunca havendo grande problemas entre eles, embora à época de seu falecimento, aos 9 anos de idade, ela já era considerada um menino gay afeminado por sua família. O relacionamento com o irmão sempre foi tenso, permeado de muitas brigas e discussões. A mãe demonstrava um certo

desconforto, mas a apoiava. O padrasto sempre cultivou um bom relacionamento com ela, indiferente à sua sexualidade.

Fernanda sempre foi motivada pelos pais a estudar. Ela me relatou que:

Na época do (ensino) fundamental, sempre fui uma criança afeminada na escola. Eu sofria muito bullying, tinha criança que me batia, aí minha mãe tinha que ir na escola pra conversar com a diretora quase que sempre. Nessa época o uniforme da escola era calça e camisa, mas a minha já era mais apertadinha.

Mais tarde, na época do Ensino Médio, Fernanda me relata que já era uma pessoa completamente diferente daquela do Ensino Fundamental:

Quando eu cheguei no Ensino Médio, adolescente e hormonizadíssima, eu ganhei um respeito fora do normal, tinha amizade com todos, era vista com uma pessoa barbaqueira, de personalidade forte, falava alto. Sou capricorniana, mas tenho ascendente em Aries, né, então não podia ser diferente. Ali já era o início da minha vida de travesti, depois de já ter sofrido muito preconceito. Eu era uma bomba atômica! Eu fui a primeira travesti na minha escola. Eu ia para as aulas de calça feminina da gang, cabelão, maquiadinha, brilho da Avon, até hoje adoro usar brilha-olhos da Avon, deixava meu lábio perfumadíssimo. Tinha unhão, sobancelha feita, ninguém na minha sala de aula falava mal de mim. Nas outras turmas o pessoal olhava, mas não falava nada na minha frente. Podiam até rir quando eu passava, mas nada na minha cara. E eu também não dava confiança. Eu só tive um inimigo, a gente se detestava, mas um dia a gente brigou, dei na cara dele, rolei no chão, ele me bateu, deu tapa na cara, foi uma confusão. Mas eu tinha uma certa liderança com o pessoal da sala.

Sobre o uso do nome feminino, ela me relatou que:

Nessa época me chamavam pelo nome civil, até porque eu não tinha um nome social ainda definido. Mesmo com aparência feminina, eu não fazia questão, na verdade, nem tava muito ligada nisso naquela época. Eu tava ainda numa fase de transformação, ainda não tinha escolhido o nome de mulher. Eu acho meu nome de registro lindo (ela cita o nome) mas não pra mim. Se eu tivesse um filho eu dava esse nome pra ele. Acho lindo.

Quando já trabalhava na prostituição, Fernanda realizou dois cursos com o dinheiro que ganhava nas ruas. Com o intuito de obter uma melhor qualificação que a possibilitasse mudar de vida e obter um emprego, ela realizou um curso técnico em administração e também um curso de inglês. Quando começou a fazer os cursos, ela sempre procurava a direção para

informar que era trans e assim evitar situações de constrangimento. De acordo com ela, para os colegas de classe: *“Eu deixava claro: sou prostituta, mas não sou menos do que ninguém aqui dentro. Sou tão inteligente quanto todo mundo, me esforço como todo mundo, pago o curso igual a todo mundo”*. Ela relatou que sempre foi respeitada por todos os colegas e que o clima em sala de aula era muito bom, bem descontraído.

Fernanda se denomina uma mulher trans travesti. Em suas palavras:

Eu sou mulher, independente de ser trans, travesti. A partir do momento que uma mulher trans assume uma identidade, uma expressão de gênero feminina, assume um nome e faz questão de ser respeitada por aquele nome, ela não é um homem. Ela é uma mulher. Ela se identifica como uma mulher, independente do que ela tem no meio das pernas. Então ela é uma mulher trans. Na visão do feminismo que eu faço parte, eu sou uma mulher. Afinal, nem toda mulher tem útero, seios, nem toda mulher tem filhos, nem toda mulher quer ser mãe, nem toda mulher é feminina, nem toda mulher é emotiva, ou chora. Tem mulher que não tem vagina, e nem por isso deixa de ser mulher. Como diz a Simone de Beauvoir, não se nasce mulher, torna-se mulher. Então eu sou mulher, independente de ser trans, cis, travesti. O termo travesti também não me incomoda. Travesti não é menos mulher do que uma transexual, e nem menos que uma cisgênero.

Durante a entrevista era comum ela referir a si mesma, ora como mulher trans, ora como travesti. Para ela não há diferenças nas conceituações dos termos. Ela os embaralha e faz livremente seus usos, sem estar presa a uma definição acabada e limitada.

Fernanda ainda me conta que foi criada em um universo que na verdade nunca a pertenceu. Ela disse que sabia que ali, não era o seu lugar: *“Eu simplesmente percebi que não era ali que eu tinha que estar, não era aquilo que eu queria ser, não era aquilo que eu era”*.

Aos 12 anos, Fernanda escrevia um diário contando as coisas que acontecia em sua vida, como os meninos que gostava, com quem paquerava. A mãe, ao descobrir, colocou fogo no diário e bateu nela. *“Na escola eu descobri o que era a homossexualidade, porque a gente nasce trans, mas a gente não se descobre trans de início. A gente se descobre trans com o tempo. Primeiro a gente acha que é homossexual, pra descobrir depois que tem mais coisa”*. Ela ainda me descreve que nesta época já se percebeu diferente. *“Eu já notava uma diferença, pois eu não gostava de fazer xixi em pé. Nunca gostei”*.

Sobre a observação que ela já fazia do universo feminino, ela contou que:

Eu ia para as festinhas, via as mulheres passando e eu admirava muito e eu queria ter aquilo. Eu não me sentia confortável com as roupas que eu usava, e não me sentia confortável com cabelo, jeito, estilo de vida. Mas isso nunca me atrapalhou na minha convivência na infância. brincadeiras, amigos. Nessas coisas nunca me atrapalhou. Era uma questão minha mesmo, pessoal, de como eu queria me vestir, como eu queria me comportar.

Nessa época ela já percebia sua identidade feminina, mas ainda se considerava um menino gay afeminado.

Aos 14 anos, na vizinhança, ela conheceu as primeiras amizades gays e travestis e relata que todas vieram fazer a transição ao mesmo tempo.

A historia começou com hormônio para cabelo. Todo mundo falava que anticoncepcional triturado e misturado no creme, fazia o cabelo crescer. E aquela coisa né... Eu queria ter cabelão! E ate então não me passava a ideia de tomar hormônio. Até que um dia um amigo falou: Ah, vamos tomar isso, vai que ajuda a crescer (cabelo) de dentro para fora! E aí ela e os amigos passaram a ingerir as pílulas de hormônio.

Sobre as mudanças corporais, ela conta que: *“Eu comecei a criar peito, meu cabelo começou a crescer, comecei a ficar com feições mais femininas, eu não tinha muita tendência a ter pelos no corpo, então passei a ter menos ainda.”*

Nessa época ela já se vestia de uma forma mais andrógina. *“Usava roupa mais apertadas, tinha outros trejeitos, era completamente diferente”.*

Ela relata que inicialmente a mãe sabia do uso dos hormônios apenas para o crescimento do cabelo, mas que com o tempo, não só ela, mas como toda a família já estavam percebendo as diferenças.

Isso começou a ser notado pela minha família. A minha mãe me levou no psicólogo, achando que tinha algo de errado. Fiquei dois anos em tratamento com o psicólogo. Foi aí que o psicólogo notou que eu era normal e os outros é que eram estranhos. Meu irmão mais velho muito infantil e minha mãe com a mente muito fechada.

Depois de um tempo iniciou-se o processo de aceitação familiar. Sua mãe já não implicava tanto, o padrasto não a recriminava em nada. A irmã, por ser bem mais nova não entendia muito bem o que estava acontecendo, mas adorava a companhia dela e dos amigos

que ela tinha na vizinhança. Já seu irmão, iniciava sua vida no tráfico, ficando bastante tempo fora de casa, na boca de fumo.

Seu processo de transição foi avançando. As unhas estavam compridas, já aprendia a se maquiar e se relacionava com alguns meninos. O dinheiro que ela investia neste processo vinha da pensão que ela recebia pela morte do pai. Sua mãe ficava com metade do valor e ela com a outra. Ela relatou nunca ter feito qualquer cirurgia plástica, ou mesmo o implante de silicone industrial.

Ela conta um episódio, onde seu irmão ao reprovar seu comportamento, agiu com bastante violência contra ela:

Teve uma vez que ele me deixou careca, pois os amigos dele diziam que eu me parecia muito com ele, e como ele tinha o cabelo grande e liso e o meu era cacheado, ele e uns amigos juntaram e cortaram o meu cabelo. Depois disso foi uma confusão. Eu peguei uma tesoura para dar uma tesourada nele, eu quebrei o vídeo game dele, a gente brigou muito. E a minha mãe acabou também cortando o cabelo dele.

Fernanda me relata que um tempo depois, o irmão foi preso pela primeira vez. Aquele acontecimento foi marcante para ela. *"Depois que meu irmão foi preso e que não teve mais marcação cerrada comigo, tudo se deslanchou mais rápido"*.

Na época de entrada no Ensino Médio, ela começou a se vestir com roupas femininas, como short curto, calça jeans apertada, blusa mais justa. Sua mãe a achava “ridículo”, mas deixava ela se vestir como quisesse. *“Eu já saía eu já saía de salto alto de dentro de casa, meus amigos iam me visitar na minha casa (antes disso o irmão proibia os amigos dela de irem lá)”*. A essa altura, ela se vestia inteiramente como mulher, usava calcinha, salto alto, maquiagem, acessórios femininos.

Sobre os familiares e vizinhança ela relata que:

Quando comecei a me transacionar, meus tios pararam de falar comigo. Uma tia até me bateu, mas hoje todos falam comigo. Eles inclusive sabem no que eu trabalho, mas não dou confiança pra ninguém falar nada. Uma vez eu fui numa festa de réveillon na casa da minha tia, aí meu primo me viu entrar e falou assim: olha ele aí! E eu disse: ele quem? Tá falando de quem? Aqui não tem nenhum ele. Tem ela. Tem eu aqui, bem na sua frente.

Na vizinhança ela conta que havia uns olhares tortos, vizinhos que faziam comentários e deboches, mas que com o tempo foi “*conquistando seu espaço no braço*”.

Naquele momento Fernanda já se identificava com travesti e não mais como um gay afeminado. A cada dia que passava ela incorporava mais do universo feminino em seu universo, transformando assim, o entendimento sobre si.

Quando o irmão saiu da prisão, ela já havia se transicionado.

Quando meu irmão saiu da cadeia eu não estava em casa. Quando eu cheguei em casa, ele estava no meu computador, vendo televisão no meu quarto, com os amigos bebendo cerveja lá dentro. E meu quarto sempre foi muito enfeitado. Tinha flores, uma cômoda cheia de perfumes, maquiagens, espelho, aquele coisa toda, bem feminino o meu quarto. Quando eu cheguei lá dentro todos me olharam e em seguida olharam para o meu irmão. Olhei bem séria para eles e perguntei: o quarto do viado é maravilhoso não é? Só que o viado que usar o quarto dele, vocês se retirem e vão para outro lugar.

Ela relata que nessa ocasião o irmão evitou olhar no rosto dela. Ele ficou de costas o tempo todo. “*Dei dois tapinhas nas costas dele e disse: quero usar o meu computador, quero ver a minha televisão. Estou dentro do meu quarto. Vou na rua comprar refrigerante e na volta não quero ver ninguém aqui dentro. Quando voltei não tinha ninguém mais lá dentro*”.

Depois disso o irmão já não implicava tanto com ela. Ele percebeu que as coisas haviam mudado muito dentro de casa durante o tempo em que ele esteve encarcerado.

Aos 20 anos e com a pensão que recebia pela morte do pai próxima de acabar, ela começou a pensar sobre o que fazer no futuro.

Eu sabia que com 21 anos o dinheiro ia acabar, mas sabe aquele momento que você tá porra louca da vida? Eu já tinha feito tudo, já tinha o meu canto, tinha tudo independente, me bancava, me sustentava, vivia num mundo de ilusões achando que aquilo ia ser pra sempre. Pensei até em fazer uma faculdade numa época, mas acabei não fazendo.

Fernanda participou de algumas seleções de emprego para uma vaga de operadora de telemarketing. Ela conta que:

Já tentei telemarketing várias vezes, mas não tinha sucesso. Eu não sei o motivo, naquela época eu nem tinha noção do que era transfobia, mas simplesmente eu achava q não conseguia porque eu era travesti. Eu andava comportada, mas sempre deixei claro que eu

era uma mulher trans, nunca escondi isso de ninguém. Ia maquiada, bem vestida, aquela coisa toda, mas não rolava nada.

Ela relata que assim que a pensão acabou, aos 21 anos, passou a utilizar um dinheiro que havia guardado por três meses. Neste período, conseguiu um emprego como bartender em um bar e restaurante. Uma amiga lésbica que lá trabalhava a indicou para a gerente e já sinalizando que ela era uma mulher trans.

Como era um emprego de contratação imediata, eu fiz a entrevista num dia e comecei logo no outro. Duas semanas depois vieram conversar comigo e me pediram para usar uma bandana pra prender o cabelo. Pediram também pra eu cortar a unha, tirar o esmalte e que meu nome era (ela cita o nome do registro civil) e que eu tinha que ser chamada assim. Lá também trabalhava uma outra travesti que não era chamada pelo nome social. Ela entrou e saiu junto comigo... Resolvi sair de lá porque eles não respeitavam minha identidade de gênero. A gerente se mostrou muito transfóbica e eu fui vendo que não dava mais para ficar ali. Nem o banheiro feminino eu podia usar, um absurdo.

Este foi o primeiro e único emprego de carteira assinada que Fernanda teve, permanecendo por apenas 45 dias. Depois disso, vendo o seu dinheiro acabar e sem chances de uma colocação profissional, Fernanda tomou uma decisão:

No dia 13 de junho de 2011, eu estava com 21 anos, foi a primeira vez que eu caí na rua pra me prostituir e é assim até hoje. Na época, meu dinheiro já estava acabando, e eu tinha contas a pagar, aí o tempo foi passando, foi passando e eu falei: é, não vou ter saída. Conversei com uma amiga, e ela me indicou uma pessoa que me levou pra rua onde trabalhava. Ela me levou, me ensinou o básico do básico, o preço, e o resto eu fui aprendendo sozinha. Tudo o que eu sei hoje na rua, tipo uns setenta por cento, eu aprendi sozinha. A restante foi com a experiência de outras amigas. A gente vai trocando experiência, umas vão ensinando às outras.

Ela ainda me conta que:

No primeiro programa eu fiquei muito constrangida, porque eu tinha aquele preconceito da prostituição ainda muito grande, tipo, caralho, sou prostituta, que sujeira, que imundice, mas aí pensei: não! Eu só faço sexo e ganho dinheiro com isso. Todo mundo faz sexo, e todo mundo quer dinheiro. Eu só uno o útil ao agradável. O primeiro e único programa daquela noite foi tranquilo, não tive nenhuma dor de cabeça. Trabalhei e foi. Depois, fui pra casa, e confesso que a ficha ainda não tinha caído. Aí fui no dia seguinte, fui indo. Aí eu fui conhecendo, observando, e as coisas fluindo... Comecei a ganhar muito dinheiro, comprava roupas, saía, voltei a ter o mesmo nível de vida que eu tinha antes, as coisas começaram a seguir de forma mais natural.

No início ela me disse que tentava ser discreta ao sair de casa. Levava as roupa de trabalho numa bolsa e quando chegava lá, trocava por trajes mais provocativos. No entanto *“depois de um tempo eu liguei o foda-se e já ia arrumada. As pessoas comentavam, mas como ninguém pagava as minhas contas eu não estava nem aí”*. Ela relata ainda que os vizinhos homens nunca falavam mal e sempre *“jogavam uma gracinha, me chamando pra sair”*. Naquela época, ela morava na casa que anteriormente era da mãe, mas que agora estava dividida entre ela e seu irmão. *“Meu irmão sabia mas não falava nada, Ia falar o que? Ele vivia o dia todo na boca de fumo, não tinha moral pra falar nada. E eu pelo menos não fazia mal a ninguém”*. Um mês após estar se prostituindo, ela resolveu contar para sua mãe: *“Ela ficou em choque, mas eu falei pra ela pra ficar tranquila, que estava tudo bem. Ela ficou meio assim, meio preocupada. Mas ela também não se metia muito. Pois, dos três filhos eu sempre fui a mais independente, a mais responsável. Então ela sabia que podia confiar”*.

Depois de um tempo ela mudou para outro ponto. Nesta época ela já fazia o curso técnico em Administração, que era a noite. Ela saía do curso e seguia para o trabalho. Ela conta que este ponto é muito melhor que o outro e que ganha mais dinheiro por lá.

Eu trabalhava toda sexta, sábado e domingo, e como sexta eu só tinha dois tempos de aula, então eu saía e dava tempo pra eu chegar bem cedo na rua e trabalhar bastante. Durante a semana eu só estudava. Nessa época, meu irmão já tinha ido para a segunda cadeia dele, já não me perturbava mais.

Em seguida, ela me conta que depois que o irmão foi preso, a cunhada ainda ficou na casa em que morava com ele. Um tempo depois a mãe se separou do marido, voltando a morar de aluguel no Bairro da Cidade de Deus. Como a cunhada já possuía uma outra casa no bairro, esta se mudou para lá para que a sogra voltasse a morar na casa que originalmente era dela. Assim que sua mãe voltou a ficar mais próxima de Fernanda, ela insistia para que ela *“cortasse o cabelo e vestisse uma roupa de homem”* pois assim conseguiria um emprego. *“Até que um dia eu já mais empoderada, chamei ela e disse: você não pode falar isso pra mim. Porque isso aqui é o que eu sou. Você falando isso, parece que a culpa é minha por ser trans e não conseguir um emprego”*. Fernanda me relatou ainda que aos poucos a mãe foi entendendo melhor a situação. Ela dizia que o medo maior que a mãe tinha era que ela entrasse no mundo das drogas e marginalidade.

Sobre a vida na prostituição, Fernanda reflete que:

Na escola eu gostava muito de sociologia e acho que isso me ajudou muito a ter uma visão mais ampla das coisas. Eu pensava assim: dentro da lei eu não faço nenhum crime, na sociedade eu não faço nada de errado, o que eu faço é viver a minha vida, sem interferir na de ninguém. Então o problema não está em mim, e sim em quem está a minha volta. E comecei aos poucos a construir o meu pensamento, o meu espaço. E eu sem saber, eu já lutava pela minha própria causa, e ainda era feminista. O meu irmão sempre batia na minha cunhada e eu nunca gostei que ele fizesse isso. Meu irmão sempre foi muito machista, transfóbico, misógino. Eu sempre tive um pensamento mais feminista, não vou dizer militante, mas de certa forma lutadora da causa. Era uma coisa instintiva, de eu ocupar o meu espaço, sabe.

Minha entrevistada me relata que os programas geralmente ocorrem em um drive-in próximo dali, ou mesmo em dois hotéis da região. Ela costuma cobrar antecipado e assim evitar problemas: *"Só faço programa com o dinheiro adiantado. Comigo é assim, dinheiro na mão, calcinha no chão, dinheiro sumiu, calcinha subiu"*. Ela diz abrir exceções para os clientes fixos. *"Já teve caso de cliente ligar, avisar que está sem dinheiro e depositar o valor depois"*. Ela ainda vai mais adiante: *Já teve cliente que saiu de graça, pois o cara era gente boa e estava sem grana naquele momento. Tem cliente que eu dou uma moral, aí o cara me leva em casa. E confesso também que é uma questão de prazer, então junta a fome com vontade de comer"*.

Como todo trabalho, há regras impostas:

Quando o cliente quer beijar na minha boca eu cobro mais, porque é uma intimidade. Beijo não é sexo. Beijo é carinho, intimidade. Eu cobro o mesmo preço pra ser ativa e passiva, mas pra fazer as duas coisas numa mesma noite eu cobro mais, porque eu estaria fazendo dois programas em um só. O programa é basicamente o sexo anal e oral. Uma dedada é (cobrada) à parte. Fisting¹⁸ é à parte. Às vezes quando o cliente reclama do preço a gente ate abaixa o valor se for o caso.

Fernanda ainda relata como normalmente trabalha com o cliente sua imagem enquanto produto/serviço:

¹⁸ Fisting é uma prática sexual que consiste na introdução da mão ou antebraço no ânus ou vagina do parceiro.

Quando eu entro no carro, a gente já vai conversando, já vou amansando o cliente, mostrando pra ele que sou de confiança, que eu não roubo, que não faço nada de perigoso. Mostro pra ele que eu sou estudada, tento mostrar que não sou burra, não sou desprovida de estudo, de conhecimento. O assunto que ele jogar na mesa, eu posso até não ser especialista naquilo, mas dou meu jeito, vou desenrolando. Até se o cliente falar inglês, eu me dou bem, pois eu falo inglês. Já peguei americano, argentino, chileno. Mas eu percebo que tem cliente que se assusta com isso. Tem homem que tem medo de tudo aquilo que é maior que eles. Já teve cliente que me falou: o que você está fazendo aqui? Você é muito boa para trabalhar na prostituição.

Sobre a segurança que ela impõe ao seu trabalho, ela enfatiza que:

Nos programas eu sempre uso camisinha em toda forma de atividade. Seja sexo oral, anal, ou mesmo na penetração, quando sou ativa. Eu não trabalho sem camisinha de jeito nenhum, eu trabalho com saúde e higiene antes de tudo. Eu tenho que voltar pra casa da mesma forma que eu saí, inteira, viva e saudável, mas confesso que a gente sempre tem medo de pegar uma DST, pois independente de se proteger, só pelo fato de ter uma vida sexual ativa, a gente já está correndo vários riscos.

Ela me conta ainda sobre um ponto que a ajuda a manter a cabeça focada no trabalho, para assim realizar bem a sua atividade:

Em todo programa eu tento ver cada homem de uma forma diferente e assim ter diferentes formas de prazer com aquilo. Até porque se eu não fizer isso, porra, já sofro de depressão, se não fizer isso já estaria internada. Porque imagina você deitar toda hora com alguém diferente, que você não conhece. Não é fácil não.

Sobre a seleção dos clientes os quais vai realizar sua prestação de serviço, ela expõe que:

A partir do momento que eu pensar, que eu cogitar que minha segurança está e risco, ou que eu vou me estressar, eu não entro no carro. E isso varia muito, não tem regra, tem que sentir na hora. Os drogados, por exemplo, são os melhores clientes. São os que melhor pagam, pagam muito bem inclusive. Bêbados até pagam bem, mas dão muito trabalho e às vezes eu não estou afim de ter trabalho.

Sobre violências sofridas no trabalho, ela comenta que já houve casos de agressão, clientes que eram grosseiros, mesquinhos, que queriam pagar menos pelo programa, mesmo tendo mais dinheiro na carteira. Ela diz que não está livre deste tipo de situação, e que um cliente que antes parecia ser tranquilo, pode se transformar quando entra num quarto de hotel. Ela diz ainda que o local de trabalho é inseguro, por nunca saber o que pode acontecer, “é como trabalhar na selva”.

Quando perguntada sobre sua visão sobre o mercado formal de trabalho, Fernanda opina que muitas empresas não estão preparadas para contratar o público travesti e transexual. Ela enxerga que o preconceito é muito grande, sobretudo pela aparência da pessoa, não qualquer respeito quanto a identidade de gênero e por consequente a utilização do nome social. Ela também entende que a falta de escolaridade é um fator limitador para muitas pessoas, mas que no seu caso, mesmo tendo formação técnica e conhecimento de idioma, as oportunidades são escassas, justamente pela questão da transfobia. Ela expõe que: *“Por isso que muitas trans nem procuram o mercado formal de trabalho. Pois pra você ter a sua existência negada, é melhor ficar na beira da estrada, onde todo mundo vai te conhecer da forma que você se apresenta”*. No entanto, ela destaca que:

Eu por exemplo, me formei em técnica administrativa, e porque não posso trabalhar nesta área? Eu não gosto de trabalhar na rua, mas eu não saio da rua porque também eu não quero me sujeitar à trabalhos inferiores, já que eu estudei pra ser alguém na vida. Eu não quero trabalhar fazendo faxina por exemplo. Nada contra a quem faz faxina, é um trabalho digno, mas eu estudei pra fazer outra coisa.

Ela me informa que não gosta de trabalhar na prostituição, e que se pudesse ter um emprego de carteira assinada onde pudesse manter seu padrão de vida, que sairia da prostituição.

A vida impede a gente de existir, nega nossa existência, nega nossos direitos, nega a minha sobrevivência. Eu acabo só tendo como sobreviver na rua. Pra seguir o estereotipo da transexual cabeleireira, primeiro, eu não tenho dom nenhum pra estética. Prefiro pagar alguém pra fazer a minha unha, meu cabelo, pra ter que fazer sozinha. Mas eu tenho um poder incrível para administrar, tenho uma cabeça maravilhosa para pensar. Eu adoraria trabalhar na área da Administração, seria algo maravilhoso, pois sei que eu poderia contribuir com muita coisa boa que aprendi no meu curso.

Uma perspectiva que ela vislumbra para seu futuro é a carreira pública:

A carreira pública pra mim é sinal de estabilidade financeira e profissional. Eu tenho medo da velhice, de não poder ficar na rua o tempo todo, de não ter qualidade de vida também, porque trabalhar a noite é pesado. O serviço público iria me proporcionar poder comprar um carro, viajar, comprar outra casa. A crise hoje tá difícil. A dificuldade de fazer dinheiro na prostituição pra se fazer um curso hoje é grande. Essa crise tá feia pra todo mundo.

No entanto, Fernanda admite que paga a previdência social como autônoma, para assim ter um mínimo de segurança no futuro, caso seus planos não sejam concretizados.

Fernanda me conta que já foi muito hostilizada por ser transexual e que a intolerância praticada pelas pessoas, a faz brigar por seus direitos e pelo respeito a sua dignidade enquanto pessoa. Abaixo, seguem alguns relatos que ela me fez:

Uma vez, tava tendo uma obra do BRT no ponto antigo que eu trabalhava. Vieram dois caras da obra, bêbados, um sentou do meu lado e o outro rapaz sentou do lado da minha amiga. Aí eles queriam fazer um programa, a gente combinando como ia ser e tal. Aí o cara que tava com a minha amiga falou assim: você quer gozar viado? Então ele puxou uma marreta de dentro da bolsa e foi na direção da minha amiga, que logo saiu da frente dele. Aí ele veio na minha direção, eu corri, ele quebrou o ponto do ônibus que tinha lá, e veio depois pra bater com a marreta na gente, cheio de má intenção mesmo. Quando ele veio mais uma vez, eu consegui segurar a marreta e ele tirou uma navalha de dentro da calça. Ele já tava muito mal intencionado, aí eu consegui dar um soco nele, dobrei o braço dele e a navalha caiu. Aí vieram uns outros caras da obra, começaram a separar a gente, ficaram a nossos favor, porque sabiam que a gente estava ali trabalhando, na nossa razão. Aí chamamos a polícia, fomos pra delegacia e lá os caras ainda tiveram a cara de pau de dizer que a agente tinha tentado roubar eles. É complicado tá vendo? A gente ainda tem que passar por esse estigma de ladra. Eu nunca roubei cliente, graças a Deus. Nunca precisei roubar cliente.

Já levei saco de lixo nas costas, já levei pedrada, já jogaram o carro em cima de mim. E pior, foi cliente que fez isso. Ele estava com os amigos dele no carro e passou lá (no ponto) pra jogar pedra e se divertir. Por isso que a gente tem que tomar muito cuidado, pois os caras estão ali fazendo a gente de objeto, e eles acham que podem fazer o que quiser. A vida acaba ensinando a gente a ser muito fria.

Já sofri transfobia numa casa de candomblé. Fui posta de lá pra fora, porque eu estava de baiana. E no candomblé só dança na roda, as mulheres de baiana. Então ia dançar na roda eu e uma amiga, mas aí mandaram a gente se retirar por ser trans. Por termos o falo, somos consideradas homens, então eles genitalizam os transgêneros. E tem homens trans que também sofrem o mesmo problema. É uma situação muito delicada.

Eu fui rejeitada num estágio do curso técnico por ser trans. Fui indicada por uma amiga minha, mas quando cheguei lá não me contrataram. Eu era a única a participar da entrevista. Essa amiga disse que ia indicar uma amiga (sem especificar q era trans) mas q ao chegar lá fui recusada.

Fernanda ainda faz uma desabafo: *“Às vezes parece que ainda que eu tivesse graduação, fosse doutora, ainda assim teria preconceito pra conseguir emprego. O fato de ser trans, é maior que tudo”*. E faz sentido. Muitas travestis e transexuais, mesmo conseguindo atingir um patamar mais elevado em relação à escolaridade, sofrem muito preconceito para entrar no mercado formal de trabalho devido a sua condição de gênero. É como se o fato de ser uma travesti ou transexual, anulasse todos os seus predicados, qualificações, massacrando seus potenciais e as sujeitando a um papel social de oprimido.

O uso drogas e álcool é muito comum para as travestis e transexuais que trabalham em locais de prostituição. Muitas delas, devido a exploração que sofrem cotidianamente veem as drogas como um refugio, uma ferramenta para enfrentar as dificuldades e riscos do trabalho na prostituição.

Eu não uso drogas mas eu entendo as meninas que usam. A gente sofre tanto, tanto, mas tanto, que a droga e o álcool se tornam uma válvula de escape. Geralmente se cobra mais para usar drogas e os clientes também querem que a gente use para fazer companhia. Já aconteceu comigo de cliente oferecer e eu fazer a linha de que não ia usar, mas aí ele disse que ia me dar mais quinhentos reais, aí disse que aceitava, só que aí entrava a minha esperteza, o truque da galinha morta que só a rua ensina. Eu molhava o dedo, botava o dedo na frente, aí vinha com o canudo (de cocaína) tapava um nariz, fazia o barulho com outro, (ela faz o gesto para que eu pudesse entender) e nisso que fechava a mão e devolvia o canudo, o pó ficava todo na minha mão. A rua ensina. Na verdade eu aprendi isso com um cliente. Na primeira vez que aconteceu de cliente querer pagar a mais pra cheirar, aí eu fiz isso. Dali em diante, muito cliente acha que eu cheiro, mas graças a Deus não uso nada. Só bebo, e as drogas que eu uso, são somente as farmacêuticas. E doce, fritura, minha droga é a comida. Maconha, loló, ecstasy, eu já experimente tudo isso, mas não gosto, nunca tive tendência, nenhuma destas ondas me agradou.

Fernanda faz ainda um relato importante sobre a preocupação que tem a respeito do uso de drogas. *“A questão de não usar drogas também tem a ver com a minha segurança. Eu tenho que manter o total domínio sobre mim, sobre o cliente, sobre o ambiente, para que eu possa garantir a minha sobrevivência até”*.

E ela ainda me conta um relato do que ela diz ser o seu melhor cliente: *“O melhor cliente que eu tenho é um que já meu deu vários presentes, relógio, home theater, me deu várias coisas. Eu acabo saindo com ele só pra usar drogar. E o melhor é que eu nem preciso fingir que uso. Ele me leva pra restaurante, hotéis, faz tudo o que eu quero, mas o que ele quer mesmo de mim é a companhia enquanto usa drogas.*

Fernanda me conta que na época da infância ela frequentava a igreja Universal do Reino de Deus com sua mãe, mas confessa que nunca foi evangélica. Aos 16 anos ela

conheceu a Umbanda tendo seguido a religião durante 8 anos. Hoje ela é Candomblecista e me descreve como ocorreu esta mudança.

Eu nunca tinha me dado conta que a minha identidade de gênero tinha que ser respeitada também dentro da minha religião. (Na umbanda) eu tinha que usar roupa masculina e era chamada pelo nome de registro. Aí aquilo começou a me incomodar. E eu comecei a ver que as coisas não estavam dando certo na vida. Eu fazia ebó, fazia trabalho, fazia tudo e nada dava certo. Aí eu comecei a estranhar aquilo. Aí um dia eu cansei daquilo tudo. Fiz uma amiga no trabalho e ela falou que ia me apresentar o pai de santo dela, de candomblé. Eu já achei algo diferente, quando ele foi jogar pra mim e pediu meu nome. Aí eu dei o nome civil e ele disse: Não. Eu quero o seu nome. O mundo e o universo te conhecem como você se identifica. A partir daí eu comecei a frequentar lá, e as coisas começaram a melhorar pra mim. Um dia ele virou pra mim e disse: Na minha casa você usa baiana. Mulher na minha casa de candomblé usa baiana. Então ele respeitou a minha identidade de gênero o tempo todo ali. E eu tô lá até hoje.

Ela descreve ainda como a sua família lida com as diferenças religiosas: Eu tenho em um tio que é pastor da Universal, e meu tio, embora sendo pastor nunca teve problema com outras religiões. O meu pai era do candomblé e mesmo assim ele e meu tio se davam muito bem. Ele não misturava as coisas e eu achava isso muito legal.

Por volta dos 17 anos, quando Fernanda passou a ter mais conhecimento sobre questões ligadas ao universo da transexualidade e travestilidades, entre elas a questão do nome social, ela decidiu fazer uma enquete na rede social Orkut para que seus amigos pudessem escolher um nome entre 10 sugestões que ela havia postado. Por fim o nome acatado foi indicado por uma prima que dizia: *“Escolhe Fernanda, esse nome é forte e combina perfeito com você.”* E assim nasceu Fernanda.

A respeito da legalização da prostituição, Fernanda se coloca da seguinte forma:

Eu acho importante, porque no caso das trans, a gente não tem outra opção. Eu não tenho profissão reconhecida, eu tenho que pagar a autonomia (INSS) como autônoma, eu não posso tirar um empréstimo no banco, não posso nada porque a prostituição não é reconhecida.

A respeito do nome social, ela informa que: *“Quando eu vou pra um atendimento médico, eu dou minha identidade, mas logo eu falo: meu nome é Fernanda, tá? Pode botar aí, por favor. Aí se criam problema, eu já mostro a portaria 2475 ¹⁹, onde eu tenho o direito ao respeito da minha identidade de gênero”*

¹⁹ Mais informações em: <http://www.radaroficial.com.br/d/5996818>

Fernanda informa não fazer uso de qualquer tipo de prótese cirúrgica e que toda modificação em seu corpo foi realizada através de hormônios femininos. *“Aqui é tudo hormônio (apontando para os seios) Ainda não passei por cirurgia ainda, mas eu faria uma feminilização facial, um implante de silicone. E faria por mim, não por homem nenhum. Já fiz também laser para tirar pelo do rosto, mas hoje não faço mais”*.

A respeito do processo de transgenitalização ela defende que:

Não tenho vontade de fazer não, até porque eu acho q nem toda mulher precisa ter vagina pra ser mulher. E eu sou satisfeita com o que eu tenho no meio das pernas, não me incomoda em nada. Meus clientes gostam, os homens que saem comigo não se importam com isso. Até mesmo porque eles estão deitando com alguém que tem a mesma coisa que eles tem no meio das pernas, então não tem o que estranhar. Não precisa botar a mão, não precisa botar a bunda, não precisa botar a boca. Respeita que ele tá ali e vai continuar ali. Não preciso ser ativa pra sentir prazer, na verdade nem curto muito ser ativa, sou ativa no trabalho e tal, mas se o homem quiser botar a mão, botar a boca, não me incomoda. Pelo contrário, eu acho que quando o homem bota o mão em todas as partes do meu corpo, incluindo o meu genital, ele meio que tá mostrando que está me aceitando por completo. então fica uma coisa mais gostosa, que eu não preciso ficar escondendo, com medo. Eu só consigo me sentir bem, quando eu consigo ser eu mesma ao lado de um homem. Mesmo que seja só pra sexo. Porque se eu ficar escondendo a minha parte íntima, com a minha mãozinha no meio da perna... Ah porra, aí eu tô negando a minha própria identidade por causa de um homem. Ele sabe com quem que ele tá deitando, não vou ficar me escondendo por causa de homem nenhum não. E mesmo que eu não utilizasse meu genital nas relações, eu não o tiraria. Eu deixaria ele como está. Eu sou bem desconstruída em relação a essas coisas. Eu sou muito mais que uma genitália, muito mais do que uma vagina ou pênis. Uma mulher é um conjunto de fatores, não é presa só ao órgão genital. Porque se eu me prender a um órgão genital pra me considerar mulher, eu tô fudida. A mesma coisa o homem trans. Com vagina ou com pênis, ele é um homem trans. Eu já desconstruí muita gente e acho muito bom isso, pois as pessoas são multiplicadoras de informação.

Eu trouxe para a conversa com minha interlocutora a questão do lugar de fala, que por vezes causa uma grande polêmica, sobretudo nas questões transgêneras. Inclusive um dos meus grandes receios era tratar deste assunto numa pesquisa de dissertação, tendo em vista que não sou uma pessoa transgênera. Sobre a temática, Fernanda me expõe que:

Eu acredito que todas as pessoas são multiplicadoras de informação. A partir de mim eu te passo uma informação, você vai repassar essa informação para outras pessoas, e assim se propaga. Não é à toa que hoje o movimento LGBT, principalmente a causa trans, está tendo o tamanho que tem hoje, de que há multiplicidade de informações. Há a troca de informações, há um trânsito de histórias, de vivências, de traumas, de coisas boas e coisas ruins, de conquistas, dificuldades. Tudo isso é tudo muito embasado dentro dessa questão. Então eu acredito que quando eu passo pra você uma informação e você vai passando adiante, você não vai tomar meu lugar de fala. Você está sendo o meu interlocutor. Você

está passando o que eu te falei adiante, está reproduzindo a minha vida para outros e assim eu consigo trazer a minha experiência até os outros, abrir sua mente, esclarecer informações. Assim, você vai usar das mesmas palavras pra seguir adiante. É um telefone sem fio. Então nesse aspecto de lugar de fala, eu também não concordo, eu não aceito uma pessoa não poder dizer do meu sofrimento só porque ela não é igual a mim. Agora se a pessoa está interessada em esclarecer a mente, saciar dúvidas, obter informações que possam agregar valores na nossa causa, eu acredito que é sempre muito bom e importante. Só que tem trans que tem a cabeça muito dura

A respeito de planos futuros, Fernanda comenta mais uma vez sobre o seu desejo de ser servidora pública:

Eu me desiludi um pouco com o mercado formal. Meu intuito é fazer curso preparatório e tentar carreira pública. O problema é que os cursos preparatórios são muito caros. Eu até tinha um cliente que disse que ia me dar um curso, mas aí ele sumiu e tem um tempinho que não aparece. Mas se eu vier a ser servidora pública, e se ainda assim eu cismar de fazer meus programinhas por fora, eu vou continuar fazendo. Eu adoro ter o domínio da minha vida.

Ela ainda completa dizendo que: *“Me vejo no futuro bem sucedida profissionalmente. Com meu carro, minha casa, minha vida tranquila, mas engraçado que eu não consigo me ver com ninguém. Estranho, né? Mas tenho vontade de adotar um filho, e acha q adotaria mesmo estando solteira”*.

Quando começamos a falar sobre a questão sentimental e amorosa, em como ela se enquadra e se vê enquadrada pelos outros nas situações românticas e/ou exploratórias, Fernanda trouxe à tona uma temática muito interessante, sobre a solidão da mulher trans. E eu percebi que esse era um assunto que ela discorria bastante. Nessas ocasiões, a conversa perceptivelmente ficava mais tensa, trazendo muitas reflexões importantes sobre o universo da transexualidade e suas múltiplas interseções como veremos a seguir.

Vou te contar uma coisa. Eu sofro de depressão. E uma das causas dessa minha depressão é sobre a solidão da mulher trans, pelo fato de sermos sempre hostilizadas, fetichizadas, gentilizadas, hipersexualizadas. Da gente ter que aceitar migalhas dentro de um relacionamento, passar certos tipos de humilhação como também eu já passei, pra poder ter alguém que possa me dar um pouquinho de atenção, tentar me ver além de objeto sexual. E eu tô numa fase da minha vida agora que eu tô disposta a abdicar de meus próprios sentimentos, pra poder viver a minha vida. Então eu já fui muito julgada por isso. As pessoas falam: Ah todo mundo tem que amar alguém. Primeiro, eu não sou todo mundo. Segundo, todo mundo não tem a minha vida. Todo mundo que me fala isso, já amou, já sofreu, já teve outros relacionamentos, já foi feliz, já teve casos, historias, não sofre a

metade das coisas q eu sofri em família, e também em relação a amizades, a homens, programas, em relação tentar um trabalho. Ai dizem: Ah, porque Deus dá o frio conforme o cobertor! Querida, me desculpe então, mas pede pra Deus desligar esse ar condicionado, porque tá nevando.

Fernanda então me conta que nunca teve um namorado, alguém que assumisse um relacionamento, um compromisso com ela. E ela credita isso ao fato primeiramente de ser uma mulher transexual e não por ser uma prostituta. É perceptível o quanto essa objetificação se transforma em uma espécie de marcador, impactando outras questões em sua vida. Portanto, Fernanda ainda prossegue:

Todas as vezes q eu me apaixonei, eu sofri muita com rejeição. Por viver as escondidas, pelo fato dos caras quererem sair comigo, mas tinha que ser no sigilo. Ou mesmo ouvir os caras falarem que só queriam ficar, que não queriam nada serio, aí e depois eu via eles passando na rua de mão dada com uma mulher cis. Ou mesmo do cara dizer que comigo não queria ficar, pelo fato de eu ser trans. Eu acho que a questão é mais por preconceito mesmo, pela construção social de que devemos ser sempre fetichizadas, principalmente pela visão sexual e esses absurdos assim. E eu acabo focando mais na minha vida a questão das emoções, e de como eu busco bloquear ou eliminar elas da minha vida, por que eu sofro mt com isso. Sofro. Eu sou essa mulher de pedra, indomável, mas eu sou humana, tenho os meus sentimentos. Uma vez eu li que a razão e a emoção não vivem separadas, mas eu queria de alguma forma que a emoção se tornasse algo, tipo, como se entrasse em coma. Mas que pudesse um dia também ser despertada, pois eu acredito que um dia eu possa encontrar alguém. Não vejo porque não acreditar nisso. Eu não sou prostituta 24 horas do meu dia, eu sou uma pessoa comum. Eu sou muito além do que um corpo fetichizado. Eu tenho os meus defeitos, lógico, mas ninguém quer se mostrar capaz de conhecer o meu melhor, às vezes eu até abro a porta, mas ninguém quer entrar pra ver. Entendeu? Enquanto mulher trans, eu vivo na sombra. Não por causa da prostituição, mas por ser trans. Para qualquer homem que eu fique, eu sempre estarei nas sombras. Eles nunca me expõem para ninguém, para um relacionamento. Eles podem expor para um amigo, que também curta trans, mas não vai expor para aquele que nãoo curte, para família, para o trabalho. Ele expõe pra quem entra nas sombras junto com ele, mas para os outros não.

Em seu relato, me chamou a atenção a forma pela qual ela cita em particular dois clientes, onde-se percebe-se que as relações com eles possuem um significado mais amplo, não ficando restritos somente a prestação de um serviço sexual. De alguma forma elas sinalizam algo além.

Eu tenho um cliente, muito bonito, rico, um homem casado, de 52 anos, e com uma filha. Esse cara me a leva a restaurantes, hotéis, shopping e me dá muitos presentes. Quando ele está comigo, ele diz que é meu marido, mas eu não me deixo enganar, sei que eu sou só uma válvula de escape para ele. Ele me diz que a família sabe que ele sai com trans. Mas

tem uma coisa muito engraçada na nossa relação. A gente nunca se relacionou sexualmente. Ele somente faz uso de drogas na minha companhia. Eu sou mais acompanhante do que garota de programa com ele. É um negocio muito doido, mas a gente se curt muito assim, cada uma de seu modo, cada um com o seu ganho. O meu financeiro e o dele por companhia e atenção.

A respeito do outro cliente, ela descreve que:

Ele é um cara de 23 anos, loiro, olhos claros, muito bonito, tem uma namorada linda. O pai dele é estrangeiro e diretor de uma multinacional e ele também trabalha lá. Eu já saio com ele tem uns três anos mais ou menos. Na primeira vez que a gente saiu, a gente não transou. Só conversamos. Ele falou que tinha vontade de sair com trans, mas tinha medo. Na segunda vez, saímos e transamos bastante. Eu sabia que ele tinha vontade de sair com uma trans, era um homem carente, que tinha desejo de se relacionar e tal, mas como a sociedade e família não iriam aceitar, eu tentei ser exatamente tudo aquilo que ele queria. Ao mesmo tempo, ele reclamava que no filme pornô era tudo muito mecânico. Pô, o cara já era bonitinho, bem dotado, corpo bonito, e fazia tudo, estava disposto a fazer tudo comigo, eu já sabia que ali eu podia usar cem por cento do meu prazer que seria sucesso garantido. Foi a fórmula perfeita. Tanto que ele depois nunca saiu com outra trans. Hoje a gente sai todo mês. A gente nem usa mais camisinha, ele é o único cara que eu transo sem camisinha. Ele diz q só está com a namorada porque causa da sociedade, dos familiares. Ele diz que se não fosse pela sociedade, a gente já estaria junto. Ele diz que se ele pudesse, ficava com uma trans. Ele fala: Minha namorada não é tão carinhosa como você, não conversa comigo como você. Só que ele também às vezes não percebe, que ele pode não procurar tanto ela na cama, ele pode não ser tão carinhoso com ela, por simplesmente ele não curtir a mulher cisgênero. Mas eu falo isso pra ele? Eu não. Por que? Porque talvez se eu falar isso pra ele, ele possa focar o interesse somente na mulher cisgênero pra se enquadrar de vez na sociedade. E eu não posso perder um cliente. Ele que faça as descobertas dele, eu fiz todas as minhas na minha vida. Ele tem que ser inteligente.

Nestas relações, é perceptível a complexidade de sentimentos que estão em jogo. Estes são dois clientes que a tratam de uma forma mais humana, e que mesmo sendo uma relação de trocas mútuas, ela se sente menos objetificada, menos fetichizada. O primeiro cliente pelo fato de não ter relações sexuais com ela, e sim buscar a sua companhia. Podemos considerar que há uma outra forma de prazer em jogo. Já o segundo cliente, pela forma como se desenvolve, sobretudo, a química sexual entre ambos e como ele demonstra estar seguro na companhia dela. A questão principal é que ela sabe que eles são e serão somente clientes. Estas pessoas muito dificilmente a encaixariam em outro aspecto de suas vidas. Mas ainda assim, ela enxerga algum tipo de vantagem, além da financeira, pois se sente mais valorizada como pessoa, como mulher.

Perguntada se abandonaria a vida de prostituição caso encontrasse alguém que a amasse e proporcionasse outra vida, ele me responde que:

Eu acho que eu teria um certo problema com um homem falar que vai me tirar da rua. Eu aceitaria o homem, mas se ele me deixasse trabalhar. Porque o homem quando começa a te bancar e se você não tem domínio pelo menos no seu lado financeiro, você se torna completamente dependente do homem e ele vai fazer você de gato e sapato. Não adianta estar sendo amada, mas com uma coleira. Porque hoje em dia pra eu pegar um homem, sair com ele, ele vai ter que provar merecer que eu coloque ele antes da rua. Ele vai me apresentar pra família dele? Vai me colocar em primeiro lugar na vida dele? Ele vai andar de mão dada comigo na rua? Ele vai me beijar em público? Vai sentar comigo no meu portão? Vai me levar pra conhecer os amigos dele? Vai sentar num restaurante comigo? Vai me reconhecer como realmente eu sou, como um ser humano, até, digno de andar de mãos dadas? O dia que isso acontecer eu posso colocar o meu trabalho em segundo plano, mas eu não vou colocar o meu trabalho em segundo plano para um homem que vai querer ir na minha casa, me comer às escondidas e depois vai viver a vida dele, sair com outras mulheres, vai sair de mão dada com elas na rua e eu deixando as minhas contas vencerem? Não posso cair nessa.

É perceptível como ela trata a questão de “largar a rua” por alguém que assuma e respeite a sua identidade transgênera. E ainda assim, não se coloca numa situação de submissão justamente para que possa ter o controle de sua vida. Para muitas transgêneros, o reconhecimento de sua identidade pelo outro é um fator primordial para que relações verdadeiras sejam estabelecidas para que essas pessoas de alguma forma se sintam respeitadas e dignificadas.

Ela ainda me relata que o que ocorre quando conhece alguém e tenta de alguma forma, estabelecer uma relação mais sólida.

Quando eu conheço alguém que eu acho legal, eu tento falar com caras sobre outros assuntos. Eu leio muito, gosto de falar sobre muitas coisas, mas aí quando eu começo uma conversa contando por exemplo o que estou lendo, o que estou achando, ou falo algo sobre televisão, uma coisa até mesmo mais banal, depois de um momento os caras logo já falam: Pô, tô com o pau duro, quero fuder. Tá entendendo? É muito complicado. Parece que não tem nada aqui além de um corpo. É como se pelo fato de eu ser trans e prostituta, na verdade, mais por ser trans, eu buscasse sexo 24 horas do meu dia. Me é negada a possibilidade de conversar, desenvolver um diálogo, mostrar ser algo diferente do que as pessoas já rotulam.

E ela finaliza dizendo que:

Eu tenho noção que eu sou uma joia rara, principalmente no meio trans, mas eu nunca encontrei ninguém que seja capaz de explorar isso. Pelo fato de eu ser trans, sempre serei vista de uma forma menor, inferior. Isso em vários aspectos, como pessoa, de caráter, e até mesmo de habilidades para entrar numa empresa e poder ocupar um cargo de trabalho, por exemplo”. Eu sempre serei a travesti, a incapaz, a que não merece estar ali.

CAPÍTULO 3 - DISCURSOS, REGULAÇÕES E EMPREGABILIDADE.

3.1 - Teoria Queer, Performatividades e os Corpos abjetos

A Teoria Queer teve origem nos Estados Unidos, no final da década de 1980, a partir de estudos gays, lésbicos e feministas e alcançou maior notoriedade no fim do século passado. Em inglês, o termo “*queer*” significa estranho, esquisito, algo próximo ao anormal e aberrante, sendo também uma gíria bastante agressiva para gays, lésbicas ou todas as pessoas que não seguem as orientações heterossexuais e desestabilizam os padrões de gênero dominantes. No Brasil, este termo seria próximo aos equivalentes de “viado”, “transviado” ou “bicha”.

Desta forma, o termo *queer* é usado intencionalmente para expressar a violência simbólica de gênero que não apenas a linguagem carrega, mas que é constitutiva da própria estrutura conceitual binária que separa homens e mulheres, homossexual e heterossexual.

Estes estudos têm como objetivo a crítica a pressupostos universalizantes e naturalizados sobre “A mulher”, “O homem”, “Corpo”, “Sexo” e as dualidades sexo/gênero, masculino/feminino, ativo/passivo, homo/hetero e natureza/cultura, mostrando as contradições destes padrões socialmente reguladores. Da mesma maneira, procuram questionar os essencialismos e os próprios conceitos de sujeitos e identidades como algo fixo e interior, alheios ao próprio processo histórico e discursivo que os constitui, além de criticar as vertentes que buscam a assimilação social através de valores normativos.

É possível afirmar que o foco principal dos estudos *queer* seja desessencializar os pressupostos teóricos essencialistas, tais como muitos dos encontrados na medicina e nas ciências da psicologia, e desconstruir os discursos construcionistas, pois estes, em especial nas ciências sociais, partem de uma separação natureza/cultura, sexo/gênero, como se existisse um corpo pré-discursivo e “natural” no qual uma cultura, externa a este corpo, o moldasse conforme suas regras. Ao adotar o uso da palavra *queer* como um campo de estudos sobre o que é desmoralizado e humilhante nas relações sociais, coloca-se em xeque o próprio conceito de humanidade segundo estes padrões.

De acordo com Judith Butler (2008), a ideia de gênero é uma das ficções reguladoras mais importantes em nossa cultura, se não a mais importante. O gênero produz a materialidade, inteligibilidade e grau de importância do que entendemos como corpos,

organizando-os em sexos distintos e sexualidades próprias. Neste sentido, é a ideologia moderna de gênero que fundamenta a heterossexualidade compulsória, para que as pessoas se relacionem afetiva e sexualmente com outras do sexo “oposto” - pois isto é compreendido como natural e também a heteronormatividade, a organização da vida sexual e afetiva de acordo com os padrões binários de oposições homem/mulher, ativo/passivo, mesmo para relações entre pessoas do mesmo sexo ou gênero.

Ao pensar na experiência transexual e em outras que subvertem a ordem generificada do mundo a partir de um diálogo com as teorizações sobre gênero pode-se questionar, como Butler, se as categorias produzidas pelo gênero não fixam o pensamento na lógica binária e hierárquica que se propõem a superar, naturalizando de outra forma o corpo, o sexo, o gênero e o desejo. Essa naturalização acaba por produzir, muitas vezes, outra regulação de corpos e prazeres.

A teoria da performatividade dos gêneros proposta por Judith Butler parece potente para compreender a produção realizada pelas transexuais, por exemplo. Para a autora, todas as práticas e discursos são performáticos, ou seja, não há uma essência quando se pensa em sexo, em gênero e em desejo. Ao contrário, as *performances* de gênero possibilitam um deslize da compreensão do sexo como constructo biológico e uma compreensão performativa desse mesmo sexo, bem como do gênero. A partir disso, é possível perceber que não há sentido na consolidação de sujeitos fixos, como “mulher”, “mulheres”, “homem” ou “homens”, bem como “travesti” e/ou “transexual”. Cada subjetividade construída consiste em uma *performance* de gênero.

Segundo Butler (2003, p. 200), para o gênero tornar-se manifesto e uma experiência concreta, *a ação do gênero requer uma performance repetida*:

Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. (...) O gênero não deve ser identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente construída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito de gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero.

Nessa perspectiva, muito mais do que perceber um armário *trans* fixado pela ordem normativa e binária de gênero e sexualidade, a análise das experiências de saída desse armário pode potencializar a discussão, pois essas experiências talvez possam oferecer uma

pluralidade potente de sentidos.

Assim, nos vários estudos de Butler, o conceito de gênero não deve ser compreendido de maneira clássica, ou seja, como uma construção social puramente abstrata que organiza os modos de educar, modelar e interpretar os corpos “naturais”, os tais “sexos”. De acordo com Butler (2003, p.25):

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. (...) O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos

Assim, pode-se pensar que os conceitos e expectativas de gênero que se define inclusive o que são, ou não, corpos humanos, quais suas características e diferenças, quais e quantos são os sexos, como podem ou não ser reconhecidos e, principalmente, quais os corpos, sexos e pessoas que não se enquadram dentro das normas de gênero, tornando-se, desta forma, aberrações, anômalos, *queers*, os seres abjetos que, mesmo sendo os opostos constitutivos de certo conceito de “humano”, como a ideia de “feminino” para se constituir o “masculino”, ou “homossexual” para delimitar o “heterossexual”, não são compreendidos como possuindo o mesmo grau de humanidade.

Essa ideia de corpo abjeto, que passamos a usar por meio de Judith Butler, inicialmente se remetia a pensar sobre as pessoas à margem social, sem assistência e credibilidade civil, pessoas que de alguma forma tiveram suas vidas impossibilitadas de reconhecimento. Assim seriam produzidos os seres abjetos, invisíveis.

De acordo com a filósofa, o abjeto denominaria estas zonas inabitáveis da vida social, povoadas por identificações temidas contra as quais o terreno do sujeito circunscreveria sua pretensão à autonomia e à vida, simultaneamente constituindo, por um repúdio fundacional através da força de exclusão e abjeção, um exterior. A matriz excludente mediante a qual se formam os sujeitos requer a produção simultânea de uma esfera de sujeitos abjetos, que formam este exterior constitutivo.

É interessante perceber que esta temática não passa intacta pela abordagem de Judith Butler quando pondera que :

O abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja

materialidade é entendida como "não importante". Para dar uma ideia: a imprensa dos Estados Unidos regularmente apresenta as vidas dos não-ocidentais nesses termos. O empobrecimento é outro candidato frequente, como o é o território daqueles identificados como 'casos' psiquiátricos. [...] Assim, recebemos uma produção diferenciada, ou uma materialização diferenciada, do humano. E também recebemos, acho eu, uma *produção* do abjeto. Então, não é que o impensável, que aquilo que não pode ser vivido ou compreendido não tenha uma vida discursiva; ele certamente a tem. Mas ele vive dentro do discurso como a figura absolutamente não questionada, a figura indistinta e sem conteúdo de algo que ainda não se tornou real" (BUTLER, 2008: p.2)

Quando escreve sobre "A vida dos homens infames", garimpando fragmentos de vidas esquecidas, abandonadas, deixadas no terreno da abjeção, Foucault nos faz pensar sobre a vida das travestis e transexuais e também das pessoas que não soa reconhecidas em sua cidadania. Deste modo, Guimarães (2008,p.3) nos esclarece dizendo:

É cruel a existência destas vidas que devem lutar para se manterem vivas sem que sua condição de seres humanos seja reconhecida. Vidas com um histórico de abandono pelos poderes públicos que libertas ou encontradas em situações de extrema degradação só poderão contar futuramente com suas próprias precariedades. São pessoas, cujos nomes e histórias de vida quase nunca aparecem nos noticiários e que serão esquecidas nos registros policiais e judiciários. Vidas infames tal como àquelas retratadas por Michel Foucault em Ditos e Escritos V. Pessoas que têm suas trajetórias de vida definitivamente borradas, vidas que apresentam apenas pequenos fragmentos à opinião pública, vidas que podem morrer aos milhares sem qualquer registro, sem que ninguém seja efetivamente culpado.

Butler avança nas análises sobre os corpos abjetos propondo uma reversão analítica em que estes corpos passem a ser problematizados como agentes de resistência e de enfrentamento ao biopoder. De um corpo despotencializado e fraco, surge um corpo empoderado e forte, guerreiro e reivindicador de direitos, que passa a participar das esferas de poder e descobre nas ações do coletivo a possibilidade de ser respeitada e tratada como cidadã. Seu enfrentamento à heteronormatividade desestabiliza e coloca em questão a ordem normativa e disciplinar que é imposta pelo sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, pois questiona as normas hegemônicas de práticas sexuais, de desejos, de gênero e de sexo.

Essa reversão dos corpos abjetos direciona as travestis ao enfrentamento político sobre as desigualdades sociais e sexuais, iniquidades de gêneros, violências estruturais, transfobias (medo, nojo, aversão pelas expressões transgêneras), machismos e racismos, pois começam a se inserir nos movimentos sociais e a intensificar forças que lhes deem garantias em poder exercer o direito de "ser" e de "viver". Mas, ainda são iniciativas raras e de pouca divulgação, contando com uma ou outra travesti que se tornou consciente de seus direitos e se

envolveu de alguma forma na militância política, nos movimentos sociais ou ainda em grupos específicos de travestis.

As denúncias e relatos de discriminação e exclusão ainda são muitos, em especial no que diz respeito aos atendimentos públicos, como hospitais, delegacias por exemplo, levando muitas das vezes que travestis e transexuais mesmo em situações de dificuldades, preferiram não procurar estes atendimentos, por conta das discriminações as quais muito certamente serão impostas.

Desta maneira, percebe-se que a construção social do que pode ou não ser reconhecido como corpo, sexo ou ser humano é um jogo de relação entre poderes que se organizam, embatem e criam resistências dentro das normas de gênero. Assim, Butler, trabalhando com Foucault, mostra o quanto tal dinâmica organiza nossa percepção de mundo e, em última instância, molda políticas sobre quais corpos “importam” para nossa cultura.

Essa materialização das normas de gênero, organiza e justifica socialmente hierarquias, salários, terapias, encarceramentos, privilégios e até mesmo legislações que ditam quais vidas merecem ou não continuar a existir, seja via instituição legal da pena de morte pelo Estado, seja na concepção quase naturalizada de que determinadas pessoas, porque vistas como desviantes, “buscam” a morte com seus estilos de vida “incomuns”. Desta forma, Butler (2003, p.154) nos informa que:

Uma vez que o próprio “sexo” seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.

É esta forma de pensamento que faz com que os corpos, se em acordo com as normas de gênero, possam ser conhecidos e reconhecidos como humanos, possuindo um sexo, originalmente identificado como “macho” ou “fêmea”, e uma sexualidade próprias. Ainda de acordo com Butler, tais corpos somente serão compreendidos se estiverem em consonância com pressupostos de gêneros inteligíveis, que são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Um exemplo desta não inteligibilidade de vivências que fogem a esta coerência heteronormativa pode ser a pessoa que, ao comentar sobre uma mulher transexual lésbica, afirma não entender

porque “uma pessoa que é homem, faz uma cirurgia para se tornar mulher, se deseja se relacionar sexualmente com outras mulheres!”

Neste caminho, os “gêneros inteligíveis” que funcionam predominantemente ainda hoje - ou seja, aqueles que se organizam segundo a lógica do “existe pênis, logo é homem, masculino e deve sentir atração afetivo – sexual por mulheres (é heterossexual)” e “possui vagina, logo é mulher, feminina e deve sentir atração afetivo-sexual por homens” - não são uma construção recente. Ao contrário, pode-se afirmar que esta também era a coerência de gênero que organizava, conforme visto, o saber científico antigo, dentro do modelo de gêneros hierárquicos que regia a visão de corpo como possuindo um sexo apenas.

Ao colocar em dúvida a própria ideia de gênero “original” ou “verdadeiro”, como faz Butler, também a noção de “cópia” perde seu sentido. Desta forma, todas as versões e variações da feminilidade ou masculinidade são válidas, pois todas são performatividades, necessitando para sua legitimidade o reconhecimento e aceitação social. Mas um dos pontos fundamentais nos quais reside esta dificuldade de reconhecimento está no fato de as performatividades que não seguem o modelo *de gênero inteligível*, conforme os termos de Butler, não serem compreendidas como expressões “autênticas” de humanidade.

Assim, percebe-se que as normas de gênero são organizadoras também de nossos conceitos de “humano”. Os parâmetros que nos permitem ser reconhecidos como humanos são articulados socialmente e uma de suas bases mais estabelecidas são as normas de gênero.

Em seu livro sobre pessoas transexuais e transexualidades, Bento (2008, p. 167) afirma que:

Se não existe nenhuma essência interna aos gêneros e ser de um gênero é, antes de tudo, “fazer” gênero, no sentido de ações continuadas, reiteradas, a estética então assume um papel importante para ajudar a compreensão dos mecanismos de produção dos conflitos e de entrada no gênero identificado na experiência transexual.

Dentro do processo histórico de criação da categoria “travesti” como um sujeito sexual específico, a questão estética teve um peso intenso, talvez mesmo, predominante. Pessoas classificadas como travestis, tiveram como foco a questão do uso de roupas e adereços pertencentes, a princípio, ao “sexo oposto”. Mas isto só faz sentido, inclusive para patologizar tais expressões, se considerarmos que existem roupas “unicamente” masculinas e femininas, com diferenças entre si tão explícitas quanto as que supostamente distinguiriam homens e

mulheres.

Percebe-se então o quanto as normas de gênero são desestabilizadas por travestis e transexuais, pois estas pessoas, independente de suas orientações e vivências afetivas e sexuais, possuem uma estética de gênero associada ao sexo “oposto”, sendo, a partir deste referente sobre a “aparência” e seus supostos “enganos”, que violências contra elas são cometidas em grande parte das situações públicas.

Travestis e transexuais, por provocarem uma ideia de transição entre os gêneros, não apenas questionam normas de gênero estabelecidas, mas ajudam a criar novos padrões de gênero que podem ser repetidos, pois é no interior das performatividades que as fissuras de gênero se revelam e moldam caminhos para novas vivências.

3.2 - A Biopolítica e a governabilidade de corpos travestis e transexuais.

O questionamento da transexualidade antes do século XX parece não fazer sentido, uma vez que até esse momento, transexuais não existiam como sujeitos. Os transexuais consistem em um objeto inventado, como uma “espécie”, com diagnóstico e tratamento específicos, em meio a disputas de poder. Assim, Santos (2010, p. 81): afirma que:

É importante ressaltar que antes de 1950 não existiam definições ou caracterizações específicas para transexuais, isto é, não havia diferenciação entre transexuais, travestis e homossexuais

Thomas Laqueur demonstrou que os anatomistas, até o século XVIII, trabalhavam com a ideia de que existia apenas um corpo e pelo menos dois gêneros. De acordo com o autor (2001, p. 130), “toda uma tradição clínica incluía as partes verificáveis de um modelo de uma só carne”.

Mesmo não havendo sentido falar em diferença sexual neste contexto, os conhecimentos que produziam uma diferenciação entre os corpos já haviam sido mobilizados, isto é, as representações anatômicas dos corpos partiam do pressuposto de que o homem seria o modelo. Esse modelo do sexo único se orientava em direção a uma maior ou menor perfeição, sendo que o corpo masculino estaria mais próximo desse conceito, ao passo que a mulher era definida como um homem imperfeito.

Mediante este contexto histórico, as possibilidades de variações entre as mulheres –

das agressivas às delicadas – e homens – dos bravos aos efeminados – criavam um campo amplo e múltiplo de alternativas para se colocar no mundo e um papel social reconhecível, tanto de mulher como de homem. Laqueur afirma que aquilo que estaria em jogo seria o gênero e não o sexo. Segundo esse autor (ibidem, p. 19): “Em outras palavras, o sexo antes do século XVIII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica”.

Laqueur oferece uma compreensão social do gênero na medida em que o sexo único poderia representar um dos dois papéis sociais delimitados, o masculino ou o feminino, com algumas possibilidades de transgressão. Nessa lógica social, a mulher foi fixada em uma posição inferior. Para Laqueur (ibidem p. 170-171), “o sexo não era problema. As criaturas com pênis externo eram consideradas meninos e tinham todos os privilégios e obrigações dessa condição, e as que tinham pênis interno eram relegadas à categoria inferior de meninas”. Assim, a posição do pênis, interna ou externa, constituía-se em um sinal distintivo, dentre outros atributos sociais do nascimento.

Desta forma, o que estava em jogo no isomorfismo sexual, portanto, era evitar que uma mulher assumisse o lugar de um homem e, com isso, alcançasse os privilégios que essa posição social possibilitava. As transgressões representavam uma ameaça e eram punidas. Nesse contexto ainda não se cogita a respeito do sexo como sinônimo de verdade sobre o corpo e o sujeito, o que só aconteceria no século XIV.

As preocupações em relação às práticas sexuais foram se intensificando a partir do século XVIII. De acordo com Foucault o século XVIII trouxe mudanças significativas tanto na ordem social, política, econômica, como no campo epistemológico e no funcionamento do poder.

As formas de definição do corpo antes centradas no gênero social, no século XVIII, se deslocaram voltando-se para um corpo que seria o resultado de uma natureza. Importa pensar, entretanto, que esse deslocamento, ou seja, a passagem do isomorfismo ao dimorfismo sexual ocorreu em meio a uma rede de disputas de poder no campo político. Assim, Para Laqueur (2001, p. 192):

Dois sexos incomensuráveis eram e são, tanto os produtos da cultura como era e é o modelo de sexo único. [...] o sexo único, repito não morreu. mas, encontrou uma poderosa alternativa: uma biologia da incomensurabilidade na qual a relação entre o homem e a mulher não era inerentemente uma relação de igualdade ou desigualdade mas de diferença, que exigia interpretação. O sexo, em outras palavras, substituiu o que nós poderíamos chamar de gênero como uma categoria basicamente fundamental. Na verdade, uma estrutura onde o natural e o social podiam ser claramente distinguidos entrou em ação.

Essa junção de saberes produziu a diferença sexual do modo o qual somos classificadas. O entendimento de que as categorias de feminino e masculino foram inventadas em posições opostas sob condições específicas é fundamental para se pensar como as redes de poder-saber produziram a construção da experiência transexual.

A invenção das categorias “feminino” e “masculino” nos discursos e nas práticas sociais construiu os indivíduos sexuados e suas posições na sociedade. É somente a partir da invenção dos sexos, como descrita por Thomas Laqueur, que se torna possível a produção de novos indivíduos pelo discurso médico-psicológico, dentre os quais, o transexual. Assim, compreendemos que o dimorfismo sexual funciona como um mecanismo que enreda a todas e todos nós nas redes de poder-saber sobre o corpo, o sexo, o gênero e a sexualidade.

Para Foucault o jogo que articula a verdade sobre o sexo e o prazer mobiliza a produção de saberes e prazeres que, distantes de consolidar um sexo reprimido ou oculto, evidenciam um sexo produtivo, implicado na construção das subjetividades modernas.

Na modernidade, o saber sobre o sexo e seus prazeres passa a ocupar um lugar central nas indagações médico-científicas. Os jogos de saber-prazer circulam na sociedade moderna, em um movimento duplo, importando saber como está o nosso sexo, ao mesmo tempo em que o sexo “é suspeito de saber a quantas andamos nós” (Foucault, 1988, p. 88). Assim, Foucault reescreve uma importante história dos corpos, dos sexos e dos prazeres, analisados pelos discursos e pelas práticas institucionais que os sustentam, ou seja, pelo dispositivo da sexualidade. Segundo Foucault, foi por meio de um dispositivo de controle de corpos articulado por diversas estratégias que surgiu uma sexualidade. Essa sexualidade serviu de fundamento para discursos e práticas regulatórias que produziram os próprios sujeitos e uma hierarquização entre eles. Esta hierarquização estruturou-se por meio da patologização das condutas.

A concepção do sujeito homossexual torna-se fundamental também para se pensar sobre os processos de medicalização dos corpos e das práticas sexuais. É somente a partir da invenção dessa personagem que a pergunta sobre a normalidade adquire algum sentido. De acordo com Foucault (1988, p. 129): “A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX”. Os homossexuais passam a ser definidos a partir de uma ideia de sexualidade desviante. Essa invenção do homossexual como o perverso sexual encontra-se implicada na construção do

sujeito transexual como alguém portador de uma patologia.

Com a invenção do dispositivo da sexualidade, o funcionamento do poder se altera e emerge, assim, um poder normalizador. Esse tipo de poder tem no exame seu instrumento mais eficiente e produz o “anormal” como um problema teórico e político relevante. Assim, pode-se pensar que a partir do momento em que foi possível perguntar pela normalidade, foram produzidos vários sujeitos “anormais”, o que fortaleceu o discurso médico-psicológico e seus efeitos de patologização sobre as experiências.

A possibilidade de se perguntar pela normalidade constituiu-se na condição de possibilidade histórica também para a invenção da transexualidade. Como um dos desdobramentos do dispositivo da sexualidade, o dispositivo da transexualidade organiza os saberes, as práticas e os discursos que as sustentam produzindo a patologização da experiência transexual e uma personagem: a/o verdadeira/o transexual. Berenice Bento (2006, p. 136), ao analisar essa experiência, explicita que o dispositivo da transexualidade “não é algo homogêneo; seus saberes internos formam um conjunto heterogêneo, que busca sua eficácia por vários caminhos”.

A invenção do dispositivo da transexualidade se deu por meio da proliferação de publicações médicas sobre o tema. Os saberes produzidos pela psicologia e biologia sobre a experiência transexual funcionaram conjuntamente, produzindo poder e controle, na criação do diagnóstico sobre transexual verdadeiro. O sujeito transexual surge na história como um “doente mental”. Segundo Bento (2008, p. 77), “Sua inclusão no Código Internacional de Doenças, em 1980, foi um marco no processo de definição da transexualidade como uma doença”.

A análise da instalação de um regime de heterossexualidade, construída como a norma social ideal em termos de sexo, gênero e desejo, assim como analisada por Judith Butler em suas teorizações, também é importante nessa trajetória. Assim, é possível gerar a compreensão de que somos todas e todos alvos de investimento desses mecanismos de poder que visam à produção da heterossexualidade hegemônica como única possibilidade viável e inteligível. Judith Butler diz que a heterossexualidade como matriz de significação de corpos, gêneros e desejos realiza um movimento duplo, em que produz os corpos que podem ser considerados sujeitos, como também os que não o são. Esses processos de produção encontram-se articulados, isto é, na produção do corpo-gênero-desejo inteligível, são

produzidos também os corpos externos ao ideal regulatório. Assim, não heterossexuais são fundamentais. De acordo com Butler (2000, p. 155):

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são *sujeitos*, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. o abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas *inóspitas* e *inabitáveis* da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do *inabitável* é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito.

Deste modo, por meio da reiteração da heterossexualidade, é produzida uma territorialização em que corpos normatizados ocupam o centro e os demais, outros espaços. Assim, podemos pensar que se materializam os transexuais, isto é, corpos e gêneros que questionam os padrões heteronormativos.

O pensamento do “heteroterrorismo”, como denominado por Berenice Bento propiciou, juntamente com a patologização da transexualidade, um entendimento de que transexuais precisam das cirurgias de transgenitalização para exercer a sexualidade “correta”, ou seja, a heterossexual.

Travestis e transexuais, embora atendam a parte das demandas desse imperativo, quebram regras com seus corpos, isto é, as normas binárias do gênero, e essa quebra pode ser percebida por meio da transformação de seus corpos. Para esses sujeitos a possibilidade de resistência em relação à visibilidade torna-se complexa ao refletir sobre a sociedade de controle, seus corpos são de cristal, isto é, produzem uma visibilidade absoluta, sendo que a sua não correspondência entre corpo e gênero encontra-se corporificada.

Foucault, em “História da Sexualidade I: a vontade de saber”, demonstrou como as relações de poder tramadas entre as distintas discursividades sobre o sexo produziram os saberes, instituídos como verdades, e as subjetividades ao longo da história das sociedades ocidentais. É a partir dessas teorizações que tomo a relação entre visibilidade e saber como uma ferramenta teórica interessante para pensar sobre as experiências da travestilidade e da transexualidade em relação à possibilidade de um “armário trans”. Para as análises propostas nesta reflexão, esse possível “armário trans” adquire sentido como um dispositivo de controle e regulação dos corpos e subjetividades travestis e transexuais – uma estratégia biopolítica, de acordo com Foucault. O conceito de sexo também ocupa lugar central nessa trama de saber-poder-controle. Nessa perspectiva, sexo é entendido como parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa.

Desta forma, o que se coloca em questão é a viabilidade dos corpos na cultura. A instalação de um regime de heterossexualidade, construída como a norma social ideal em termos de sexo, gênero e desejo, também compõe essa trajetória analítica sendo analisada por Judith Butler em suas teorizações. Para a autora, (2008, p. 215 e 216) o processo de construção da heterossexualidade produziu uma matriz de inteligibilidade cultural:

A matriz heterossexual consiste na grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados. [...] [essa matriz é caracterizada por um] modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade.

Essa matriz heterossexual investe, por meio de redes de saber-poder-controle, tanto sobre os corpos construídos no interior da norma que, com isso, adquirem algum sentido, quanto naqueles fabricados em seu exterior.

A matriz de inteligibilidade cultural que constrói corpos, sexos, gêneros e desejos por meio da heterossexualidade concede caráter de viabilidade aos constructos produzidos no interior da norma. Isso se dá antes mesmo desses corpos serem designados como humanos. De acordo com Butler (2000, p. 160-161):

A atividade dessa generificação não pode, estritamente falando, ser um ato ou uma expressão humana, uma apropriação intencional, e não é, certamente, uma questão de se vestir uma máscara; trata-se da matriz através da qual toda intenção torna-se inicialmente possível, sua condição cultural possibilitadora. nesse sentido, a matriz das relações de gênero é anterior à emergência do humano.

Assim, é possível compreender que antes mesmo de serem considerados como “humanos”, os sujeitos são sexuados e generificados. Entretanto, é na demarcação da própria norma regulatória que surgem possibilidades de escape e de rematerialização dos corpos, sexos, gêneros e desejos. Nesse sentido, para Butler (ibidem, p. 163-164):

[...] o sexo é produzido e, ao mesmo tempo, desestabilizado no curso dessa reiteração. como um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado e [sic] contido, é também, em virtude dessa reiteração, que fossos e fissuras são abertos, fossos e fissuras que podem ser vistos como as instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma. Esta instabilidade é a possibilidade *des*constitutiva no próprio processo de repetição, o poder que desfaz os próprios efeitos pelos quais o *sexo* é estabilizado, a possibilidade de colocar a consolidação das normas do *sexo* em uma crise potencialmente produtiva.

Essa crise produtiva da norma regulatória produz meios para que performances subversivas de gênero aconteçam. A transexualidade e a travestilidade, por se constituírem como experiências que se materializam pela ambiguidade, acabam por confundir as fronteiras do que se entende por feminino e masculino, produzindo feminilidades em corpos masculinos. Pensar em corpos construídos como femininos, com pênis e que se colocam no mundo de forma feminina, desestabiliza algumas das certezas produzidas pelas redes de poder e controle, em especial, naquilo que se refere à diferença sexual e à prática heterossexual naturalizada. Se for somente a partir da diferença sexual que o feminino e o masculino tornam-se inteligíveis, a experiência transexual, por exemplo, quando analisada por esse prisma, torna-se inviável e subversiva. Para Bento (2008, p. 18):

Diante da experiência transexual, o observador põe em ação os valores que estruturam os gêneros na sociedade. um homem de batom e silicone? uma mulher que solicita uma cirurgia para tirar os seios e o útero? mulheres biológicas que tomam hormônios para fazer a barba crescer e engrossar a voz? ela é ele? ele é ela?

A partir deste ponto de vista, essa experiência parece adquirir sentido apenas quando pensada para fora dos padrões binários, pois protagoniza o impensável em termos de sexo e de gênero feminino e masculino. O que está em jogo na experiência transexual é a própria humanidade, uma vez que os processos de construção dos corpos, gêneros e desejos de transexuais propõem uma desordenação do mundo generificado, ao se constituírem como corpos abjetos. De acordo com Butler (2000, p. 161):

Nós vemos isto mais claramente nos exemplos daqueles seres abjetos que não parecem apropriadamente generificados; é a sua própria humanidade que se torna questionada. Na verdade, a construção do gênero atua através de meios *excludentes*, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural. portanto, não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos *humano*, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm a limitar o *humano* com seu exterior constitutivo, e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação.

As experiências transexuais, por localizarem-se na fronteira, no ambíguo e “entre” os gêneros e os corpos possíveis e viáveis, são ininteligíveis, isto é, impensáveis. Ainda que as teorizações sobre a categoria analítica do gênero sejam indispensáveis para a discussão sobre as constituições dos padrões de feminino e masculino que inventaram o modelo de sociedade no qual estamos todas e todos inseridos, talvez seja importante pensar além. Isto é, tanto a

cuidadosa fabricação de identidades femininas em corpos compulsoriamente identificados como masculinos quanto a construção de identidades normativas, na qual se pressupõe uma relação causal entre corpo, sexo, gênero e desejo, produzem uma cópia da cópia.

As análises de Judith Butler a respeito da experiência das drags enfatizam a performance. O conceito de performance utilizado nesta reflexão se distancia daquele elaborado no campo da dramaturgia ou do teatro. Transexuais, mulheres e homens, hetero, homo e bissexuais, conforme se descrevem, sempre realizarão performances de gênero e da identidade desejada e/ou construída nos processos de transformação. Esse conceito adquire importância para a discussão proposta neste texto a partir das teorizações de Judith Butler, as quais possibilitam compreender que as identidades de gênero e sexuais serão sempre performativas (2000). Para Butler (2008, p. 196-197):

No lugar da lei da coerência heterossexual, vemos o sexo e o gênero desnaturalizados por meio de uma performance que confessa sua distinção e dramatiza o mecanismo cultural da sua unidade fabricada. [...] trata-se de uma produção que, com efeito – isto é, em seu efeito –, coloca-se como imitação. [...] No lugar de uma identificação original a servir como causa determinante, a identidade de gênero pode ser reconcebida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção.

Embora sejam múltiplas e apresentem várias nuances, as experiências travestis e transexuais são engendradas para fora dos limites do armário, porque travestis e transexuais fabricam seus corpos e identidades fora do armário, isto é, muitas vezes, nas ruas, nas pistas, nas calçadas, nas casas de cafetinagem e prostituição. O olhar inquisidor e escrutinador sobre os corpos e identidades travestis e transexual constrói um aparato acusatório para essas personagens.

O olhar lançado a esses indivíduos é um olhar genitalizado que irá indagar sobre a desconformidade entre corpo e genitália. Aquilo que se constrói no entorno dos corpos e identidades transgêneras parece se assemelhar a uma gigantesca lupa, ou uma espécie de lente de aumento que procura ver os órgãos e as práticas sexuais, centrando-se na suspeita de uma genitália diferente da esperada. Procura-se enxergar a genitália em desarmonia com a fabricação do gênero empreendida. A cirurgia de transgenitalização e a alteração do nome nos documentos, importantes para os sujeitos, não parecem importar nesse contexto do olhar,

considerando que as transexuais cirurgiadas e que possuem documentos alterados também são alvo de análise e investigação.

3.3 – Empregabilidade para travestis e transexuais.

Os últimos tempos tem sido marcados por uma abrangente crise econômica que é tida por grande parte dos economistas como uma das de maior impacto na população mundial. No continente europeu, direitos trabalhistas conquistados ao longo de décadas, vêm sendo atacados dia a dia. Grécia, Portugal e Espanha, citando os exemplos mais conhecidos, possuem taxas de desemprego superiores a 25% da população.

A América Latina, bem como outros polos importantes da economia capitalista, como Estados Unidos e Japão, vêm amargando problemas financeiros que também se refletem nas dificuldades encontradas pelos trabalhadores em conquistar direitos ou mais dificilmente manter aqueles já conquistados. Embora haja países em situações menos problemáticas do que outros, é inegável que em escala global a situação é bastante preocupante.

Os trabalhadores são chamados a pagar pela crise dos grandes capitalistas, após milhares de dólares dos contribuintes de diversos países terem sido despejados pelos governos para salvar bancos e grandes empresas. Desta forma temos visto de uma maneira geral e de forma ainda mais específica em nosso país, grandes quantias de dinheiro empregadas em campanhas eleitorais, visando garantir interesses políticos e econômicos de determinados grupos de classe.

No final das contas, sabemos que a conta é paga pelos trabalhadores e pelos setores oprimidos em geral da população, seja através da redução de direitos conquistados, ou mesmo até por meio de demissões, visando-se garantir a estabilidade da economia, que pode ser entendida como a taxa de lucro dos grandes capitalistas.

É impossível não pensarmos que esta crise econômica atinge a todas as pessoas da mesma maneira. Diversas pesquisas demonstram que negros ganham menos do que brancos e mulheres ganham menos do que homens quando realizam o mesmo tipo de trabalho. Não há, no entanto, pesquisas no Brasil que apontem para uma desigualdade salarial entre heterossexuais e não-heterossexuais.

Gays, lésbicas e bissexuais podem ter a possibilidade de resguardarem sua

sexualidade, fazendo com que haja uma menor disparidade salarial entre os mesmos e as pessoas que se denominam heterossexuais, apesar de toda a questão da homofobia existente. Podemos pensar que gays, lésbicas e bissexuais que “se passam” por heterossexuais muitas vezes acabam sendo tratados como tais, inclusive do ponto de vista econômico. A questão se diferencia quando passamos a tratar do público de travestis e transexuais, pois não há uma possibilidade de camuflagem para estas pessoas

De forma muito direta, o processo de questionamento do binarismo de gênero acaba tendo bem mais visibilidade, de igual maneira em que podem ocorrer com os gays tidos como afeminados ou as lésbicas masculinizadas.

Em um cenário de grave crise econômica, como a que ocorre atualmente, todos os trabalhadores tendem a ser afetados, mas alguns setores acabam sendo bem mais do que outros. Por exemplo, em praticamente todos os países do mundo, incluindo o Brasil, o desemprego entre pessoas jovens possui índices muito bem mais superiores do que a taxa de desemprego médio da população.

Desta forma, não fica difícil imaginar o quanto travestis e transexuais, juntamente com os setores oprimidos aqui mencionados, acabam sendo afetadas de maneira mais incisiva pela crise econômica mundial, mesmo não havendo dados concretos que comprovem esta afirmação.

De forma quase rara, muitas travestis e transexuais alcançam uma ascensão social compatível com aquela possível aos setores menos oprimidos dentro da própria classe trabalhadora, se tornando quase que exceções dentro de seu universo. Geralmente, os empregos disponíveis a estas pessoas são justamente aqueles com maior desvalorização social, refletindo geralmente em baixos salários. Há também os casos de empregos que não exigem um contato direto e pessoalmente com o público, como por exemplo o caso dos atendente de telemarketing.

No entanto, de acordo com as entrevistas realizadas e com informações obtidas em diversas pesquisas sobre a população transgênera, o índice de desemprego, subemprego, bem como a prostituição, atingem uma parcela enorme de travestis e transexuais.

Neste cenário, as empresas privadas, onde normalmente as relações de poder e subordinação costumam ser ainda mais cruéis, a não-adequação das travestis e transexuais às

normas de binarismo de gênero vigentes podem levar a demissões, ainda mais em contextos de crise e desemprego, como relatado anteriormente.

Além da transexualização em si ser vista muitas vezes como barreira para a inserção no mercado de trabalho, a falta de continuidade dos estudos já coloca estas pessoas em situação de maior dificuldade, em uma realidade que exige cada vez mais qualificação das pessoas de uma forma geral.

Desta forma, podemos analisar algumas possibilidades que acabam sendo mais comuns para que travestis e transexuais possam buscar uma colocação no mercado de trabalho, promovendo assim, uma geração de renda.

O trabalho voltado para atividades do setor de beleza e estética normalmente se coloca como uma primeira possibilidade para este público. Assim travestis e transexuais acabam por trabalhar como cabeleireiras, maquiadoras, esteticistas, manicures, depiladoras. Podemos pensar que estas profissões acabam sendo as mais corriqueiras, tendo em vista que este público normalmente desde muito cedo, vivenciando seus processos de transição, acaba tendo contato com ferramentas que promovem mudanças em sua imagem. Recursos como a utilização de maquiagem, realização de escovas progressivas, serviços de manicure acabam sendo muito comuns para a composição do processo de feminilização de seus corpos.

O campo do empreendedorismo, palavra muito em voga atualmente surge como outra forma possível de empregabilidade. Atividades como a de confeitarias (realizando a feitura de doces, bolos e salgados) como também confecção e venda de artesanato se tornam atraentes, sobretudo pela questão de poderem trabalhar em casa e disponibilizarem seus produtos tanto em casa, como em pontos de vendas diversos e segmentados (feiras, e comércios específicos do ramo). No Brasil, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, uma filial da ONG inglesa *Micro Rainbow International*²⁰ promove um curso de empreendedorismo voltado para o setor LGBTQ+ da sociedade.

²⁰ Mais informações em <https://www.micro-rainbow.org/pt-pt/>

O serviço de telemarketing, por não promover um contato visual direto entre as pessoas que estão trabalhando e o público final, acaba sendo uma oportunidade para empregabilidades de diversos perfis de pessoas que sofrem algum tipo de exclusão na sociedade. Não se sabe, quando alguém liga para um número de telefone para solicitar um produto ou realizar uma reclamação, quem é a pessoa que está do outro lado da linha. O contato é apenas auditivo. Deste modo, travestis e transexuais, mas também gays afeminados, lésbicas masculinizadas, pessoas com grande número de tatuagens, piercings, alargadores de orelha, acabam encontrando nesta área de atuação uma colocação profissional. Embora o trabalho seja formal, os salários são geralmente baixos e o grau de pressão por resultados é bastante grande.

A atuação no serviço público apresenta uma impessoalidade na escolha dos candidatos, que ocorre via prestação de um concurso público. Normalmente não se leva em conta sua aparência física, a não ser que a mesma esteja diretamente ligada à competências específicas para o exercício do cargo.

Assim, uma travesti ou transexual pode tentar esta via para se inserir no mercado de trabalho. No entanto, uma série de dificuldades se apresentam, como por exemplo a falta de qualificação via escolarização. A possibilidade de assumir um cargo público está quase sempre associada à obtenção de um determinado grau de instrução, o que nem sempre corresponde à realidade de grande parcela deste público.

Os trabalhos na iniciativa privada apresentam uma maior dificuldade de inserção de travestis e transexuais em relação àqueles da atuação pública. Estas dificuldades ocorrem desde o processo de seleção, passando pela própria manutenção destas pessoas dentro das empresas. Pois não basta apenas inserir este público dentro das corporações. É necessário ir além, garantindo que estas pessoas permaneçam nos empregos, tendo respeitados o uso de seu nome social, bem como a utilização de banheiros femininos, por exemplo.

Quando uma travesti ou transexual adentra o espaço corporativo, é necessário que este local esteja preparado para lidar com as diferenças, fazendo com que os funcionários lá existentes, estejam preparados para lidar com a diversidade, propiciando um ambiente acolhedor, livre de estigmas, piadas de mau gosto e comentários preconceituosos.

Embora não seja uma forma de empregabilidade “formalizada”, a prostituição é fonte de renda para grande parte de travestis e transexuais. De tão informal e comum que é para a

grande maioria dessas pessoas, este tipo de empregabilidade muitas das vezes é a única forma de garantia de seu sustento. Que a prostituição seja uma opção para aquelas que desejarem e não a única forma de trabalho, em um meio tão cheio de riscos e violências de todo o tipo.

Vale citar aqui novas ferramentas de inclusão no mercado formal de trabalho, possibilitadas através de plataformas como os sites Transempregos²¹ e Transserviços²², que contam com a boa vontade de pessoas dispostas a terem em seu quadro de funcionários pessoas travestis e transexuais, bem como oferta de serviços específicos para este público. No entanto, vale lembrar que a falta de políticas públicas específicas para este público faz com que grande parte da população transgênera ainda tenha dificuldades para concluir seus estudos, dificultando assim sua inserção no mercado formal de trabalho.

²¹e ²² Para mais informações: <http://transemprego.com.br/> e <http://www.transservicos.com.br/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho muitas questões ainda soam recorrentes, fazendo com que possamos perceber o quanto somos atravessados e sujeitados aos discursos que constituem a produção de corpos e dos comportamentos heteronormativos que classificamos como “normais”.

Se de início poderíamos pensar na ideia de que travestis e transexuais eram identificações que possuíam, cada uma, suas respectivas características, ao longo da pesquisa compreendemos que tais categorias não deveriam ser pensadas com tanta rigidez, pois a noção de identidade não se fecha em um conceito fixo e invariável. Dessa forma, passamos a absorver concepções de gênero; e seus atravessamentos com outras categorias; cada vez mais fluidas e mutáveis.

O cruzamento entre eixos temáticos se tornou visível e indispensável. Pode-se dizer que não é possível falar de identidade e gênero sem passar pela ideia de corpo e sem falar das experiências subjetivas de composição da individualidade.

Todas as hipóteses biologizantes sobre a conduta transgressiva das pessoas transgêneras partem do pressuposto de que gênero é “universal”, natural e imutável, quando já constatamos que gênero é uma produção local, histórica, e dinâmica.

A transgeneridade só existe porque a sociedade criou e determinou padrões de comportamento a partir do dispositivo binário de gênero. Se modificarmos ou eliminarmos tais padrões, a transgeneridade não mais existirá, tornando-se perfeitamente sintonizada numa paisagem social livre da ditadura do gênero.

É sobre o dispositivo de gênero que se erguem as instituições que regem a vida em sociedade. Assim, transgredir o gênero é o mesmo que subverter e colocar em risco a ordem sociopolítica, cultural e econômica da sociedade.

A questão é que somente os corpos cisgêneros são considerados sujeitos qualificados porque são construídos como naturais e inteligíveis dentro de uma ordem cis-normativa. Ao contrário, corpos transgêneros não o são, sendo tidos como corpos não inteligíveis e não-naturais.

É evidente que não há nada de natural num processo que, para ser mantido e reproduzido, requer um esforço imenso de convencimento e controle, que é permanentemente exercido por instituições sociais como a família, a escola e o trabalho. É através de uma onipresente vigilância de gênero, muitas vezes exercidas de forma violenta, que as pessoas são mantidas confinadas dentro do dispositivo binário de gênero. A penetração das formas de poder e maneiras de produzir corpos dóceis, assinala em nossas mentes um modelo de comportamento que buscamos a fim de entrarmos na normatividade e, por este motivo, nos autoriza a sermos cidadãos de direito e termos nossa cidadania respeitada. Qualquer identidade de gênero - até mesmo as categorias oficiais homem e mulher - que apresentar algum tipo de transgressão em relação às normas de conduta do dispositivo binário de gênero - está numa condição de “trans”-gênero.

Qualquer transgressão das normas de conduta de gênero impõe à pessoa transgressora sanções que variam de simples violências simbólicas (como desqualificação e deboche) até agressões corporais, que podem provocar a sua própria morte. A violência simbólica é muito sutil, não deixa marcas aparentes como a violência real, mas costuma ferir com intensidade semelhante ou até maior do que a agressão física. As marcas da violência simbólica se instalam na alma e funcionam como terroristas residentes, que atemorizam a vida das pessoas desviantes a partir de dentro delas mesmas. São diversos os casos de violência psicológica e física relatados pelas entrevistadas, sendo estes recorrentes em todo o tipo de ambiente (familiar, escolar e de trabalho).

Assim, as pessoas travestis e transexuais, com suas múltiplas maneiras de vivenciar a travestilidade e a transexualidade, ajudam a questionar, mesmo que sem intenção, as normas de gênero que regem nossos conceitos de sexo, gênero e, no limite, de humano, explicitando que estas normas também são fluidas e transitórias.

O modelo de corpo buscado pelas travestis e transexuais será o projeto de mulher mais idealizado possível dentro dos estereótipos fornecidos pela matriz cultural. Não se busca um corpo qualquer, mas um corpo estritamente definido e delimitado pelos mais agudos estereótipos de gênero de determinada sociedade e época. Isto não significa, contudo, que todas as pessoas transgêneras tenham interesse ou recursos necessários para reconstruir os seus corpos.

Ao longo da pesquisa vimos como a passabilidade, conceito relacionado à aceitação

da identidade de gênero com a qual a pessoa se identifica, aparece como um dispositivo facilitador de uma pseudo e irreal inclusão social. A sensação de não “passar” traz consigo desde incômodo até medo de violências maiores, caso elas não aconteçam. E é sempre o discurso padrão que vai normatizar o que é e o que não é aceito como um corpo que representa cada gênero. No próprio perfil das entrevistadas, onde uma é considerada “passável” e outra não, percebemos claramente que aquela que possui passibilidade, a Laura, obteve bem mais chances de colocação profissional, seja por vias formais de contratação ou não. Enquanto que para Fernanda, o caminho da prostituição foi uma escolha como meio de sua inserção em uma vida de trabalho.

Percebemos também o quanto as trajetórias de vidas são impactadas por diversas experiências vividas cotidianamente e como estas se entrecruzam fazendo total ressonância e conexão para a construção e afirmação de suas identidades e experiências de vida. É visível na história da Fernanda o quanto que os efeitos da objetificação e fetichização da mulher trans impacta sua vida. Se por um lado este fetiche e ideal de corpo desejado desperta nos homens interesse por sua figura, por outro lado percebemos o quanto a sua estima e moral são abalados por este fato. É uma via de mão dupla. O corpo que de certa forma, a insere em um mercado de trabalho, é o mesmo que a condena, como em suas próprias palavras, *à uma solidão de ser uma mulher trans*. Os efeitos psicológicos são extremamente danosos, influenciando fortemente suas relações com as pessoas, o próprio entendimento de si e o ambiente a qual está inserida. Nas histórias relatadas pela entrevistada Laura, notamos como que o fato dela ser “passável” muitas das vezes lhe proporcionou acesso a algumas oportunidades, como o emprego na loja de brinquedos. É nítido que ela só foi contratada por ser considerada uma mulher transexual passável, do contrário, certamente sua empregadora poderia tê-la dispensado pelo fato de sua figura poder causar algum tipo de “estranheza” e “desconforto” para alguns clientes.

Já com relação à análise sobre as dificuldades encontradas pelas travestis no acesso ao mercado de trabalho, verificou-se que são raras as travestis inseridas no mercado formal, e que vários são os fatores que contribuem para esse distanciamento: A transfobia, que projeta essas pessoas para um lugar longe de qualquer possibilidade digna de participação social, a questão da passibilidade que faz com que travestis e transexuais que estejam fora de um “padrão de feminilidade” possam estar ainda mais longe de uma possibilidade de inserção social, bem como a falta de leis de âmbito nacional que garantam a utilização do nome social, contribuindo assim para que o exercício da cidadania possa ser cumprido de forma digna.

Como visto, tudo isso é resultado do preconceito enraizado no seio da sociedade e da violência silenciosa praticada contra esse público, pelo que, de forma geral, se sabe que existe uma forte correlação na discriminação de gênero sofrida por essas pessoas e sua baixa escolaridade e consequente dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho.

É necessário pensar, no âmbito estatal, em políticas sociais compensatórias, como cotas, por exemplo, que garantam a inserção destas pessoas nas universidades e locais de trabalho. Somente através deste tipo de salto na inserção social é que poderá haver uma mudança na percepção do que é ser travesti ou transexual atualmente, enxergando-se tais pessoas como alguém digno de ser visto como ser não abjeto.

A situação de travestis e transexuais nas últimas décadas avançou de maneira absurdamente mais lenta do que a situação de gays, lésbicas e bissexuais. Por isso é importante olhar com mais cuidado para esta parcela da população que vêm sendo destruída física e moralmente ao longo das décadas. E que continuemos lutando para que as dificuldades encontradas por este grupo não sejam tão intransponíveis ao ponto de precisarem deixar de ser quem são, negando sua essência.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

BENEDETTI, Marcos. *A batalha e o corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição*, 2013. Disponível em: http://www.ciudadaniasesexual.org/boletin/b11/breves_reflexoes_sobre_travestis_e_prostituicao.pdf. Acesso em: 27jun.2017.

_____. *(Trans)formação do corpo e feitura do gênero entre travestis de Porto Alegre*, Brasil. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/122336082/Artigo-Trans-formacao-do-corpo-e-feitura-do-genero-Marcos-Benedetti>. Acesso em: 3 jul. 2017.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.2, p. 256, maio-agosto, 2012.

BRASIL. Profissionais do sexo: Documento referencial para ações de prevenção das DST e da aids. Brasília: Ministério da saúde, 2002.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.

_____. *Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler*. In *Revista de Estudos Feministas*. Estud. Fem. vol.10 no.1 Florianópolis Jan. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Desdiagnosticando o gênero*. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.

19, n. 1, p. 95-126, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a06.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

CARRANO, Paulo C. R. *Juventudes: as identidades são múltiplas*. **Movimento**: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.

CARRANO, Paulo C. R.; Fávero, Osmar. (orgs). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Faperj; EDUFF, 2014.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. “*Muito prazer, eu existo!*”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Cartilha de atendimento a travestis e transexuais*. Disponível em <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp//Repositorio/39/Documentos/Atendimento%20a%20travestis%20e%20transexuais.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2016.

DENIZART, H. *Engenharia erótica: travestis no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

DUQUE, Tiago. *Montagens e Desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência*. Dissertação de mestrado, São Carlos: UFSCAR, 2011.

ENTREVISTA: Preciado & Butler [parte I]. *Primeira parte: o novo sujeito da revolução*, 28/10/2013. Revista Têtu, Paris, n. 138, nov. 2008. Disponível em: <http://lusoqueer.blogspot.com.br/2013/10/preciado-butler-parte-i.html>. Acesso em: 10 out. 2015.

ENTREVISTA: Judith Butler. *Como os corpos se tornam matéria*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v.10, n.1, p.155-167, Jan. 2002. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso>.access

on 03 Jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber. Petrópolis: Vozes*, 1972.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 56-157.

_____. *Ética, sexualidade, política (Ditos e Escritos V)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 76-123.

_____. *A história da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2010b.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 26-98.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 45-107.

FERREIRA, Vitor S. *Artes e manhas da entrevista compreensiva*. São Paulo: Saúde & Sociedade 2014, vol. 23, n.º 3, Universidade de São Paulo, p. 261-274.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GUIMARÃES, Rodrigo Belinaso. (2008). Cenários de Suplício: o abandono e a captura da vida. *Revista Espaço Acadêmico*, 84. Acessado em: 06 de julho de 2017, de: <<http://www.espacoacademico.com.br/084/84guimaraes.pdf>> .

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista*. In: *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

KAAS, Hailey. *Introdução ao Transfeminismo*. *Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões Trans*, 2012. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/introducao-ao-transfeminismo/>>. Acesso em: 7 de Abril de 2017.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de Campo*. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva Pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NICHOLAS. *Por um diálogo sobre “passabilidade”, visibilidade e protagonismo dentro da comunidade trans*. Tranfeminismo, 2015. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/por-um-dialogo-sobre-passabilidade-visibilidade-e-protagonismo-dentro-da-comunidade-trans/>>. Acesso em: 7 de Junho de 2017.

MAFFESOLI, Michel. *Perspectivas tribais ou a mudança de paradigma social*. **Revista Famecos** – mídia, cultura e tecnologia, n. 23, Porto Alegre, 2004.

_____. *Tribalismo Pós-Moderno: da identidade às identificações*. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 43, no 01, 2007.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo: 2013.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, v.11, n.21, jan/jun, p.150-182, 2009.

OLIVEIRA, N. M. de. *Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador: Centro Editorial Didático da UFBA, 1994.

PATRÍCIO, Maria Cecília. O Travesti: uma questão de gênero. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele – Uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids*, Tese de doutorado defendida na UFSCar / PPGCSO, 2007

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n.1, pp.125-157, 2009.

_____. Larissa. “Próteses, desejos e glamour: tecnologias de si na construção de corpos travestis no mercado do sexo transnacional”. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida*. Rio Grande: FURG, 2011. p. 77- 86.

_____. “Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo”. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 8, v. 15, n. 1, p. 123-154, 2004. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/34/34>. Acesso em: 10 jul. 2013.

PERES, W.S. *Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a cultura brasileira*. In: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (org). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. *Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos*. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 69-104.

_____. *Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering*. Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 2, p. 539-547, mai/ago. 2012.

_____. *Travestis, cuidado de si e serviços de saúde: algumas reflexões*, 2013. Disponível em: http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/travestis_cuidado_de_si_e_servicos_de_saude.pdf. Acesso em: 23 mar. 2017.

PRECIADO, Beatriz. Texto Yunque. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2008.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos Santos. *Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SILVA, H. R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1993.

_____. Horizontes antropológicos. UFRGS. IFCH. Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Ano 15. n.32. Porto Alegre: PPGAS, 2009.

_____. *Certas cariocas: travestis e vida de rua no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu (org); HALL, Stuart; WOODWARD, kathryn. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013

Viviane v. Pela descolonização das identidades trans. Salvador: VI Congresso Internacional

de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, 2012. Disponível em: <http://abeh.org.br/arquivos_anais/D/D019.pdf>. Acesso em: 2 de junho de 2017.

WOLFE, Barry Michael . *Travestis Brasileiras*. NUPRI – Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais – USP. Disponível em <http://citrus.uspnet.usp.br/nupri/?artigo/mostrar/id/191/grupo/78>. Acesso em 22 de setembro de 2016.